



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE GESTÃO

2019



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RELATÓRIO DE **GESTÃO**

2019

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

Rua Esteves Júnior, 68 - Centro

Florianópolis - SC - CEP 88015-130

Fone: (48) 3251-3700

Disque-eleitor: 0800 6473888

Site: www.tre-sc.jus.br

EQUIPE DE EDIÇÃO

Coordenação

Daniel Schaeffer Sell

Augusto César Campos

Edmar Sá

Conteúdo

Unidades do TRESC

Compilação e editoração

Daniel da Rosa Vargas

Jailson Laurentino

Design gráfico

Rodrigo Camargo Piva

SUMÁRIO

Palavra do Presidente, **5**

Visão geral organizacional e ambiente externo, **13**

Governança, estratégia e alocação de recursos, **26**

Riscos, oportunidades e perspectivas, **41**

Resultados e desempenho da gestão, **48**

Informações orçamentárias, financeiras e contábeis, **107**

Anexos e apêndices, **126**



TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

PALAVRA DO PRESIDENTE



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

PALAVRA DO PRESIDENTE



O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC) é o Órgão da Justiça Eleitoral brasileira (art. 118, inciso II, e art. 120, *caput*, da Constituição Federal de 1988) ao qual incumbe assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado, mediante o planejamento, a execução e o acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, cumprindo a missão de garantir a legitimidade dos pleitos eleitorais e o livre exercício do direito de o eleitor votar e de ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

Alinhado à estratégia nacional do Poder Judiciário, instituída por meio da Resolução CNJ n. 198/2014, o TRESC aprovou a Resolução n. 7.935/2015, alterada pela Resolução n. 7.991/2018, que ampliou o período do Planejamento Estratégico do TRESC para 2016-2021. Dentre os objetivos estratégicos estabelecidos para o

mencionado período, importa ressaltar os esforços empreendidos no exercício de 2019 visando, especialmente, à segurança e à transparência do processo eleitoral, à garantia dos direitos da cidadania, à celeridade e produtividade na prestação jurisdicional, ao aperfeiçoamento da gestão de pessoas e ao aprimoramento da governança.

Nas esferas administrativa e judicial destacam-se projetos e ações que impactaram o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão deste Órgão.

No que se refere à prestação jurisdicional, a excelência dos serviços desenvolvidos culminou com o atingimento de todas as metas nacionais estabelecidas para a Justiça Eleitoral.

Registro a implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as zonas eleitorais do Estado, uma iniciativa determinada e coordenada pelo Tribunal Superior Eleitoral que viabilizará o emprego de sistema informatizado para o processamento das ações eleitorais, emprestando maior agilidade, transparência e segurança à jurisdição, com o consequente aprimoramento do processo eleitoral.

Na mesma senda, foram realizados estudos para implantação de núcleo de apoio à prestação jurisdicional, de modo a dar o suporte necessário aos juízes de primeira instância, para que possam decidir, com mais rapidez e segurança, casos de alta complexidade jurídica.

Durante o ano de 2019 foram realizadas inúmeras atividades relacionadas ao planejamento das eleições municipais de 2020, com foco na identificação de oportunidades de inovação que agreguem valor ao público externo e, principalmente, nos processos que visam a preservar a imagem institucional da Justiça Eleitoral e a assegurar a legitimidade do processo eleitoral.

Quanto ao fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral, este Tribunal realizou revisões do eleitorado em 126 municípios do Estado e executou o Projeto Biometria, ampliando em mais de 700.000 o número de eleitores cadastrados biometricamente, o que contribuiu para que atingíssemos aproximadamente 80% do eleitorado biometrizado no Estado de Santa Catarina.

Audiências públicas ocorreram em diversos municípios catarinenses, com o propósito de divulgar os fundamentos e os objetivos das revisões de eleitorado, o papel da ouvidoria eleitoral e os canais de comunicação dos usuários com a Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

Na perspectiva da educação para a cidadania, foi firmado convênio com o Governo do Estado e com a Univali para o projeto "Voz & Vez - Direitos Humanos e Política nas Escolas", por meio do qual 4 mil professores vêm sendo capacitados para educarem cerca de 40 mil alunos do ensino médio em diversos aspectos de direitos humanos e política. Também foram realizados o seminário de incentivo à participação da mulher na política "Mulheres na Política. Elas podem, o país precisa" e o "Congresso de Liderança Política Feminina", alinhados à premente questão da igualdade de direitos na Sociedade brasileira.

Este Tribunal capitaneou o convênio de cooperação técnica do "Programa Qualifica – Mandato de Excelência", firmado por outras 21 entidades, com o objetivo de promover a qualificação dos agentes políticos eleitos e seus gestores, dos pleitos de 2018 e de 2020, e, também, dos candidatos ao pleito de 2020.

No âmbito dos processos internos, os principais aspectos do programa de Gestão por Competências foram concluídos no ano de 2019, contribuindo para o aperfeiçoamento da gestão de pessoas. Destaco o mapeamento de atividades e de competências; o levantamento do perfil dos servidores e das unidades; o dimensionamento da força de trabalho e a identificação de ocupações críticas. Trata-se do primeiro ciclo do relevante

PALAVRA DO PRESIDENTE

projeto institucional que visa a potencializar o capital humano do TRESA e a agregar todos os programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas de servidores e magistrados; à valorização de servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho — tudo alinhado à perspectiva da prestação de serviços de qualidade à Sociedade.

Nesta gestão, foi viabilizado um antigo anseio da Administração, que é a reunião, em um só espaço, de todos os ambientes de armazenamento e distribuição de bens e materiais da Justiça Eleitoral catarinense, quais sejam, o Depósito de Urnas, o Depósito de Móveis, o Almoxarifado, a reserva técnica de kits biométricos, além de espaço para testes de equipamentos. Tal medida otimizará significativamente a logística e a gestão administrativa, pela centralização em um único endereço, tendo em vista a racionalização dos diversos recursos do TRESA, implicando redução de custos, tanto no que se refere à locação de espaço, como à manutenção geral e serviços contratados.

O TRESA também fortaleceu a sua governança, elevando o grau de maturidade em gerenciamento de projetos e o alinhamento das iniciativas estratégicas das unidades orgânicas por meio da revisão das atribuições do “Escritório de Projetos Estratégicos”, aperfeiçoando a gestão de riscos mediante a utilização de mecanismos para o monitoramento dos respectivos índices.

Ainda no âmbito interno, realizamos um grande esforço de desburocratização, com automatização de inúmeros procedimentos, delegação de competências, ampliação de ferramentas para desenvolvimento do trabalho e, finalmente, implantação do regime de teletrabalho, iniciativas que incrementam a excelência com a qual os servidores realizam os serviços.

A implantação da 106ª Zona Eleitoral/Navegantes, um projeto de longa data e árduo caminho, demonstra a necessidade de aproximar a Justiça Eleitoral da população, ainda que num ambiente de grave restrição orçamentária, o que impulsiona a eficiência administrativa como vetor para a consecução das finalidades institucionais.

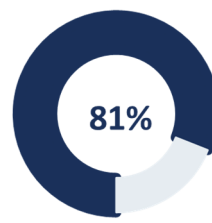
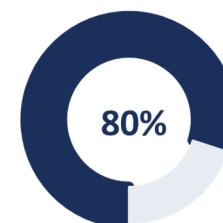
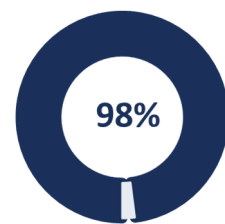
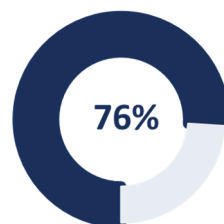
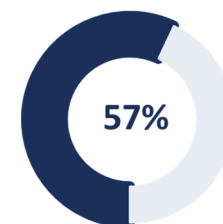
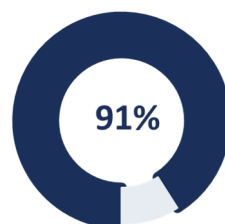
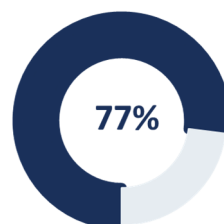
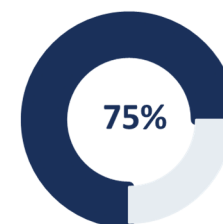
Ressalto, por fim, que todos esses esforços conduziram à conquista da categoria Ouro do “Prêmio CNJ de Qualidade 2019”, cujo objetivo é estimular os diversos segmentos do Judiciário nacional a aprimorarem a busca pela excelência na gestão e no planejamento de suas atividades; na organização administrativa e judiciária; e na sistematização e disseminação das informações e da produtividade.

O Presidente do TRESA, na condição de responsável pela governança desse Órgão, assegura a integridade do presente relatório de gestão, cujo pensamento coletivo na preparação foi possível com a participação direta da estrutura orgânica. Conforme preconiza o Tribunal de Contas da União, as informações foram apresentadas de forma concisa — algumas em infográficos e tabelas simplificadas — e considerando a sua relevância para gestão integrada, comunicação interna e prestação de contas à Sociedade.

Florianópolis, 11 de março de 2020.

Desembargador Cid José Goulart Júnior
Presidente do TRESA

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2019

IE1 - Índice de
garantia dos direitos
da cidadaniaIE2 - Índice de combate à
corrupção e à improbidade
administrativaIE3 - Índice de fortalecimento da
segurança e da transparência do
processo eleitoralIE4 - Índice de celeridade e
produtividade na prestação
jurisdicionalIE5 - Índice de
aperfeiçoamento da
gestão da informaçãoIE6 - Índice de
aperfeiçoamento da
gestão de pessoasIE7 - Índice de
aperfeiçoamento da
gestão orçamentáriaIE8 - Índice de
fortalecimento da
governançaIE9 - Índice de aperfeiçoamento da
governança de tecnologia da
informação

Resultados medidos conforme Anexo I da Res. TRESA n. 7.991/2018.

Saiba mais: págs. 55 a 63.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2019

Prestação jurisdicional

Dados sobre o ingresso e tramitação de processos nas Zonas Eleitorais e no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5938

Em 2019 ingressaram 5.938 novos processos nas Zonas Eleitorais catarinenses, somando-se aos 6.344 feitos que já faziam parte do acervo em 1.1.2019.

8052

Ao longo de 2019 foram julgados 8.052 processos nas Zonas Eleitorais catarinenses, entre os que já constavam do acervo e os que ingressaram ao longo do ano. O número inclui 29 feitos que poderiam ocasionar perda de mandato eletivo, e 34 que poderiam implicar em restrição à diplomação.

339

Em 2019 ingressaram 339 novos processos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

654

Ao longo de 2019 foram julgados 654 processos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, entre os que já constavam do acervo e os que ingressaram ao longo do ano. O número inclui 9 feitos que poderiam ocasionar perda de mandato eletivo, e 13 que poderiam implicar em restrição à diplomação.

100

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina realizou um total de 100 Sessões em 2019, incluindo 4 Sessões Solenes.

625

A Justiça Eleitoral em Santa Catarina respondeu em 2019 a 625 solicitações de acesso à informação encaminhadas pela sociedade fazendo uso dos 5 canais colocados à sua disposição para essa finalidade.

Organização de Eleições

Atividades desenvolvidas em 2019 voltadas ao planejamento e à preparação das Eleições 2020

11

O planejamento das Eleições 2020 em Santa Catarina teve aprovadas 11 diretrizes para norteá-lo, orientadas a 7 pilares: Segurança, Transparência, Comunicação, Parceria, Eficiência, Planejamento e Valorização da Jurisdição.

2

Dois das diretrizes são inovações voltadas diretamente a anseios comunicados pela Sociedade após eleições recentes: a ampliação das medidas de enfrentamento à desinformação e às notícias falsas, e o aperfeiçoamento do gerenciamento de riscos.

Mais de 5 milhões de eleitores

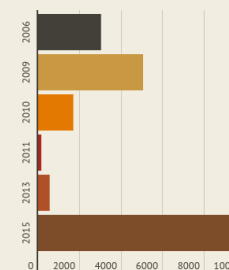


Entre os mais de 7,1 milhões de catarinenses, ao final de 2019 o Estado alcançou um total de 5.133.223 eleitores, distribuídos entre as 99 Zonas Eleitorais que atendem aos 295 municípios.

6

Ao final de 2019, a Justiça Eleitoral em Santa Catarina conta com urnas de 6 modelos diferentes, produzidos entre os anos de 2006 e 2015.

As urnas modelo 2006 não poderão mais ser usadas a partir das Eleições 2020 e, embora o TRE/SC esteja preparado para realizar suas atividades apenas com os demais modelos, o TSE trabalha para adquirir mais urnas para uso nos estados brasileiros.



Processo Judicial Eletrônico

A implantação do sistema PJE nas Zonas Eleitorais foi instrumento de ampliação da transparência, eficiência e celeridade, contribuindo para os objetivos estratégicos da Justiça Eleitoral.

100%

Após a implantação do sistema de Processo Judicial Eletrônico no segundo grau de jurisdição nos anos de 2017 e 2018, foram empreendidos os esforços de expansão para as Zonas Eleitorais no ano de 2019, alcançando-se a meta de implantação em 100% das circunscrições eleitorais.

322

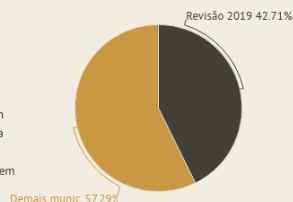
Juízes, promotores eleitorais, advogados e 322 servidores das Zonas Eleitorais catarinenses receberam capacitação sobre o PJe em modalidade EAD. Complementarmente, 100 servidores também participaram das 6 turmas de treinamento presencial.

Biometria em Santa Catarina

O estado se encaminha para o estágio final da transição para um eleitorado integralmente biometrizado

126

Dos 295 municípios catarinenses, 126 passaram em 2019 por revisão do eleitorado com a coleta de dados biométricos com comparecimento obrigatório. Foi o maior número de municípios em revisão em um mesmo ano.



Mais de 3/4 dos eleitores já biometrizados



A proporção do eleitorado catarinense com cadastro biométrico alcançou os 77,06% ao final do exercício de 2019.

Além de mais de meio milhão de eleitores revisados, foram registrados mais de 100.000 alistamentos eleitorais e mais de 125.000 transferências.

32

Além das Zonas Eleitorais e Centrais de Atendimento ao Eleitor, foram ativados 32 postos de atendimento para ampliar o acesso da população ao cadastramento.

573

O atendimento biométrico aos eleitores em Santa Catarina é realizado por meio de 573 kits contendo câmera, leitor de assinatura, leitor de impressão digital e seus acessórios.

Gestão por Competências

Potencializar o capital humano agregando todas as ações relacionadas à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores, à sua valorização e incentivo, à humanização nas relações de trabalho, à modernização das carreiras e à adequação da força de trabalho.

100%

A implantação da Gestão por Competências em 2019 na sede do TRESA cumpriu a meta de atingir a 100% do mapeamento das atividades, do mapeamento das competências, do levantamento de perfil das unidades, do dimensionamento da força de trabalho e da identificação de ocupações críticas

2.237

Foram 2.237 atividades mapeadas, em todas as 101 unidades do TRESA, sendo que 74 delas se enquadram na situação crítica, ou seja, tiveram ocupações críticas identificadas.

Mapeamento do perfil profissional

Um total de 461 servidores da Justiça Eleitoral em Santa Catarina teve seu perfil profissional mapeado como parte da implantação da Gestão por Competências em 2019.

O perfil profissional mapeado permite melhor associar as características do servidor às demandas das atividades, das lotações e das iniciativas.



Prêmio Conecta de Inovação

Para reconhecer, estimular e disseminar as práticas inovadoras na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, o Prêmio Conecta mobilizou as equipes de todo o estado.

73

A primeira edição do Prêmio Conecta teve 73 trabalhos inscritos, distribuídos entre os segmentos Sede e Zonas Eleitorais, e as categorias de inovação: organizacional, de produto e serviço, de processo e de marketing.

23

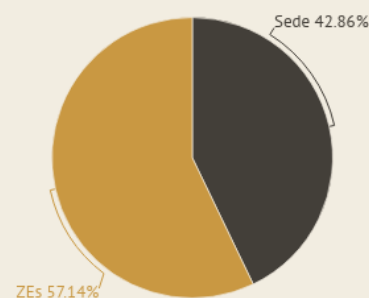
Foram 23 trabalhos premiados, sendo 12 do segmento Zonas Eleitorais e 11 do segmento Sede. Os trabalhos vencedores abordaram temas relacionados à divulgação dos serviços, melhoria da comunicação com o eleitor, ampliação do uso da assinatura digital, ajustes estruturais, modelos logísticos, sistemas informatizados e sustentabilidade.

Convenção da Justiça Eleitoral

O Prêmio Conecta fez parte da programação da 1ª Convenção da Justiça Eleitoral Catarinense, realizada em março de 2019 em 2 segmentos, sendo um deles voltado às equipes das Zonas Eleitorais e o outro às da Sede.

Além do Prêmio, a Convenção tratou também da conclusão da avaliação das atividades das Eleições 2018 e incluiu ainda palestras técnicas e palestras motivacionais.

O evento reuniu 322 servidores da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, sendo 138 da Sede e 184 das Zonas Eleitorais.





TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

IDENTIFICAÇÃO, MISSÃO E VISÃO

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC) é órgão da Justiça Eleitoral (art. 118, inciso II, e art. 120, *caput*, da Constituição Federal) ao qual cumpre assegurar a organização das eleições nacionais, estaduais e municipais no âmbito do Estado de Santa Catarina e a realização do planejamento, da execução e do acompanhamento de todas as etapas do processo eleitoral, garantindo a legitimidade e a lisura no exercício dos direitos políticos dos cidadãos.

As competências do TRESC estão fixadas nos artigos 29 e 30 da Lei n. 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral) e nos artigos 20 e 21 de seu Regimento Interno (Resolução TRESC n. 7.847, de 12 de dezembro de 2011). Com sede na Capital e jurisdição em todo o Estado de Santa Catarina está localizado na Rua Esteves Júnior n. 68, Centro, Florianópolis, SC.

Em matéria eleitoral, as principais normas direcionadoras da atuação do TRESC são: A Constituição Federal de 1988; a Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral); a Lei Complementar nº 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); a Lei nº 9.096/1995 (Lei dos Partidos Políticos); e a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições). Além destas, as Resoluções lavradas pelo Tribunal Superior Eleitoral para regulamentar e orientar a execução da legislação eleitoral e partidária (art. 23, IX, do Código Eleitoral).

Em matéria administrativa, as principais normas direcionadoras da atuação do TRESC são: a Res. TRESC n. 7.847/2011 (Regimento Interno), a Res. TRESC n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica), a Res. CNJ n. 198/2014 (Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2015/2020), a Res. TSE n. 23.543/2017 (Diretrizes Estratégicas da Justiça Eleitoral), e a Res. TRESC n. 7.935/2015, alterada pela Res. TRESC n. 7.991/2018 (Planejamento Estratégico – Ciclo 2016-2021).

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/centro-de-memoria/historico-do-tresc>

MISSÃO INSTITUCIONAL

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO DE FUTURO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.

VALORES

COERÊNCIA: alinhamento entre discurso e prática.

COMPROMETIMENTO: atuação com dedicação, empenho e envolvimento em suas atividades.

ÉTICA: atuação sob os princípios da honestidade, lealdade e dignidade.

FLEXIBILIDADE: atitude de abertura permanente para compreender a necessidade de mudanças, adotando medidas para promovê-las.

INOVAÇÃO: estímulo à criatividade e à busca de soluções diferenciadas.

INTEGRAÇÃO: compartilhamento de experiências, conhecimentos e colaboração participativa na Justiça Eleitoral que conduzam à formação de equipes orientadas para resultados comuns.

RECONHECIMENTO: adoção de práticas de estímulo e valorização das contribuições individuais e de grupos que conduzam ao cumprimento da missão do TRESC.

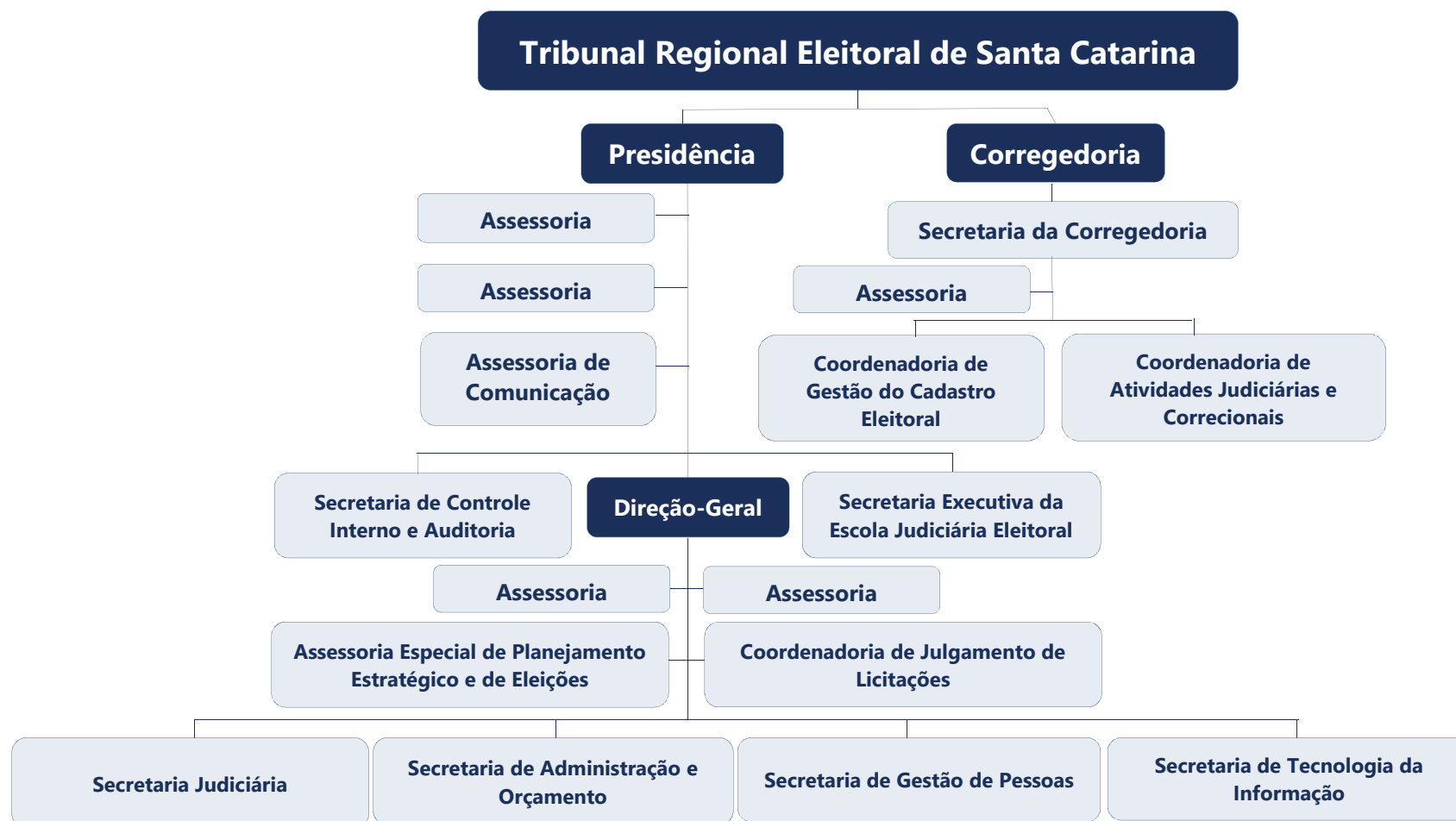
RESPEITO: reconhecimento e aceitação das diferenças entre as pessoas.

TRANSPARÊNCIA: garantia do acesso às informações, ações e decisões institucionais.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A figura apresentada a seguir corresponde à estrutura orgânica simplificada do TREC. A Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina abrange o conjunto de unidades que desempenham atividades estratégicas, técnicas e administrativas necessárias ao cumprimento da missão institucional. As competências de cada uma das unidades estão dispostas na Resolução TREC n. 7.930/2015, que aprovou o Regulamento Interno da Estrutura Orgânica deste Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/estrutura-organica>



COMPOSIÇÃO DO TRES

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é Órgão colegiado e suas decisões são tomadas pelo Plenário da Corte. É composto mediante eleição por voto secreto de dois Juízes dentre os Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de dois Juízes, dentre Juízes de Direito, escolhidos pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina; de um Juiz Federal escolhido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região; por nomeação, pelo Presidente da República, de dois Juízes, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina. Os juízes substitutos são escolhidos pelo mesmo processo que os efetivos, em número igual ao de cada categoria.

Juízes Efetivos	Classe / função	Período de atuação no exercício
Ricardo José Roesler	Desembargador / Presidente	01.01.2019 a 24.04.2019
Cid José Goulart Júnior	Desembargador / Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral	01.01.2019 a 24.04.2019
	Desembargador / Presidente	25.04.2019 a 31.12.2019
Jaime Ramos	Desembargador / Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral	05.06.2019 a 31.12.2019
Wilson Pereira Junior	Jurista	01.01.2019 a 31.12.2019
Fernando Luz da Gama Lobo d'Eça	Jurista	01.01.2019 a 29.11.2019
Rodrigo Fernandes	Jurista	05.12.2019 a 31.12.2019
Vitoraldo Bridi	Juiz de Direito	01.01.2019 a 31.12.2019
Jaime Pedro Bunn	Juiz de Direito	01.01.2019 a 31.12.2019
Celso Kipper	Juiz Federal	21.01.2019 a 31.12.2019

Juízes Substitutos	Classe / função	Período de atuação no exercício
Volnei Celso Tomazini	Desembargador	01.01.2019 a 31.12.2019
Jaime Ramos	Desembargador	01.01.2019 a 04.06.2019
Ítalo Augusto Mosimann	Jurista	01.01.2019 a 08.08.2019
Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva	Juiz Federal	01.01.2019 a 22.01.2019
Alexandre Evangelista Neto	Jurista	01.12.2019 a 26.11.2019
Luís Francisco Delpizzo Miranda	Juiz de Direito	01.01.2019 a 31.12.2019
Jorge Antonio Maurique	Juiz Federal	25.03.2019 a 31.12.2019
Osmar Mohr	Juiz de Direito	03.04.2019 a 31.12.2019
Carlos Alberto Civinski	Desembargador	17.09.2019 a 31.12.2019
Karula Genoveva Batista Trentin Lara Corrêa	Jurista	20.11.2019 a 31.12.2019

Junto ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina atua o Ministério Público Eleitoral, como fiscal da lei. No exercício 2019 os Procuradores Regionais Eleitorais Marcelo da Mota, Roger Fabre e André Stefani Bertuol atuaram na Corte. O TRES em 2019 realizou sessões plenárias de 21 de janeiro a 12 de dezembro.

ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

Governança no setor público abrange os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade. (Referencial Básico de Governança - TCU, 2014)

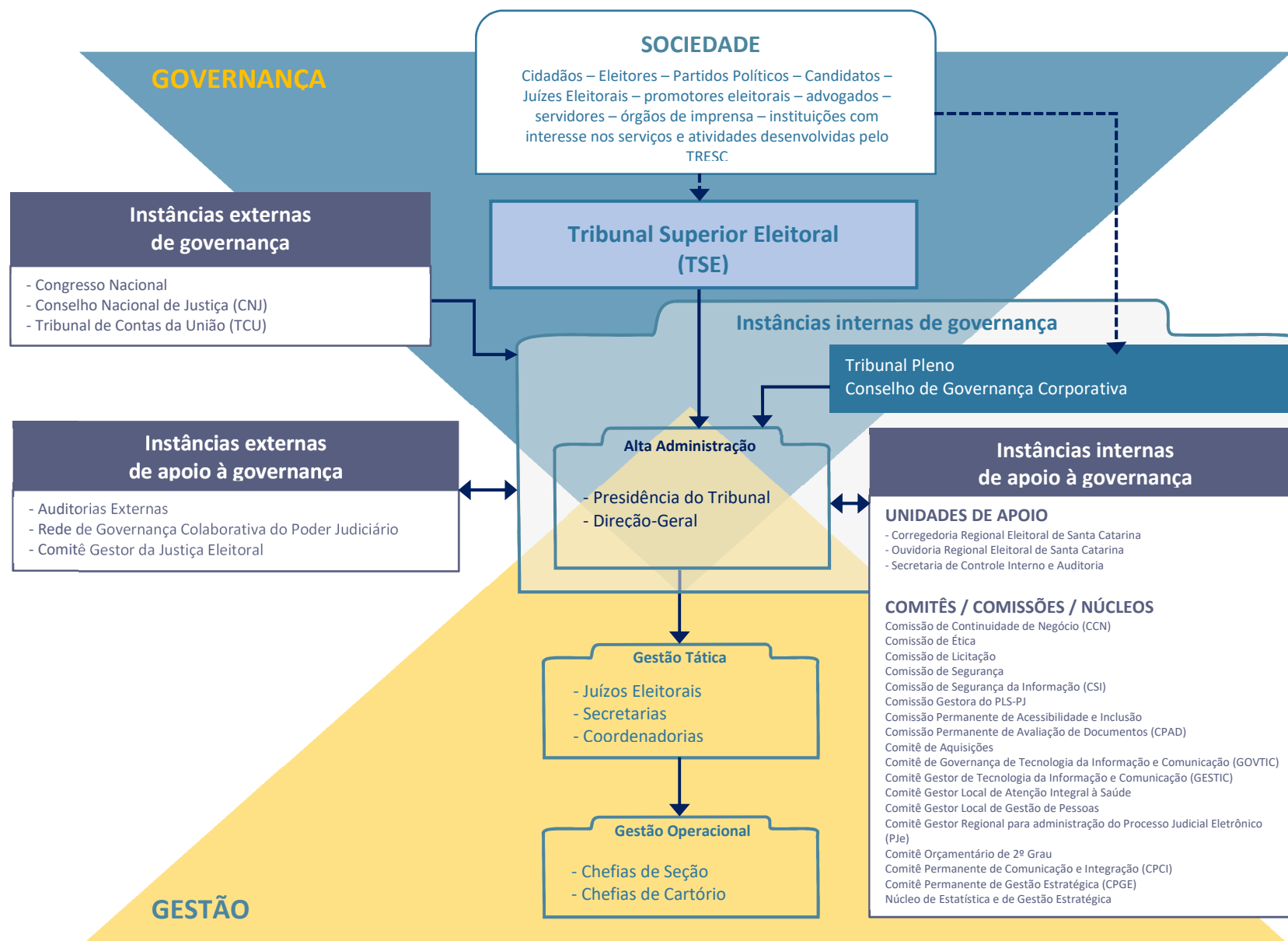


Relação entre governança e gestão. Fonte TCU - 2014.

O TRESA aperfeiçoou por meio da Res. TRESA n. 7.975/2018 o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e instituiu o Conselho de Governança Corporativa (CGC) e suas estruturas de apoio: Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI), definindo suas competências.

O modelo de governança, apoiado pela estrutura orgânica do Tribunal, reflete a maneira como os diversos papéis atuam, respaldados em suas competências, para direcionar estrategicamente a organização para o cumprimento da missão institucional, a consecução da visão de futuro e a promoção dos valores institucionais.

A figura abaixo representa o Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina:



INSTÂNCIAS INTERNAS DE GOVERNANÇA

**Tribunal Pleno**

Órgão colegiado de 2ª instância da Justiça Eleitoral catarinense, as atribuições do Tribunal estão previstas nos arts. 20 (incisos I a IV) e 21 (incisos I a XXVI) do Regimento Interno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, destacando-se a disciplina dos atos referentes aos direitos políticos e ao processo eleitoral em todas as suas fases.

CF/1988 (art. 120, § 1º, incisos I, II e III) e Res. TRES n. 7.847/2011 (Regimento Interno).

**Presidência**

Dirigente máximo da Instituição. As atribuições do Presidente estão elencadas no art. 22, incisos I a XLII, do Regimento Interno do TRES, dentre essas, destacam-se: presidir as sessões, propondo e encaminhando as questões, e registrar os votos, proclamando o resultado dos julgamentos; despachar o expediente do Tribunal e editar atos, portarias e ordens de serviço; responsabilizar-se pelos atos de gestão fiscal, nos termos da lei.

Res. TRES n. 7.847/2011 (Regimento Interno).

**Conselho de Governança Corporativa (CGC) e estruturas de apoio**

Instituído em 2018, o Órgão colegiado tem em sua estrutura o Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e o Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI). Possui como principais atribuições avaliar, orientar e propor sobre a governança, as diretrizes e as políticas institucionais; avaliar a estratégia da Instituição, monitorando seu desempenho e conformidade, podendo promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional; promover o alinhamento das estratégias, das diretrizes e das políticas ao interesse público; promover o envolvimento das partes interessadas; promover a comunicação e a integração entre as instâncias de governança e de apoio à governança; promover as boas práticas de governança pública, observando seus princípios.

Res. TRES n. 7.975/2018 (Sistema de Governança da Justiça Eleitoral de Santa Catarina).

**Direção-Geral**

As atribuições da Direção-Geral estão elencadas no art. 36, incisos I a XXVIII, do Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRES, dentre essas, destacam-se: planejar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades orgânicas do Tribunal, aprovando os respectivos planos de ação e programas de trabalho; incumbe também à Direção-Geral receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal e da Presidência.

Res. TRES n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica).

PRINCIPAIS INSTÂNCIAS INTERNAS DE APOIO À GOVERNANÇA DO TRESC

Corregedoria Regional Eleitoral

Res. TRESC n. 7.966/2017 (Regimento Interno da CRESC)

Órgão orientador, supervisor e fiscalizador dos Cartórios Eleitorais do Estado e dos respectivos serviços, as atribuições da Corregedoria Regional Eleitoral estão elencadas no art. 5º de seu Regimento Interno.

Secretaria de Controle Interno e Auditoria

Res. TRESC n. 7.930/2015 (Regulamento Interno da Estrutura Orgânica do TRESC).

A Secretaria de Controle Interno e Auditoria tem como principais atribuições exercer o controle interno do Tribunal, zelando pelo cumprimento das normas legais que regem a administração contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, fiscalizando o cumprimento das normas do Tribunal Superior Eleitoral e das decisões do Tribunal de Contas da União (art. 20, incisos I à XVIII).

Ouvidoria

A Ouvidoria Regional Eleitoral de Santa Catarina foi criada em cumprimento ao art. 9º da Resolução CNJ n. 103/2010, sendo atualmente regulamentada pela Resolução TRESC n. 7.989/2018, de acordo com a Lei n. 13.460/2017 (Código de Defesa do Usuário de Serviços Públicos).

Possui como atribuições servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Comitê de Aquisições

Incumbe ao Comitê a responsabilidade de auxiliar a Administração nas decisões relativas às aquisições realizadas pelo Tribunal.

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)

O Comitê possui como principais atribuições: definir os princípios e diretrizes que orientam a forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação no TRESC; estabelecer objetivos de TIC, bem como deliberar e priorizar planos deles decorrentes; definir as prioridades de investimentos em TIC; e aprovar a alocação dos recursos orçamentários destinados à TIC.

Comissão de Ética

A Comissão possui como atribuição zelar pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

Comissão de Segurança da Informação

A Comissão possui como principais atribuições manter e atualizar a Política de Segurança da Informação e promover ações educativas para os usuários do TRESC sobre o tema.

Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável

A Comissão possui como principais atribuições a elaboração, monitoramento, avaliação e revisão do Plano de Logística Sustentável (PLS-PJ) deste Tribunal.

Comissão Permanente de Acessibilidade

A Comissão possui como atribuições promover acessibilidade para as pessoas com deficiência de acordo com a Resolução CNJ n. 230/2016.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos

A Comissão possui como atribuições orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no Órgão, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. Além disso, a Comissão é responsável pela definição dos procedimentos e normas de gestão documental no Órgão, inclusive pela atualização dos instrumentos de gestão documental.

MODELO DE NEGÓCIO

Os macroprocessos finalísticos agrupam processos de trabalho identificados na cadeia de valor que são essenciais para o cumprimento da missão institucional. O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina executa quatro macroprocessos finalísticos identificados em sua cadeia de valor na tabela a seguir detalhados:

Cadeia de Valor Macroprocessos finalísticos	Descrição	Principais Insumos	Partes Interessadas	Valor Gerado/Impacto Macroprodutos finalísticos
PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à garantia da legitimidade dos pleitos eleitorais mediante prestação jurisdiccional em relação às ações eleitorais, prestação de contas de campanhas eleitorais, propaganda eleitoral, funcionamento dos partidos políticos e direitos políticos.	Ações Eleitorais; Processos de Registro de Candidaturas; Processos de Prestação de Contas Eleitorais e Partidárias; Outras demandas judiciais e administrativas.	Sociedade; Eleitores; Partidos Políticos; Candidatos; Advogados.	Processos julgados; Legitimidade do processo eleitoral garantida; Consultas respondidas; Livre exercício do direito de votar e ser votado garantido.
ORGANIZAÇÃO DE ELEIÇÕES	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização do sufrágio universal, logística de votação e apuração, registro de candidaturas, convocação de auxiliares, preparação de locais críticos, preparação de urnas, acompanhamento da votação, totalização, divulgação de resultados, diplomação, procedimentos de auditoria e segurança do processo eleitoral.	Eleições municipais, estaduais, gerais, plebiscitos e referendos.	Cidadão/Eleitor, Ministério Público Eleitoral, Advogados, Partidos Políticos, Candidatos; Presidência da República do Brasil; Câmara dos Deputados; Senado Federal; Governo do Estado de Santa Catarina; Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina; Prefeituras municipais; Câmaras de Vereadores; Imprensa.	Candidaturas registradas; Logística de votação realizada; Eleições apuradas e totalizadas; Resultados divulgados; Eleições auditadas e seguras; Candidatos eleitos e diplomados; Eleitores representados; Democracia fortalecida.
CONSCIENTIZAÇÃO POLÍTICA E EDUCAÇÃO	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação, instrução e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política.	Aperfeiçoamento de magistrados e servidores da Justiça Eleitoral; Desenvolvimento de ações institucionais de responsabilidade social voltadas ao fortalecimento da cidadania; Desenvolvimento de ações de estímulo ao estudo, à pesquisa e à produção científica em matéria eleitoral; Promoção da qualificação de agentes políticos.	Advogados; Auxiliares eleitorais; Candidatos; Cidadão/Eleitor; Imprensa; Ministério Público Eleitoral; Partidos Políticos; Sociedade.	Servidores e magistrados capacitados; Agentes políticos qualificados; Eleitores conscientizados; Cidadania fortalecida.
CADASTROS E GESTÃO DA INFORMAÇÃO	Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, a administração e a manutenção do cadastro eleitoral, o sistema de alistamento eleitoral, a revisão do eleitorado e a fiscalização dos partidos políticos, à execução da gestão documental e à segurança da informação.	Requerimento de Alistamento Eleitoral (RAE); Formulário de Atualização da Situação Eleitoral (FASE); Registros de órgãos partidários estaduais e municipais; Registros de filiação partidária.	Cidadão/Eleitor; Ministério Público Eleitoral; Advogados; Partidos Políticos; Candidatos; Imprensa.	Eleitores alistados; Eleitores revisados, Eleitores transferidos; Cadastros de eleitores e de órgãos partidários atualizados; Situação do eleitor regularizada;

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/governanca-institucional>

AMBIENTE EXTERNO

Em relação ao ambiente externo, o atual contexto permanece desafiador para este segmento de Justiça especializada, e por consequência, para este Tribunal. Este cenário conturbado, reflexo da disseminação massificada de desinformações sobre a segurança do processo eleitoral ocorrida em 2018 exigirá da Instituição uma atuação cada vez mais próxima da sociedade, fomentando a conscientização política dos cidadãos e futuros eleitores, divulgando com clareza a segurança do processo eleitoral e contribuindo para o fortalecimento da Democracia.

Quanto ao ambiente econômico, persistem os reflexos da Emenda Constitucional n. 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal e continuam impactando o alcance dos resultados da Instituição frente aos objetivos estratégicos, principalmente quanto aos obstáculos à recomposição da força de trabalho — que afeta direta e indiretamente a entrega dos valores esperados pela Sociedade.

Registra-se também as oportunidades que ora se apresentam, como a implantação do Processo Judicial Eletrônico em todas as Zonas Eleitorais do Estado, o que viabilizará a melhoria da prestação jurisdicional. De igual modo, a ampliação contínua do cadastramento biométrico no Estado, importante medida para o aperfeiçoamento da segurança do processo eleitoral.

Oportunidades

- Aperfeiçoamento da prestação dos serviços pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina;
- Necessidade de conscientização política da sociedade;
- Possibilidade de firmar convênios e parcerias com outras instituições;
- Realização de eleições na comunidade;
- Segurança do processo eleitoral;
- Efeitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) sobre a segurança e proteção dos dados;
- Transformação digital;
- Metas Nacionais do Poder Judiciário;
- Metas Específicas da Justiça Eleitoral (ações para educação eleitoral / participação feminina).

Ameaças

- Ataques à confiança da sociedade sobre a credibilidade e a segurança do processo eleitoral;
- Impactos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) sobre os dados e procedimentos;
- Dotação orçamentária com restrições impostas pela EC n. 95/2016.

Materialidade

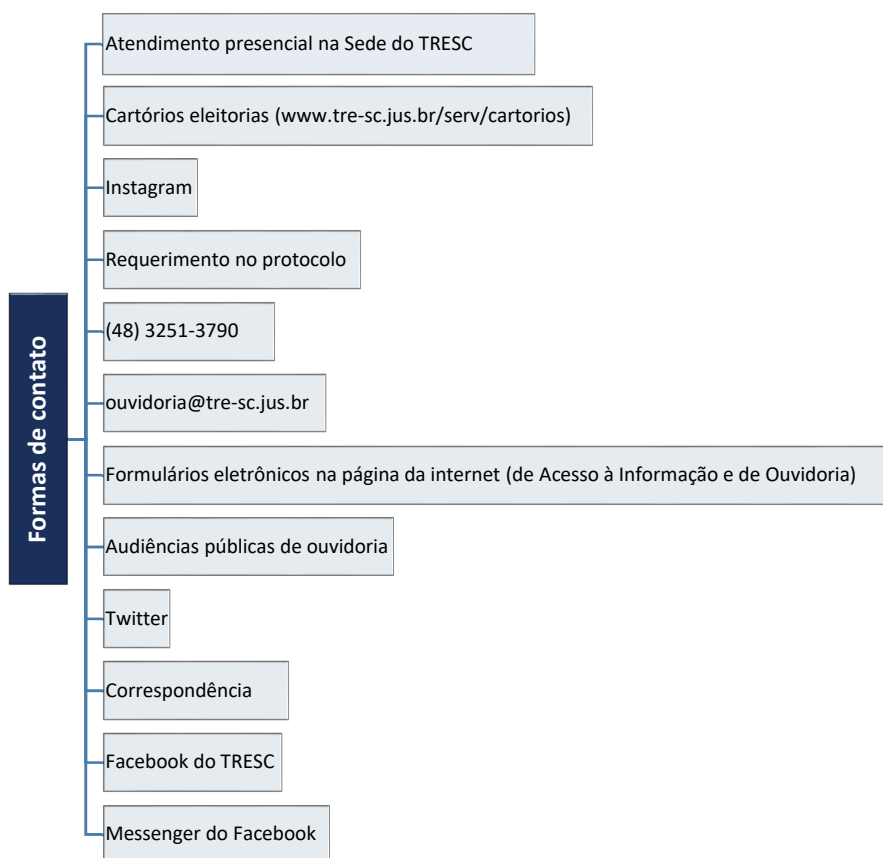
Os temas que são abordados neste relatório estão relacionados aos macroprocessos da cadeia de valor e aos objetivos do Planejamento Estratégico Institucional definidos para o ciclo 2016-2021 e que foram mais relevantes para o exercício 2019.

RELAÇÃO COM O AMBIENTE EXTERNO E CLIENTES

Ouvidoria do TRES

Tem por missão servir de canal de comunicação direta entre o cidadão e a Justiça Eleitoral catarinense, com vistas a receber manifestações do usuário, orientar, transmitir informações e colaborar no aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/ouvidoria/sobre-a-ouvidoria>



Audiências Públicas

Conforme o planejamento elaborado para o exercício 2019, foram realizadas audiências públicas de Revisão de Eleitorado e de Ouvidoria nos municípios de Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Maravilha, Catanduvas e Concórdia com o propósito de divulgar os fundamentos e objetivos das revisões de eleitorado, o papel da ouvidoria eleitoral e os canais de comunicação dos usuários com a Justiça Eleitoral catarinense.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Com o advento da Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), regulamentada no âmbito do Poder Judiciário pela Resolução CNJ n. 215/2015, foi criado o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, por meio da Portaria P n. 294/2012, que está sob a responsabilidade da Ouvidoria, com apoio do Coordenador de Gestão da Informação.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/transparencia/aceso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-1/lei-de-aceso-a-informacao>

Carta de Serviços ao Cidadão

O TRES elaborou e, desde 2011, mantém à disposição do público, duas cartas de serviços ao cidadão. A primeira é referente aos serviços ordinariamente prestados nas zonas eleitorais (“Carta de Serviços ao Eleitor”). A outra é relativa aos serviços da sede do Tribunal (“Carta de Serviços do TRES”).

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/transparencia/aceso-a-informacao/cartas-de-servico>

Portal da Transparência

As informações referentes à transparência do TRES estão disponíveis na aba Transparência, disponível tanto no menu principal quanto no rodapé da capa do site do Tribunal.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/transparencia/aceso-a-informacao/cartas-de-servico>

Relatórios de Gestão

As informações relevantes sobre a atuação da unidade também podem ser encontradas nos relatórios de gestão constantes do site eletrônico do TRES.

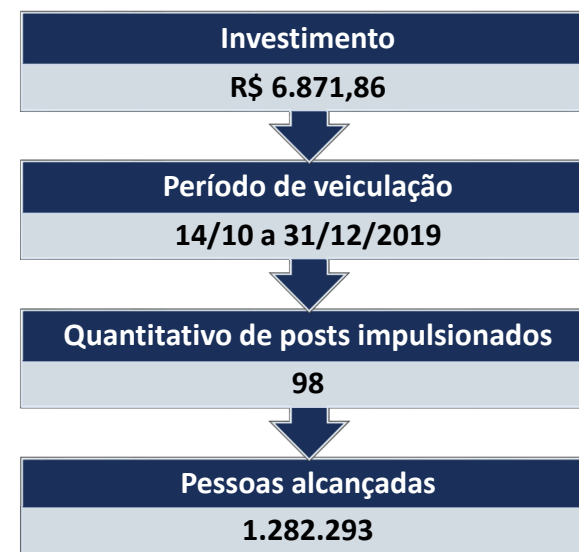
Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/relatorios-de-gestao>

CANAIS DE COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE – REDES SOCIAIS



MAILING 2.907 contatos de veículos de comunicação cadastrados (rádios, TVs, sites, blogs, jornais e profissionais jornalistas)	FLICKR Foi atualizado o repositório de fotos com a criação de álbuns com fotos de alguns dos principais eventos do TRE-SC em 2019, em que foram tiradas, editadas e armazenadas 2.537 fotos.
WHATSAPP O WhatsApp do TRE-SC foi usado como ferramenta complementar, permitindo a disseminação rápida de informações (matérias, sugestões de pauta, convocações para coletivas, vídeos e posts a serem compartilhados) para 442 jornalistas do estado. Internamente, os quatro grupos de Whatsapp dirigidos a servidores da Sede, servidores das Zonas Eleitorais, juizes eleitorais e juizes do Pleno do Tribunal, constituíram-se no principal instrumento de replicação de notícias e campanhas aos respectivos públicos. Ao todo, foram encaminhadas, por meio do TRE-Informa, 2.800 mensagens	ENTREVISTAS Foram efetuados agendamentos de 50 entrevistas para os mais diversos veículos de comunicação social, tendo o tema da Biometria como pauta na maior parte delas.
INSTAGRAM Foram produzidas e publicadas, aproximadamente, 120 postagens no Instagram, com destaque para séries Quiz Eleitoral, E-título, Equidade de Gêneros, PJe e PcD.	SPOTS 75 para rádios 7 mensagens para carros de som 4 mensagens telefônicas
	CHAMADAS ELEITOR 2020 7 (sete) vídeos sobre: a) agendamento; b) encerramento da biometria; c) plantão de recesso; d) primeiro título; e) fechamento de cadastro; f) transferência eleitoral; g) férias.

O TRESA investiu em impulsionamento nas suas mídias sociais Facebook e Instagram, viabilizado pelo TSE, com vistas a otimizar a divulgação do cadastramento biométrico em todo o país. Com a possibilidade de direcionar os posts para um público específico (faixa etária, localidade, gênero), sobretudo, para aqueles municípios que estavam em revisão de eleitorado e também com baixo atendimento, destacam-se os seguintes resultados:



O Plano Anual de Comunicação 2019 foi o documento norteador dos trabalhos, resultando em notícias que promoveram uma visibilidade interna e externa positiva da instituição.

Foram efetuados os acompanhamentos de todas as sessões de julgamentos do Pleno, cujos acórdãos e sentenças relevantes serviram de base para a produção de *releases*, os quais foram publicados no *site* e disponibilizados para os veículos de comunicação do Estado e do país, cadastrados no *mailing*.



TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCUÇÃO DE RECURSOS



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – CICLO 2016-2021

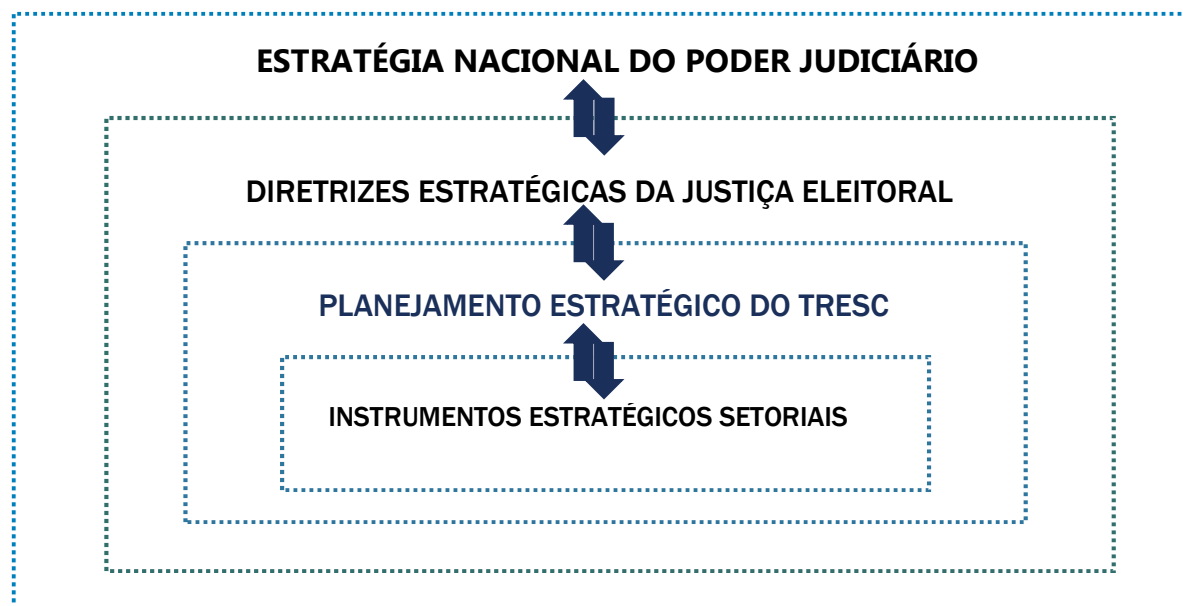
As instâncias internas de Governança do TRESA aprovaram o atual ciclo estratégico que está orientado pela Res. TRESA n. 7.935/2015 e suas alterações posteriores.

A metodologia utilizada para sua formulação foi baseada no *Balanced Scorecard*, instrumento que distribui os objetivos estratégicos em diferentes perspectivas. O Mapa Estratégico do TRESA, demonstra a representação gráfica do Planejamento Estratégico Institucional, no qual adotou-se três perspectivas (Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Recursos) e nove objetivos estratégicos.

Cada objetivo estratégico é acompanhado de indicadores, metas e iniciativas. Os resultados são avaliados periodicamente por meio das Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) e subsidiam a tomada de decisão por parte da Administração.

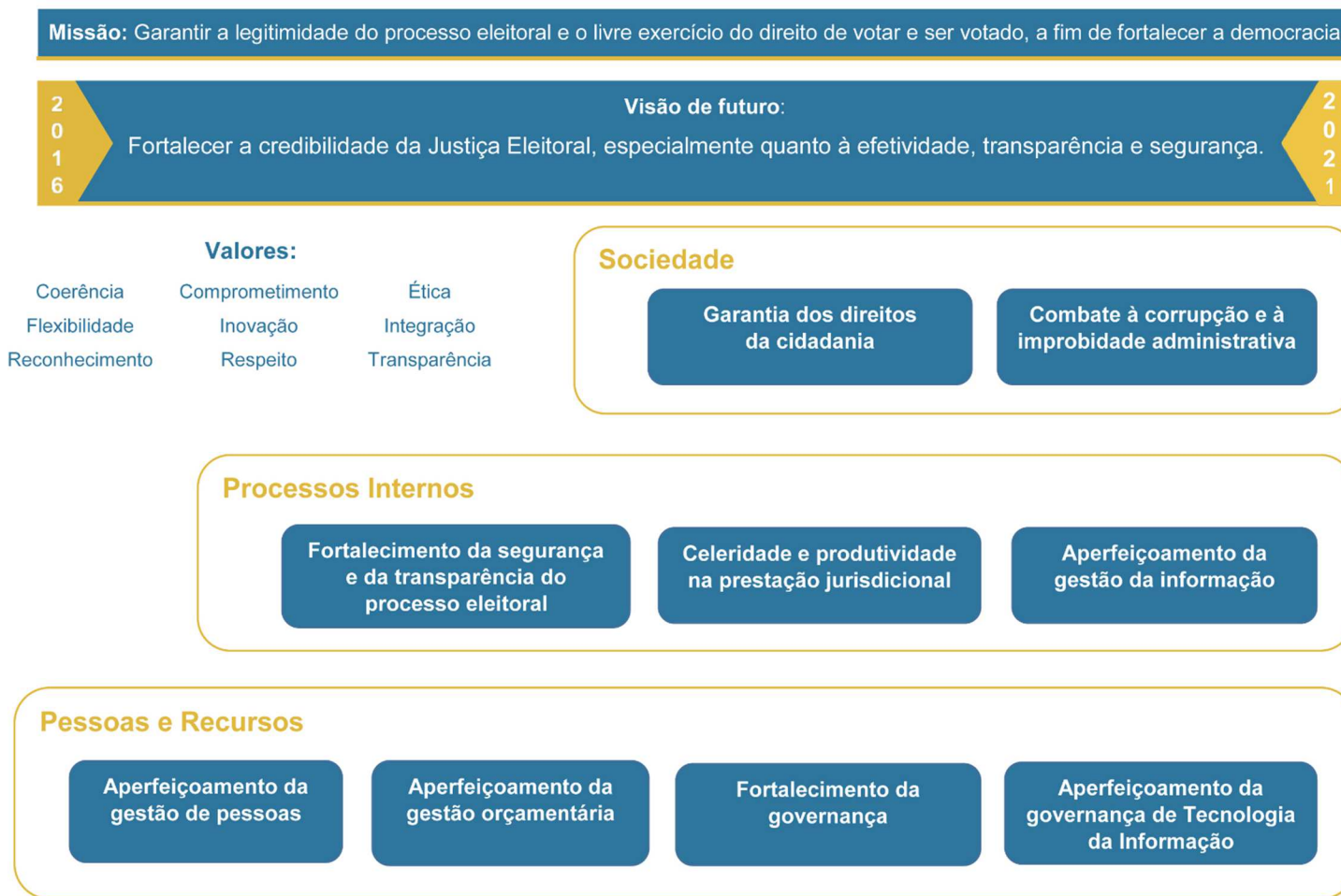
A figura a seguir simboliza o alinhamento estratégico do TRESA à Estratégia Nacional do Poder Judiciário (estabelecida pela Res. CNJ n. 198/2014), às diretrizes estratégicas estabelecidas para o segmento Justiça Eleitoral e o desdobramento da estratégia em planos táticos e operacionais.

Saiba mais: <http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/planejamento-estrategico>



MAPA ESTRATÉGICO

O mapa estratégico é a representação gráfica da base estratégica corporativa, que inclui a missão, visão de futuro, valores institucionais e os objetivos estratégicos:



Mapa Estratégico do TRES - Ciclo 2016-2021

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – CICLO 2016-2021

Os objetivos estratégicos priorizados para o ciclo 2016 a 2021 apresentam os principais desafios a serem superados pelo Tribunal para o alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional. Eles estão estruturados em três perspectivas: Sociedade, Processos Internos e Pessoas e Recursos.

SOCIEDADE	OE1 - Garantia dos direitos da cidadania	Objetivo relacionado ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.
	OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa	Objetivo relacionado ao conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.
PROCESSOS INTERNOS	OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Objetivo que visa garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.
	OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Objetivo que tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.
	OE5 - Aperfeiçoamento da gestão da informação	Objetivo relacionado ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação alinhada às normativas legais e adequada às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho.
PESSOAS E RECURSOS	OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Objetivo relacionado a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRESC. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.
	OE7 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.
	OE8 - Fortalecimento da governança	Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRESC, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.
	OE9 - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação	Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.

DESDOBRAMENTO DA ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

Para viabilizar estratégica, tática e operacionalmente o alcance dos objetivos estratégicos priorizados pelo Tribunal para o atual ciclo foram desenvolvidos os seguintes instrumentos:

Instrumentos	Descrição
Lista de Iniciativas Estratégicas	Instrumento que elenca as iniciativas estratégicas delineadas para o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição. Originam programas, projetos e ações institucionais relacionados.
Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação	Instrumento estratégico setorial que institucionaliza objetivos, indicadores e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a governança de Tecnologia da Informação no TRESA durante a vigência do ciclo estratégico.
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	Instrumento elaborado anualmente que compreende um conjunto de ações táticas e operacionais para o alcance dos objetivos e metas do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação.
Plano Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas	Instrumento estratégico setorial que institucionaliza objetivos, indicadores e iniciativas específicas para a área voltadas a aperfeiçoar a gestão de pessoas no TRESA durante a vigência do ciclo estratégico.
Plano de Comunicação da Estratégia	Instrumento que orienta a comunicação institucional frente aos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico e respectivas iniciativas definidas para alcançá-los.
Plano Anual de Comunicação	Alinhado ao Plano de Comunicação da Estratégia, o Plano Anual de Comunicação tem como objetivo promover uma comunicação institucional de qualidade, eficiência e transparência, capaz de facilitar o conhecimento e o acesso às informações referentes à Justiça Eleitoral catarinense ao público externo (cidadãos, candidatos, partidos políticos, imprensa, advogados, promotores) e interno (magistrados, servidores e colaboradores).
Plano de Logística Sustentável	O Plano de Logística Sustentável é o instrumento que estimula a reflexão e a mudança dos padrões de consumo, fomentando ações que incentivem o aperfeiçoamento do gasto público, o uso sustentável de recursos e a correta gestão de resíduos no Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.
Plano Anual de Aquisições	O Plano anual de Aquisições é o instrumento elaborado com objetivo de planejar as contratações, no âmbito do TRESA para cada exercício, definindo papéis e responsabilidades das áreas envolvidas.
Plano de Continuidade de Negócio	Instrumento institucional da gestão de continuidade de negócios e tem como escopo a preservação da continuidade dos serviços essenciais à Justiça Eleitoral catarinense em cenários de interrupção que impactem o cumprimento da missão institucional.

O planejamento dos recursos necessários para o alcance dos objetivos estabelecidos para o exercício de 2019, a exemplo das revisões de eleitorado com a coleta de dados biométricos, da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas zonas eleitorais, das correições e das audiências públicas, foi realizado de acordo com a proposta orçamentária elaborada no ano anterior, que detalhou as verbas necessárias à consecução das atividades desenvolvidas pela Corregedoria Regional Eleitoral, ajustando-se ao orçamento aprovado para este Tribunal.

PRINCIPAIS PROGRAMAS, PROJETOS E INICIATIVAS DESENVOLVIDAS PELO TREC SC EM 2019



ESCRITÓRIO DE PROJETOS ESTRATÉGICOS

O TRESA instituiu o Escritório de Projetos Estratégicos (EPE) ao qual compete orientar e acompanhar o desdobramento e a execução da estratégia institucional, bem como fomentar a cultura de gerenciamento de projetos na Justiça Eleitoral de Santa Catarina. A Portaria P n. 194/2019 evoluiu os critérios de identificação, priorização e seleção de projetos estratégicos e instituiu o processo de trabalho de ideiação, identificação, priorização e seleção de projetos.

A tabela a seguir relaciona os principais programas, projetos e iniciativas relevantes para o cumprimento da missão Institucional e que foram acompanhados pelo EPE no exercício 2019:

Título	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos financeiros alocados no exercício	Resultados
Biometria 2019-2020	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Evolução do cadastramento biométrico em toda a Justiça Eleitoral catarinense propiciando elevar a segurança na identificação e habilitação do eleitor para o exercício do voto. Iniciativas desdobradas: a) revisões do eleitorado com instalação de postos de atendimento; b) Apoio e suporte em Gestão de Pessoas; c) Apoio e suporte em infraestrutura física e contratações; e d) Apoio e suporte em Tecnologia da Informação e Comunicação.	R\$ 510.320,96	Houve evolução do cadastramento biométrico no Estado de Santa Catarina no exercício 2019, possibilitando o atingimento da meta fixada pela Administração conforme documento anexo à Res. TRESA n. 7.991/2018 para o indicador IA3.1 - Índice de eleitores com cadastramento biométrico. Em 2019, a meta estabelecida para o indicador foi de 70% e o resultado obtido pelo TRESA (77,06%) superou a meta estabelecida para o exercício.
Gestão por Competências	OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas OE8 - Fortalecimento da governança	Implantação do Programa Gestão por Competências na sede do TRESA, nos termos da Portaria P n. 62/2018, alterada pela Portaria P n. 18/2019. O escopo do Programa inclui: 1. o mapeamento das atividades e das competências das unidades; 2. o mapeamento dos processos finalísticos e estratégicos; 3. o dimensionamento da força de trabalho; 4. a identificação das ocupações críticas; 5. o levantamento do perfil dos servidores e das unidades; 6. a seleção e alocação dos servidores por competências; 7. a avaliação de desempenho por competências; 8. o programa de desenvolvimento por competências. Ao final, este Modelo de gestão deverá ser capaz de garantir as competências necessárias ao adequado desempenho profissional e ao cumprimento da missão da Justiça Eleitoral Catarinense.	R\$ 1.469,50	O Programa Gestão por Competências, iniciado em 2018 e concluído em outubro de 2019, compreendeu três grandes projetos interligados: (a) Gestão por Competências (GPC); (b) Dimensionamento da força de Trabalho (DFT); e (c) Identificação de Ocupações Críticas (IOC). O projeto GPC envolveu o mapeamento das atividades de todas as unidades orgânicas da sede; a modelagem das competências a partir da análise das atividades descritas; e o levantamento de perfil dos servidores e das Unidades por meio do teste psicológico HumanGuide on line. O projeto DFT ocupou-se com o mapeamento dos processos de trabalho, o registro da frequência em que as atividades ocorreram, bem como o registro das observações e singularidades de cada unidade. O projeto IOC obteve como resultado o mapeamento das atividades em que somente um servidor realiza e/ou detém o conhecimento; o levantamento das necessidades de desenvolvimento de competências; e a identificação do grau de participação e envolvimento dos servidores no desenvolvimento das atividades.
Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nas Zonas Eleitorais	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional	Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as unidades de 1º grau de jurisdição da Justiça Eleitoral.	R\$ 84.252,00	Foi realizada capacitação dos servidores das Zonas Eleitorais via EAD e presencialmente. O sistema foi implantado em todas as instâncias da Justiça Eleitoral conforme cronograma disponibilizado pelo TSE, sendo seu uso obrigatório para as novas ações.

Título	Alinhamento Estratégico	Finalidade	Recursos financeiros alocados no exercício	Resultados
Planejamento das Eleições Municipais 2020	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Definição de diretrizes estratégicas e das atividades necessárias para a organização e realização do Projeto Eleições Municipais 2020 no âmbito da Justiça Eleitoral em Santa Catarina, fornecendo um plano de gerenciamento do projeto, documentação que consolida o planejamento das atividades operacionais necessárias à organização do pleito agregando planos de ação de melhoria produzidos pelas unidades.	R\$ 0,00	Portaria P. n. 183/2019 definiu as diretrizes estratégicas para o planejamento das Eleições 2020 na Justiça Eleitoral em Santa Catarina.
1ª Convenção da Justiça Eleitoral catarinense	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	Alinhar institucionalmente a Justiça Eleitoral catarinense, concluir a avaliação das eleições e estabelecer o marco temporal para o início do planejamento do pleito seguinte.	R\$ 438.524,56	A Resolução TRES n. 7.994/2019 instituiu a Convenção da Justiça Eleitoral catarinense. O evento marcou o início do planejamento do Projeto Eleições 2020. O resultado do evento foi avaliado como positivo para o TRES e possibilitará a evolução e melhoria do processo eleitoral, sempre com foco na segurança e transparência do processo. 1ª Convenção da Justiça Eleitoral catarinense realizada nos dias 13 a 15/03/2019 com os servidores das Zonas Eleitorais e 21 e 22/03/2019 em Florianópolis com os servidores da Sede.
Prêmio Conecta de Inovação	OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de Pessoas	Reconhecer ações inovadoras que contribuam para o aprimoramento dos processos organizacionais e a melhoria da prestação do serviço público, valorizando os trabalhos desenvolvidos por seu corpo funcional.	R\$ 1.680,40	A Resolução TRES n. 7.995/2019 instituiu o Prêmio Conecta no âmbito da Justiça Eleitoral catarinense. Considerando que a capacidade de o Tribunal gerar resultados depende essencialmente da qualificação, da motivação, do comprometimento e da integração de seus servidores, e que esses aspectos podem ser impulsionados, entre outras ações, por mecanismos institucionais de reconhecimento profissional. A edição 2019 teve 73 trabalhos inscritos e premiou 23 deles, sendo 12 no segmento Zonas Eleitorais e 11 no segmento Sede. Os trabalhos são classificados em 4 categorias distintas: inovação de produto e serviço, inovação de processo, inovação de marketing e inovação organizacional.
Congresso de Liderança Política Feminina	OE1 - Garantia dos direitos de cidadania	Promover reflexões sobre os temas: representatividade das mulheres na política, fundos públicos e o financiamento de campanhas femininas, as mulheres nos partidos políticos, políticas públicas para as mulheres e liderança de gestoras públicas.	R\$ 5.516,00	Congresso de Liderança Política Feminina (temas: Representatividade das Mulheres na Política; Fundos Públicos e o Financiamento de Campanhas Eleitorais; As Mulheres nos Partidos Políticos), com 476 inscritos no evento principal e 263 inscritos nas oficinas. Saiba mais: http://www.tre-sc.jus.br/o-tre/escola-judiciaria-eleitoral/eventos/congresso-de-lideranca-politica-feminina

IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO NAS ZONAS ELEITORAIS

O planejamento, as ações de capacitação e a implementação do PJe no âmbito dos cartórios eleitorais atendem os seguintes objetivos estratégicos deste Tribunal: OE1 - Garantia dos direitos de cidadania; OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa; OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

Para execução do projeto, foram alocados R\$ 84.252,00 (oitenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e dois reais)

Dentre as atividades desenvolvidas, destacam-se:

- Implantação do PJe ZE em todas as zonas eleitorais do Estado;
- Capacitação da equipe, treinamento, produção de conteúdo e suporte aos servidores das Zonas Eleitorais;
- Alinhamento institucional e reuniões explicativas com os órgãos externos.

No tocante à gestão do cadastro eleitoral, a implantação do PJe demandou, em especial, a participação em treinamentos (a distância e presenciais) e a produção de material instrucional dirigido à própria equipe e às equipes dos cartórios eleitorais (roteiros “passo a passo”).

Coube ao Corregedor Regional Eleitoral a coordenação do Comitê Gestor do PJe, composto por Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública, dos Juízes de 1º Grau, Ordem dos Advogados do Brasil, além de servidores da Corregedoria, da Secretaria Judiciária e da Secretaria de Tecnologia da Informação deste Tribunal, os quais estiveram reunidos em duas oportunidades, fornecendo importantes contribuições para o aprimoramento do sistema.

Os objetivos institucionais foram atendidos, vez que o Processo Judicial Eletrônico foi implantado em todas as Zonas Eleitorais do Estado, sendo que tais esforços viabilizaram o emprego de um sistema informatizado para o processamento das ações eleitorais nas eleições municipais vindouras, propiciando maior agilidade, transparência e segurança na prestação jurisdicional e, consequentemente, o aprimoramento do processo eleitoral.

Revisão de eleitorado com a coleta de dados biométricos

Uma das diretrizes do trabalho executado no exercício 2019 foi promover a depuração do eleitorado dos municípios em que há desproporção entre o número de habitantes e o número de votantes. Trata-se de uma situação identificada em mais de 100 (cem) municípios de Santa Catarina e que causou grande preocupação nas lideranças políticas do Estado.

Com o objetivo de realizar a adequação necessária para assegurar a legitimidade do próximo pleito, quando a diferença na votação entre eleitos e não-eleitos pode ser mínima, este Tribunal aprovou a priorização da depuração do cadastro por meio de revisão em todos os municípios cujo número de eleitores correspondesse a mais de 80% da população.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Aperfeiçoar o atendimento ao cidadão (OE1, OE3, OE6 e OE8);
- Ampliar o serviço de agendamento de atendimento ao eleitor (OE1 e OE3).

Foram alocados R\$ 510.320,96 (quinhentos e dez mil, trezentos e vinte reais e noventa e seis centavos).

Cento e vinte e seis municípios de Santa Catarina foram submetidos ao procedimento – incluídos também outros, por motivos diversos, conforme listados a seguir: Agronômica (102 ZE), Águas de Chapecó (70 ZE), Águas Frias (66 ZE), Alto Bela Vista (9 ZE), Anita Garibaldi (52 ZE), Arabutã (90 ZE), Araquari (27 ZE), Arroio Trinta (36 ZE), Arvoredo (61 ZE), Atalanta (57 ZE), Aurora (102 ZE), Balneário Arroio do Silva (1 ZE), Balneário Barra do Sul (27 ZE), Balneário Rincão (79 ZE), Bandeirante (45 ZE), Barra Bonita (82 ZE), Barra Velha (68 ZE), Belmonte (45 ZE), Bocaina do Sul (21 ZE), Bom Jesus (43 ZE), Bom Jesus do Oeste (83 ZE), Brunópolis (7 ZE), Calmon (6 ZE), Capão Alto (104 ZE), Catanduvas (18 ZE), Caxambu do Sul (70 ZE), Cerro Negro (52 ZE), Chapadão do Lageado (39 ZE), Cordilheira Alta (35 ZE), Cunhataí (70 ZE), Entre Rios (48 ZE), Erval Velho (85 ZE), Faxinal dos Guedes (43 ZE), Flor do Sertão (58 ZE), Formosa do Sul (78 ZE), Fraiburgo (77 ZE), Frei Rogério (11 ZE), Grão-Pará (44 ZE), Guaraciaba (82 ZE), Guatambú (35 ZE), Ibicaré (47 ZE), Iomerê (36 ZE), Ipira (37 ZE), Iraceminha (58 ZE), Irati (78 ZE), Itá (61 ZE), Itaiópolis (38 ZE), Jaborá (18 ZE), Jardinópolis (78 ZE), José Boiteux (14 ZE), Lacerdópolis (85 ZE), Laurentino (102 ZE), Lebon Régis (77 ZE), Leoberto Leal (39 ZE), Luiz Alves (106 ZE), Luzerna (18 ZE), Macieira (6 ZE), Maracajá (1 ZE), Maravilha (58 ZE), Matos Costa (25 ZE), Meleiro (42 ZE), Mirim Doce (46 ZE), Modelo (83 ZE), Mondai (41 ZE), Monte Carlo (77 ZE), Monte Castelo (81 ZE), Morro Grande (42 ZE), Navegantes (106 ZE), Nova Itaberaba (66 ZE), Otacílio Costa (93 ZE), Ouro Verde (71 ZE), Paial (94 ZE), Paineira (21 ZE), Palma Sola (69 ZE), Palmeira (93 ZE), Paraíso (82 ZE), Pedras Grandes (33 ZE), Peritiba (9 ZE), Petrolândia (39 ZE), Piratuba (37 ZE), Planalto Alegre (70 ZE), Ponte Alta (11 ZE), Presidente Castello Branco (9 ZE), Presidente Nereu (102 ZE), Princesa (50 ZE), Rio das Antas (6 ZE), Rio do Campo (46 ZE), Rio dos Cedros (55 ZE), Rio Fortuna (44 ZE), Rio Rufino (4 ZE), Riqueza (41 ZE), Rodeio (15 ZE), Saltinho (69 ZE), Santa Cecília (51 ZE), Santa Helena (45 ZE), Santa Rosa de Lima (44 ZE), Santa Terezinha do Progresso (58 ZE), São Bernardino (69 ZE), São

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Carlos (70 ZE), São João do Itaperiú (68 ZE), São João do Oeste (65 ZE), São José do Cedro (50 ZE), São José do Cerrito (104 ZE), São Martinho (99 ZE), São Miguel da Boa Vista (58 ZE), Schroeder (17 ZE), Seara (61 ZE), Serra Alta (83 ZE), Sombrio (54 ZE), Sul Brasil (83 ZE), Tigrinhos (58 ZE), Timbé do Sul (42 ZE), Treviso (92 ZE), Treze de Maio (33 ZE), Treze Tílias (47 ZE), Tunápolis (65 ZE), União do Oeste (78 ZE), Urubici (4 ZE), Vargem (7 ZE), Vargem Bonita (63 ZE), Vidal Ramos (39 ZE), Vitor Meireles (14 ZE), Witmarsum (14 ZE), Xanxerê (43 ZE), Xavantina (61 ZE) e Zortéa (37 ZE).

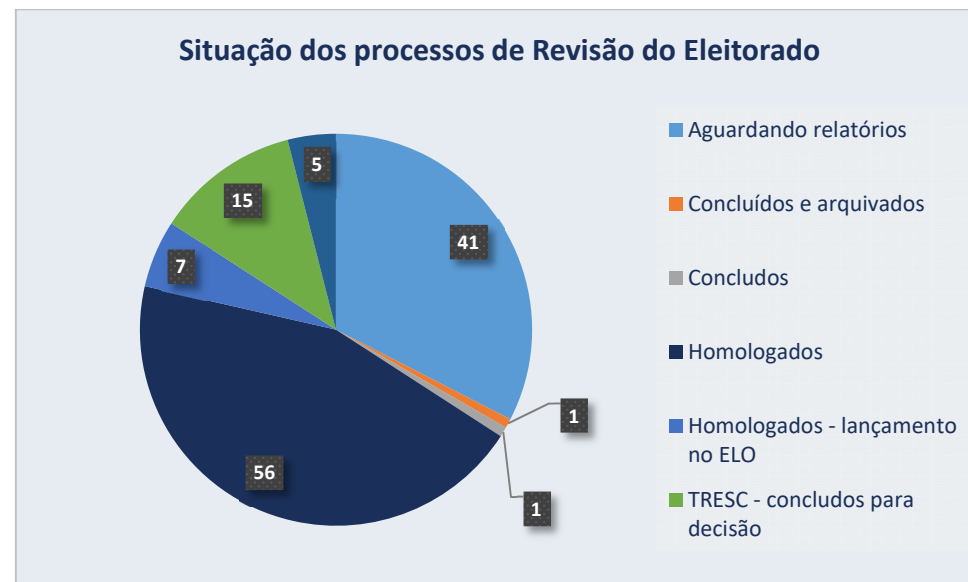
Em todos estes municípios foi exigida a comprovação do domicílio eleitoral e a coleta de dados biométricos, de modo a conferir maior legitimidade ao eleitorado.

Foi realizado o acompanhamento do atendimento de eleitores, prestando-se as orientações necessárias nos usuais casos de excesso de demanda em relação à capacidade de atendimento das equipes dos cartórios eleitorais, bem como a edição e acompanhamento dos cronogramas operacionais de processamento do cadastro eleitoral posteriores ao encerramento do prazo de comparecimento.

Definiu-se a instalação de 32 (trinta e dois) postos de atendimento com o objetivo de facilitar o acesso da população aos serviços eleitorais.

Os objetivos foram atingidos, pois, juntamente com os dados biométricos obtidos por meio do atendimento ordinário nos cartórios eleitorais, as revisões de eleitorado proporcionaram, no ano de 2019, obter o resultado de **77,06%** dos eleitores biometrizados em Santa Catarina, superando a meta para o exercício.

No encerramento o ano de 2019, a situação dos processos de revisão foi a seguinte:



ATIVIDADES CORRECIONAIS E VISITAS TÉCNICAS

As atividades Correcionais e Visitas Técnicas alinham-se aos seguintes objetivos estratégicos: OE1 - Garantia dos direitos de cidadania; OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa; OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; e OE8 - Fortalecimento da governança.

Para realização das correções, foram alocados R\$ 9.690,38 (nove mil, seiscentos e noventa reais e trinta e oito centavos).

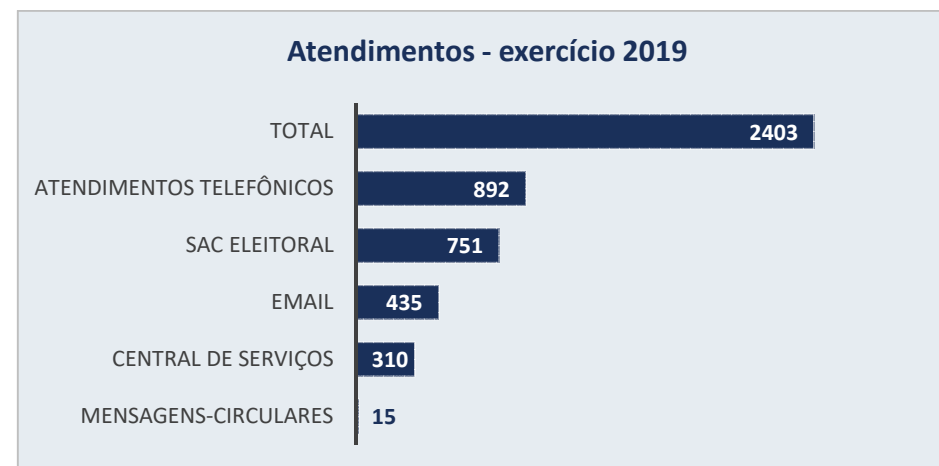
Em 2019 foram realizadas 13 (treze) correções ordinárias *in loco* e visitas técnicas nas seguintes zonas eleitorais:

Zonas Eleitorais	Município	Modalidade
28	São Joaquim	Visita Técnica
47	Tangará	Visita Técnica
77	Fraiburgo	Visita Técnica
7	Campos Novos	Visita Técnica
5	Brusque	Ordinária
27	São Francisco do Sul	Ordinária
39	Ituporanga	Ordinária
48	Xaxim	Ordinária
49	São Lourenço do Oeste	Ordinária
60	Guaramirim	Ordinária
67	Santo Amaro da Imperatriz	Ordinária
83	Modelo	Ordinária
105	Joinville	Ordinária

Os objetivos estratégicos foram alcançados, vez que a realização de tais atividades permitiu a constatação *in loco* de eventuais problemas técnicos, de infraestrutura e de atendimento ao público. Do mesmo modo, foi possível constatar equívocos nos procedimentos administrativos e processuais, que prejudicavam a prestação de serviço ao cidadão, bem como poderia implicar em atraso na prestação jurisdicional.

Orientação aos cartórios eleitorais acerca de dúvidas de natureza processual, procedimental e PJe

Os cartórios eleitorais foram orientados a respeito de dúvidas de natureza processual e procedimental, tanto em processos oriundos do próprio juízo de primeiro grau, quanto no cumprimento de atos emanados desta Corte, alinhando-se aos seguintes objetivos estratégicos: OE1 - Garantia dos direitos de cidadania; OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa; OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; e OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.



Os objetivos estratégicos foram alcançados, vez que a realização de tais atividades permite o aprimoramento contínuo dos procedimentos cartorários, uma vez que a padronização e otimização de procedimentos garantem uma prestação jurisdicional mais célere.

Orientações aos cartórios eleitorais e eleitores

No ano de 2019 foi concluído o desenvolvimento de conteúdo (iniciado em 2018) e o exercício de tutoria de treinamento em EAD voltados aos aspectos básicos das rotinas de atendimento ao eleitor e ao cadastro eleitoral, com vistas ao seu aperfeiçoamento, com carga de 16 (dezesesseis horas), executado em parceria com a Escola Judiciária Eleitoral, capacitando 135 (cento e trinta e cinco) colaboradores.

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Em relação às atividades de supervisão e fiscalização dos trabalhos na gestão do cadastro eleitoral, aponta-se o acompanhamento realizado pelas unidades da Corregedoria para ocorrências de potenciais inconsistências nos históricos cadastrais dos eleitores, aos prazos para o processamento de lotes de requerimento de alistamento eleitoral (RAE) e à disponibilização de vagas para agendamento de atendimento pelos cartórios aos eleitores.

Quanto às atividades de processamento de atualização da Base de Perda e Suspensão de Direitos Políticos, das retificações de histórico de ASE e RAE e das Coincidências, bem como as afetas ao fornecimento de dados de eleitores, foram efetivadas, em 2019, 8.415 (oito mil, quatrocentas e quinze) movimentações.

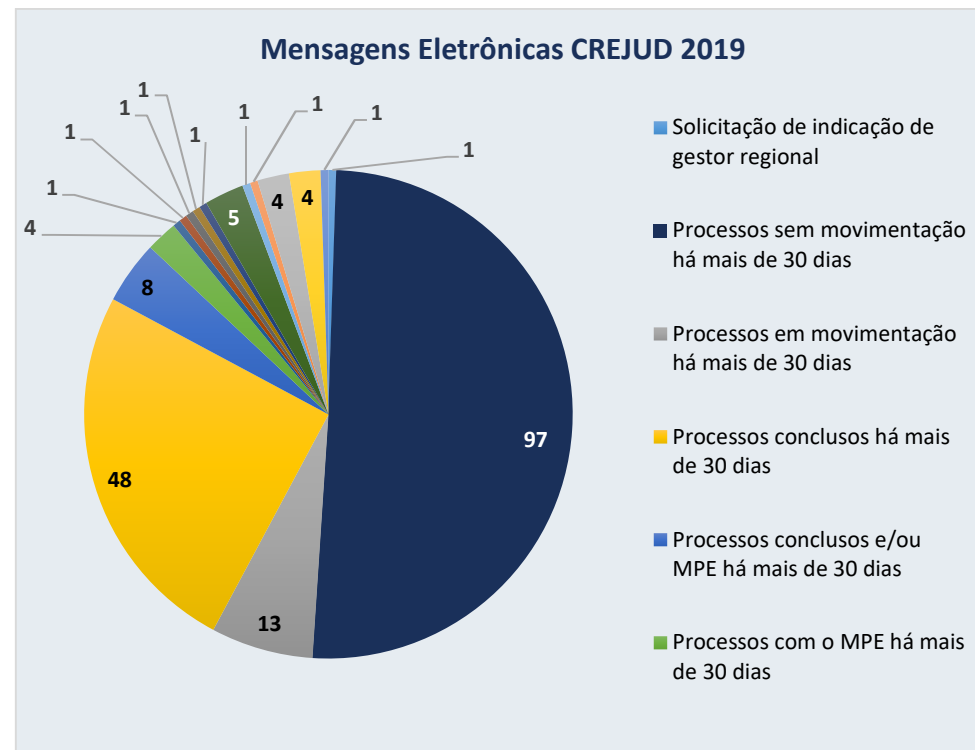
O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Aperfeiçoar o atendimento ao cidadão (OE1, OE3, OE6 e OE8);
- Aprimorar continuamente os procedimentos dos cartórios (OE1 e OE4).

Acompanhamento dos processos instaurados nas zonas eleitorais

O acompanhamento mensal das ações instauradas na Justiça Eleitoral de 1º Grau é feito por meio do Sistema de Acompanhamento de Documentos e Processos – SADP, visando ao atendimento dos seguintes objetivos estratégicos: OE1 - Garantia dos direitos de cidadania; OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa; OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; e OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

Foram encaminhadas 192 (cento e noventa e duas) mensagens eletrônicas para providências quanto ao andamento dos feitos, a fim de garantir a regularidade do trabalho nos cartórios, conforme gráfico ao lado:



Os objetivos foram atingidos, vez que o 1º Grau de Jurisdição cumpriu todas as metas estabelecidas pelo CNJ, conforme tópico seguinte.

Levantamento estatístico

O fornecimento dos dados solicitados pelo Conselho Nacional de Justiça, especialmente em relação às Metas estabelecidas e ao “Justiça em Números”, alinha-se aos seguintes Objetivos Estratégicos: OE1 - Garantia dos direitos de cidadania; OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa; OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; e OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

O levantamento dos dados tem como base as informações constantes no SADP e no PORTCRE, sendo as zonas eleitorais constantemente orientadas a manter o sistema atualizado.

Os objetivos acima citados foram atingidos vez que o 1º Grau de Jurisdição cumpriu todas as metas estabelecidas pelo CNJ, o que demonstra a efetividade do trabalho deste Tribunal, bem como o empenho das Zonas Eleitorais.

Metas atingidas por este Regional:

Meta 1 – Percentual de cumprimento: 156%

Meta 2 – Percentual de cumprimento: TRE (106,91%) e 1ª Instância (108,07%)

Meta 4 – Percentual de cumprimento: Eleições 2016 (102,63%) e Eleições 2018 (133,33%).

Realização de Audiências Públicas

A consecução desta iniciativa teve como propósito divulgar os fundamentos e objetivos das revisões de eleitorado, o papel da ouvidoria eleitoral e os canais de comunicação dos usuários com a Justiça Eleitoral catarinense. Foram realizadas audiências públicas de Revisão de Eleitorado e de Ouvidoria nos municípios de Balneário Barra do Sul, Barra Velha, Maravilha, Catanduvas e Concórdia.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Aperfeiçoar o atendimento ao cidadão (OE1, OE3, OE6 e OE8);
- Promover o conhecimento eleitoral (OE1 e OE5);
- Promover ações de formação política e educação para a cidadania (OE1 e OE2).

Destaca-se a intensificação do uso do SAC-Eleitoral com a implantação do sistema para o encaminhamento das respostas às dúvidas das zonas eleitorais em substituição ao correio eletrônico e às chamadas telefônicas.

Além disso, houve a disponibilização de FAQ (respostas às dúvidas mais frequentes) acerca dos procedimentos cartorários, bem como sobre o uso do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e a confecção de manuais e tutorias, com o objetivo de aperfeiçoar a prestação jurisdicional e os serviços disponibilizados aos eleitores.

Mecanismos, ações e atividades implementadas e determinadas pela alta administração e pelas unidades de contexto da UPC para garantir a legalidade, a economicidade, a eficiência, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos da organização

Declaração do Diretor-Geral

A Direção-Geral do TRESA constitui instância interna de governança.

No âmbito de sua competência regimental, destacam-se as seguintes atribuições da Direção-Geral: planejar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar as atividades das unidades orgânicas do Tribunal, aprovando os respectivos planos de ação e programas de trabalho, bem como receber, transmitir, cumprir e fazer cumprir as decisões do Tribunal e da Presidência.

A Diretoria-Geral integra o Conselho de Governança Corporativa (CGC), o qual possui as seguintes competências: avaliar, orientar e propor sobre a governança, as diretrizes e as políticas institucionais; deliberar sobre proposta de planejamento estratégico e submetê-la à Presidência do Tribunal; avaliar a estratégia da Instituição, monitorando seu desempenho e conformidade, podendo promover ajustes e outras medidas necessárias à melhoria do desempenho institucional; promover o alinhamento das estratégias, das diretrizes e das políticas ao interesse público; acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal Superior Eleitoral e Tribunal de Contas da União; promover o envolvimento das partes interessadas; promover a comunicação e a integração entre as instâncias de governança e de apoio à governança; promover o acompanhamento periódico dos riscos estratégicos; analisar e propor a adequação das demandas dos órgãos de fiscalização e controle relacionadas à implantação de estruturas, de mecanismos e de instrumentos adicionais de governança no âmbito do TRESA; promover, no âmbito do TRESA, as boas práticas de governança pública, observando seus princípios.

Por fim, declara-se que o plano de gerenciamento deste Tribunal para o exercício 2019 atendeu à legalidade, transparência, confiabilidade das informações, eficácia, eficiência e economicidade da gestão do TRESA.

Declaração do Assessor Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições

A Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições é unidade orgânica integrante da Direção-Geral do TRESA e tem por finalidade assessorar a execução do planejamento estratégico institucional, coordenar o planejamento das eleições, acompanhar a execução das atividades do planejamento das eleições, acompanhar a execução das iniciativas e projetos estratégicos e o desempenho das metas estabelecidas, contribuindo para o alcance dos objetivos estratégicos do TRESA e o consequente cumprimento da missão institucional.

Os resultados dos nove objetivos estratégicos do TRESA estão demonstrados na íntegra deste relato integrado.

Por fim, declara-se o cumprimento satisfatório das metas contidas nos planos para o exercício, a legalidade dos atos, a confiabilidade das informações e a eficácia, eficiência e economicidade da gestão do TRESA para viabilizar e concretizar os objetivos estratégicos de gestão pública em alinhamento com o plano estratégico institucional.

Declaração do Secretário de Administração e Orçamento

A Secretaria de Administração e Orçamento é unidade orgânica integrante da Secretaria do Tribunal do TRESA, integra as instâncias internas de apoio à governança e compõe o Comitê Permanente de Gestão Estratégica do TRESA.

A conformidade e a confiabilidade da gestão orçamentária, financeira e contábil estão fundamentadas nas informações extraídas dos sistemas gerenciais utilizados pela Justiça Eleitoral (SIAFI, SIGEPRO, SGRH, entre outros), corroboradas pelas declarações dos demais gestores responsáveis.

Assim sendo, declara-se que os padrões de gestão deste Tribunal atendem aos requisitos de conformidade e confiabilidade das informações prestadas neste capítulo.

Manifestação da alta administração e as medidas adotadas em relação aos indicadores de governança e gestão levantados, a exemplo dos que foram tratados pelo TCU nos Acórdãos 588/2018-Plenário e 2.699/2018-Plenário (ambos da Relatoria do Ministro Bruno Dantas)

O levantamento de Governança e Gestão Públicas realizado periodicamente pelo TCU tem como objetivo estimular as organizações públicas a adotarem boas práticas de governança e gestão, aperfeiçoando a prestação de contas à sociedade.

O TRESA obteve evolução na maioria dos índices monitorados pelo Órgão de Controle Externo. O Presidente comunicou os resultados obtidos pelo TRESA em Sessão Plenária e determinou a divulgação dos resultados no sítio da internet deste Tribunal.

**Outras medidas adotadas pela Administração:**

- Identificação de critérios de oportunidades de melhoria com grande espaço para avanço;
- Publicação dos resultados obtidos no Levantamento de Governança e Gestão Públicas no sítio do TRESA na internet;
- Inclusão das iniciativas estratégicas elencadas para apoiar o alcance dos objetivos estratégicos da Instituição:
 - Elevar o nível de maturidade em governança e gestão de pessoas;
 - Elevar o nível de maturidade em governança e gestão de contratações;
 - Elevar o nível de maturidade em governança e gestão de TI;
 - Elevar o nível de maturidade em gestão de riscos
 - Promover um ambiente íntegro e ético;
 - Gerenciar a estratégia institucional;
 - Promover a gestão por competências;
 - Elevar o nível de maturidade em segurança da informação.

Inclusão dos indicadores de governança e gestão extraídos do relatório do levantamento de governança e gestão públicas como indicadores para medição e monitoramento periódico do Planejamento Estratégico Institucional.



TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

LINHAS DE DEFESA

A figura a seguir demonstra o modelo de três linhas de defesa estruturado no TREC para fortalecer os controles internos e contribuir para que a Instituição alcance seus objetivos estratégicos.



RISCO

Efeito da incerteza sobre os objetivos estabelecidos pela Instituição.



RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Na tabela a seguir estão elencados os riscos identificados pelo TREC com elevada probabilidade de ocorrência no exercício, os impactos para estratégia e respectivas medidas de mitigação adotadas pela Administração.

As principais fontes de riscos e oportunidades estão relacionadas às pessoas, aos processos, aos sistemas, à infraestrutura e aos eventos externos.

PRINCIPAIS RISCOS	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Disseminação de notícias falsas sobre a segurança do sistema eletrônico de votação e do processo eleitoral	Desestabilização do processo eleitoral. Desconfiança dos eleitores nas instituições democráticas. Impacto na imagem e credibilidade da Justiça Eleitoral junto à sociedade. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; OE8 – Fortalecimento da governança.	- Aprovação das Diretrizes Estratégicas para a realização das Eleições 2020 na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, contemplando: - Diretriz: Aperfeiçoar as medidas de enfrentamento à desinformação e notícias falsas objetivando o fortalecimento da imagem da Justiça Eleitoral. - Diretriz: Aperfeiçoar o gerenciamento dos riscos do projeto para apoiar continuamente a tomada de decisões da Administração. - Divulgação do programa de Enfrentamento à Desinformação com foco nas Eleições 2020 lançado pelo TSE; - Realização de ações e eventos de conscientização política em parceria com outras instituições.
Redução de disponibilidade orçamentária	Impacto na atualização do parque computacional e na seleção de projetos. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas; OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária; OE9 - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação.	- Aprovação das Diretrizes Estratégicas para a realização das Eleições 2020 na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, contemplando: - Diretriz: Racionalizar as atividades de forma a garantir o aumento da produtividade e a redução de custos. - Diretriz: Adotar os meios eletrônicos como padrão para a convocação de mesários. - Priorização da alocação de recursos orçamentários para a manutenção das atividades da Justiça Eleitoral catarinense e projetos estratégicos; - Aprovação da evolução dos critérios de identificação, priorização e seleção de projetos estratégicos pela Administração.

PRINCIPAIS RISCOS	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Redução da força de trabalho	Em razão de múltiplos casos de aposentadoria de servidores, sem a devida recomposição da força de trabalho, por conta das restrições de gastos impostas pela Emenda Constitucional n. 95/2016 e a edição da Portaria TSE n. 671/2017 e alterações posteriores, que impediram a nomeação de novos servidores nas hipóteses de aposentadoria, falecimento, entre outros. Essa situação tem como agravante a exigência legal de manutenção de quadro de pessoal mínimo nos cartórios eleitorais do interior do Estado, composto de pelo menos dois servidores do quadro de pessoal da Justiça Eleitoral, sendo um ocupante do cargo de Técnico Judiciário e outro de Analista Judiciário (cf. Lei n. 10.842/2004). O impacto mais significativo na estratégia é a sobrecarga de trabalho para os servidores ativos, podendo gerar aumento do absenteísmo e a perda de qualidade no atendimento aos cidadãos. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	- Aprovação das Diretrizes Estratégicas para a realização das Eleições 2020 na Justiça Eleitoral em Santa Catarina, contemplando: - Diretriz: Otimizar o atendimento das demandas de força de trabalho observando a criticidade das atividades do projeto e perfil requerido, e a adequação do calendário à limitação de pessoal. - Abertura de vagas em concurso interno de remoção somente nos municípios do interior do Estado nos quais havia déficit de servidores e observando estritamente os critérios objetivos que ordenam o fator de criticidade dos cartórios com claros de lotação; - Otimização e automatização de rotinas de trabalho, priorizando atividades finalísticas e/ou essenciais; - Constituição de forças-tarefa para auxílio às zonas eleitorais em situação crítica, especialmente as em processo de revisão do eleitorado e expansão do alistamento biométrico;
Contratações frustradas	Possibilidade de inviabilização da execução de projetos estratégicos com impacto em todos os objetivos do ciclo estratégico vigente. OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária	- Promoção de estudos para o aprimoramento da sistemática de apuração de custos; - Viabilizar a capacitação dos integrantes das equipes de planejamento das contratações; - Avaliar constantemente as minutas-padrão de editais.
Concentração de licitações em determinado período do exercício	Possibilidade de atraso na execução de projetos, de exigência de trabalho além da jornada e do aumento da probabilidade de erros e consequentes frustrações, impactando principalmente nos objetivos: OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária; OE8 – Fortalecimento da governança.	- Manter equipe de pregoeiros qualificada e disponível; - Monitorar o cumprimento dos prazos estabelecidos no Plano de Aquisições.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

PRINCIPAIS RISCOS	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Necessidade de contratação de objetos ou valores não contemplados no Plano de Aquisições	Revisão do Plano de Aquisições, sacrifício de demandas originalmente previstas, necessidade de pleitear suplementação orçamentária, impactando principalmente nos objetivos: OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária; OE8 – Fortalecimento da governança.	- Divulgar previamente à elaboração do Plano de Aquisições, os projetos da Administração para o exercício seguinte; - Aprimorar a estimativa de valores na fase de planejamento orçamentário.
Indisponibilidade ou perda de qualidade no sistema de atendimento aos eleitores	Interrupção do atendimento aos eleitores, prejudicando a imagem da Instituição perante ao seu público; Coleta parcial de dados biométricos; Comprometimento da viabilidade de agregação de seções eleitorais para as eleições; incongruência de dados Estatísticos. Objetivos estratégicos impactados: OE1 – Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; OE5 – Aperfeiçoamento da gestão da informação.	- Solicitação à unidade técnica do TSE, de ajustes no sistema; - Acompanhamento e análises sistemáticas dos relatórios; - Realização de consultas pontuais no cadastro eleitoral para verificação da necessidade de ajustes.
Ataque à segurança digital (<i>cyber attack</i>)	Risco de vazamento de informação ou publicação não autorizada, com depreciação da imagem da Instituição. Caso ocorra pode trazer e indisponibilidade dos serviços de TI e prejuízo financeiro. Objetivos estratégicos impactados: OE1- Garantia dos direitos da cidadania; OE5 - Aperfeiçoamento da gestão da informação; OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária; OE9 - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação; Objetivo do Planejamento Estratégico de TI impactado: (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.	- Atualizar periodicamente o parque de TIC (software e hardware); - Conscientizar os usuários acerca de segurança da informação; - Aperfeiçoamento técnico das equipes da CSC e CSIT em segurança; - Priorizar a ação estratégica AE08 - Contratar garantia / suporte para os equipamentos do datacenter; - Priorizar a ação estratégica AE09 - Aprimorar medidas de segurança no Datacenter; - Priorizar a ação estratégica AE16 - Implantar processo de gestão de serviços de segurança de TIC; - Reforçar a análise prévia de segurança na implantação de sistemas; - Prospectar ferramentas de apoio à gestão da segurança.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

PRINCIPAIS RISCOS	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO
Indisponibilidade do <i>link</i> de comunicação de dados	Indisponibilidade dos serviços de TI, com prejuízos no atendimento ao eleitor e possibilidade de impacto na própria eleição. Objetivos estratégicos impactados: OE1- Garantia dos direitos da cidadania; OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral; OE9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação. Objetivo do Planejamento Estratégico de TI impactado: (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC.	- Contratar link redundante de comunicação de dados com os Cartórios Eleitorais.

Importante mencionar que o TRESA incluiu como iniciativa estratégica “evoluir o nível de maturidade em gestão de riscos” e incorporou ao seu planejamento estratégico o “Índice de maturidade em gestão de riscos”, que possibilita a avaliação periódica mediante aplicação de questionário disponibilizado pelo Tribunal de Contas da União, tornando mensurável a evolução dos resultados da Instituição frente à gestão de riscos.

RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

Na tabela a seguir estão elencadas as principais oportunidades identificadas pelo TRESA no exercício, impactos para estratégia e respectivas medidas para aproveitamento adotadas pela Administração:

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES	IMPACTO NA ESTRATÉGIA	MEDIDAS PARA APROVEITAMENTO
Aproveitamento de informações biométricas do DENATRAN	Oportunidade de aproveitamento dos dados biométricos coletados pelo DENATRAN gerando economia de recursos e esforços para cadastramento biométrico pelo TRESA. OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral OE9 – Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	- Monitoramento pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)
Suplementação orçamentária	Viabilização de recursos para implementação de iniciativas alinhadas aos objetivos estratégicos da Instituição.	- Criação de portfólio de projetos estratégicos; - Evolução dos critérios de identificação, priorização e seleção de projetos estratégicos.
Aprimoramento dos processos e serviços prestados pela Justiça Eleitoral de Santa Catarina	Incentivo ao aprimoramento e inovação dos processos organizacionais que possibilitem ganhos significativos para: a) o processo eleitoral; b) a prestação do serviço público; c) os processos internos de trabalho; d) a economia de gastos públicos; e) as condições de trabalho; f) o clima organizacional; g) a sustentabilidade ambiental; h) incentivo à integração, reconhecimento e valorização do corpo funcional da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.	- Regulamentação e realização da 1ª Convenção da Justiça Eleitoral de Santa Catarina; - Regulamentação e realização do Prêmio Conecta – Edição 2019; - Criação de portfólio de projetos estratégicos; - Evolução dos critérios de identificação, priorização e seleção de projetos estratégicos.



TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO**Os objetivos, os indicadores e as metas de desempenho definidos para o exercício, sua vinculação aos objetivos estratégicos e à missão da UPC, e, se for o caso, ao Plano Plurianual, aos planos nacionais e setoriais do governo e dos órgãos de governança superior**

O desempenho da estratégia institucional do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina é medido com base no alcance das metas de cada objetivo do Planejamento Estratégico Institucional, instituído pela Res. TRESA n. 7.935/2015.

Após a reformulação dos indicadores estratégicos ocorrida em 2016, foram estabelecidos 9 indicadores, um para cada objetivo estratégico. Os indicadores estratégicos são calculados conforme indicadores de apoio selecionados para cada objetivo, com pesos iguais ou diferenciados considerando as especificidades de anos eleitorais e anos não eleitorais. Os indicadores possibilitam avaliar, de forma objetiva, a evolução da execução do ciclo estratégico no TRESA.

Em 2018, tendo em vista a necessidade de ampliação da vigência do Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em 1 ano (2016 a 2021), conforme deliberado pelo Conselho de Governança Corporativa, foi elaborada uma proposta revisional dos indicadores do Planejamento Estratégico.

A minuta do documento foi construída colaborativamente com as unidades e comissões responsáveis pelas medições dos indicadores e analisada pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica (CPGE) e pelo Comitê Permanente de Comunicação e Integração (CPCI) e disponibilizada para o público interno da Justiça Eleitoral de Santa Catarina para envio de sugestões.

A proposta contemplou a revisão de metas dos indicadores estratégicos e de apoio, incluindo o ajuste referente à ampliação do período e também circunstâncias ambientais internas e externas previstas para o período 2018-2021. Além disso, considerou as medidas de melhoria sugeridas pelas unidades ao longo dos exercícios 2016 e 2017.

O resultado foi aprovado pelo Conselho de Governança Corporativa e submetido pela Presidência ao Pleno do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e originou a Res. TRESA n. 7.991/2018.

O monitoramento dos resultados é realizado através do Relatório de Desempenho da Estratégia Institucional (RDEI) cujos resultados são analisados nas Reuniões de Análise da Estratégia (RAEs) pelo Comitê Permanente de Gestão Estratégica, estrutura de apoio do Conselho de Governança Corporativa e que possui competência para acompanhar e analisar os resultados dos indicadores estratégicos, promovendo os ajustes necessários à melhoria do desempenho institucional.

A Instituição monitora também o cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário e as Metas Específicas aplicáveis ao segmento Justiça Eleitoral que são aprovadas nos Encontros Nacionais do Poder Judiciário, evento promovido anualmente pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Para o ciclo estratégico em vigência, o Tribunal identificou problemas relacionados aos objetivos estratégicos e estabeleceu indicadores como formas de monitoramento para acompanhar a evolução dos resultados, conforme elencados na tabela a seguir:

Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE1 – Garantia dos direitos da cidadania	 Sociedade	O objetivo refere-se ao desafio de garantir, no plano concreto, os direitos da cidadania, buscando fortalecer a democracia, observando o acesso à informação, práticas sustentáveis e acessibilidade.	▪ Qualidade no atendimento ao cidadão prestado pela Justiça Eleitoral catarinense abaixo da expectativa da Instituição; ▪ Falta de tempestividade das respostas nos contatos dirigidos à Ouvidoria e ao Serviço de Acesso à Informação; ▪ Ausência ou insuficiência de ações que promovam a cidadania, que despertem a conscientização sobre a ética na política e a participação crítica e consciente; ▪ Insuficiência de acessibilidade às pessoas com deficiência auditiva e visual no sítio eletrônico do TRESA; ▪ Desempenho insuficiente relacionado às metas estabelecidas no plano de logística sustentável; ▪ Insuficiência de comunicação institucional com a sociedade; ▪ Insuficiência de acessibilidade nos locais utilizados pela Justiça Eleitoral catarinense; ▪ Baixa participação dos eleitores de Santa Catarina no processo eleitoral.	IE1 – Índice de garantia dos direitos da cidadania IA1.1 – Índice de qualidade no atendimento ao cidadão IA1.2 – Índice de contatos dirigidos à Ouvidoria respondidos no prazo IA1.3 – Índice de ações de promoção da cidadania IA1.4 – Índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRESA IA1.5 – Índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo IA1.6 – Índice de desempenho do plano de logística sustentável IA1.7 – Quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRESA IA1.8 – Índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense IA1.9 – Índice de participação eleitoral
OE2 – Combate à corrupção e à improbidade administrativa		Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.	▪ Falta de conscientização do eleitorado, candidatos e partidos políticos sobre práticas ilícitas nas campanhas eleitorais; ▪ Monitoramento da execução do Plano Anual de Auditoria aprovado pela Administração; ▪ Falta de celeridade no julgamento de processos que possam importar restrições à diplomação ou a perda do mandato eletivo; ▪ Falta de probidade administrativa; ▪ Participação dos eleitores de Santa Catarina no processo eleitoral; ▪ Monitoramento de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno.	IE2 – Índice de combate à corrupção e à improbidade administrativa IA2.1 – Índice de execução do plano anual de auditoria IA2.2 – Índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades IA2.3 – Índice de atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário IA2.4 – Índice de julgamento de processos prioritários IA2.5 – Índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

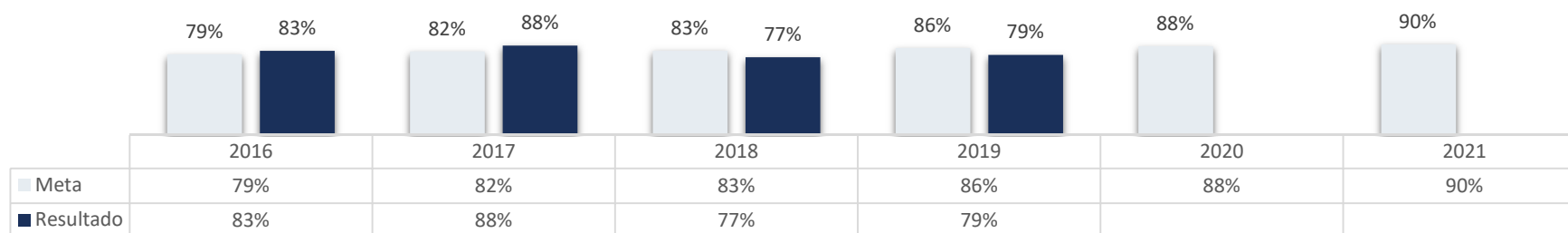
Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE3 – Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral	 Processos Internos	Está relacionado a iniciativas que visem garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança e da transparência dos pleitos eleitorais, com a utilização de tecnologias e com a melhoria de processos de trabalho.	▪ Número de eleitores cadastrados biometricamente abaixo da expectativa da Instituição; ▪ Reconhecimento biométrico do eleitor aquém da expectativa, denotando baixa qualidade na coleta da biometria dos eleitores; ▪ Baixo interesse de entidades participantes das audiências públicas do processo eleitoral, denotando desinteresse e desconhecimento de etapas importantes no processo eleitoral; ▪ Número de mesários voluntários e de convocações realizadas por meio do Portal do eleitor abaixo das expectativas da Instituição; ▪ Número de correições e inspeções aquém das previstas para realização no exercício.	IE3 - Índice de fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral IA3.1 - Índice de eleitores com cadastro biométrico IA3.2 - Índice de reconhecimento biométrico do eleitor IA3.3 - Quantitativo de entidades participantes nas audiências públicas do processo eleitoral IA3.4 - Índice de mesários voluntários convocados IA3.5 - Índice de convocações através do Portal do Eleitor IA3.6 - Quantitativo de correições e inspeções
OE4 – Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional		Têm por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos magistrados e servidores.	▪ Ausência de celeridade no julgamento dos processos judiciais; ▪ Ausência de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral.	IE4 - Índice de celeridade e produtividade na prestação jurisdicional IA4.1 - Índice de agilidade no julgamento de processos judiciais IA4.2 - Índice de congestionamento líquido IA4.3 - Índice de alcance das metas nacionais do Poder Judiciário e específicas da Justiça Eleitoral
OE5 – Aperfeiçoamento da gestão da informação		O objetivo refere-se ao estabelecimento de políticas e práticas para a efetivação da gestão da informação e gestão documental alinhadas às normativas legais e adequadas às necessidades do Tribunal, visando à transparência pública, ao acesso à informação e à eficiência e eficácia de processos de trabalho.	▪ Falta de maturidade da Instituição na gestão documental e na classificação das informações; ▪ Ausência de segurança da informação em nível adequado; ▪ Falta de transparência à população das informações da Instituição nos canais adequados.	IE5 - Índice de aperfeiçoamento da gestão da informação IA5.1 - Índice de maturidade em gestão documental IA5.2 - Índice de maturidade em segurança da informação IA5.3 - Índice de classificação documental IA5.4 - Índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

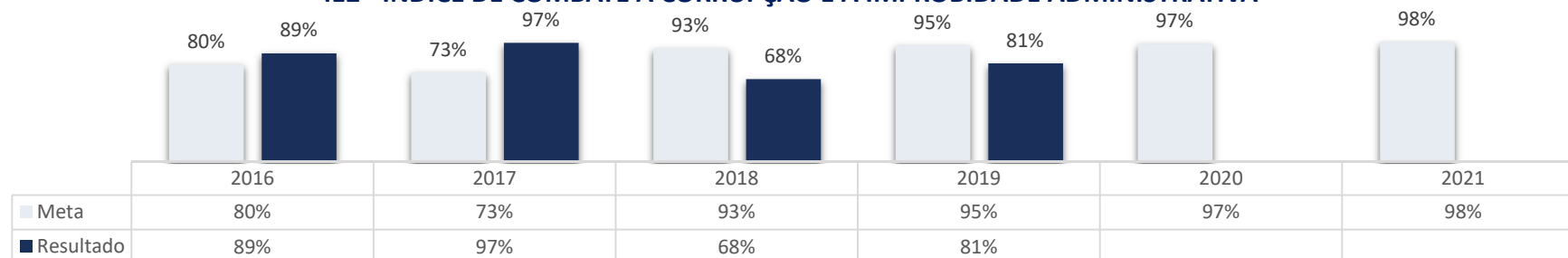
Objetivos Estratégicos	Perspectiva	Visão geral sobre a cadeia de valor	Problemas a serem tratados	Formas de monitoramento
OE6 – Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	 Pessoas e Recursos	Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano no TRES. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos servidores e colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao desenvolvimento de práticas de incentivo; à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho.	▪ Baixo índice de governança e gestão de pessoas; ▪ Clima Organizacional aquém das expectativas; ▪ Ausência de aderência e execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento; ▪ Baixo índice de proteção à saúde do servidor.	IE6 - Índice de aperfeiçoamento da gestão de pessoas IA6.1 - Índice de governança e gestão de pessoas (iGovPessoas) IA6.2 - Índice do clima organizacional IA6.3 - Índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento IA6.4 - Índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento IA6.5 - Índice de proteção à saúde do servidor
OE7 – Aperfeiçoamento da gestão orçamentária		Refere-se ao aperfeiçoamento dos mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias e ao aprimoramento do processo eleitoral e da prestação jurisdicional. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais da Justiça Eleitoral.	▪ Falta de aderência da execução ao planejamento orçamentário; ▪ Falta de execução do orçamento estratégico; ▪ Economia com a realização dos pregões aquém das expectativas da Instituição.	IE7 - Índice de aperfeiçoamento da gestão orçamentária IA7.1 - Índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário IA7.2 - Índice de execução do orçamento estratégico IA7.3 - Índice de economia com realização de pregões
OE8 – Fortalecimento da governança		Formulação, implantação, monitoramento e avaliação de estratégias flexíveis e aderentes ao TRES, produzidas de forma colaborativa pelas unidades do Tribunal. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão de pessoas, de gestão documental, de gestão da informação, de gestão de processos de trabalho e de gestão de projetos.	▪ Nível de maturidade em governança e gestão no TRES aquém das expectativas da Instituição; ▪ Falta de implementação de iniciativas estratégicas; ▪ Ausência de reuniões de análise da estratégia, denotando baixa gestão participativa; ▪ Ausência de adequação ao planejamento de contratações e de agilidade nas modalidades de contratações; ▪ Insuficiência de mapeamento dos processos de trabalho identificados na Cadeia de Valor; ▪ Maturidade de gestão de riscos aquém das metas estabelecidas para a Instituição; ▪ Qualidade e satisfação com os trabalhos de auditoria interna aquém das expectativas estabelecidas pela Instituição; ▪ Baixo índice de governança e gestão de contratações.	IE8 - Índice de fortalecimento da governança IA8.1 – Índice Geral de Governança do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina IA8.2 - Índice de iniciativas estratégicas implementadas IA8.3 - Índice de gestão estratégica participativa IA8.4 - Índice de adequação ao planejamento de contratações IA8.5 - Índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações IA8.6 - Índice de agilidade nas modalidades de contratações IA8.7 - Índice de maturidade em gestão de riscos IA8.8 - Índice de satisfação com os trabalhos da auditoria interna IA8.9 - Índice de qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados IA8.10 - Índice de mapeamento de processos de trabalho identificados na cadeia de valor IA8.11 - Índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat)
OE9 – Aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação		Visa orientar a utilização dos instrumentos de Tecnologia da Informação para suprir as demandas estratégicas. Busca garantir os meios que viabilizem a definição, o planejamento, a priorização e a implantação de soluções tecnológicas que apoiem os processos essenciais da Justiça Eleitoral, os controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como os serviços voltados para a sociedade, com utilização eficiente de recursos.	▪ Nível de governança e gestão de TI aquém das expectativas da Instituição; ▪ Baixo desempenho dos indicadores do Planejamento Estratégico de TIC; ▪ Nível de conformidade na área de Tecnologia da informação aquém das expectativas estabelecidas pela Instituição.	IE9 - Índice de aperfeiçoamento da governança de tecnologia da informação IA9.1 - Índice de governança e gestão de TI (iGovTI) IA9.2 - Índice de desempenho do Planejamento Estratégico de TIC IA9.3 - Índice de conformidade de TIC IA9.4 - Índice de capacidade em gestão de TI (GestaoTI)

ACOMPANHAMENTO DA EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS DOS INDICADORES ESTRATÉGICOS - CICLO 2016-2021

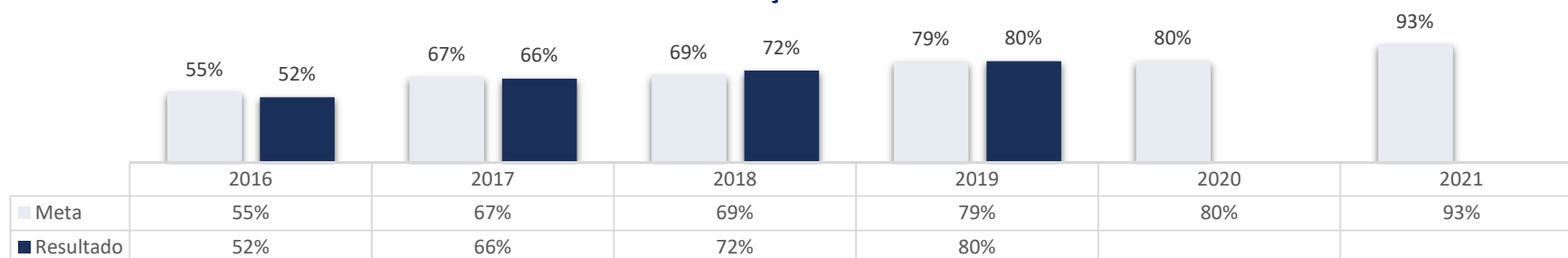
IE1 - ÍNDICE DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CIDADANIA



IE2 - ÍNDICE DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

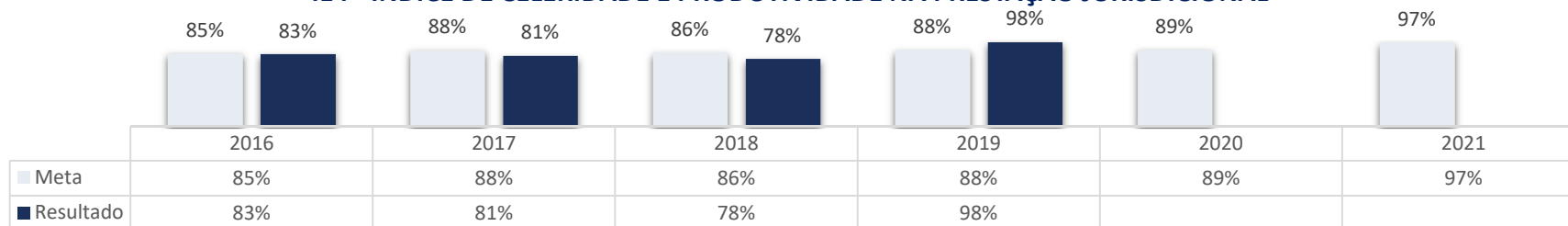


IE3 - ÍNDICE DE FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA E DA TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO ELEITORAL

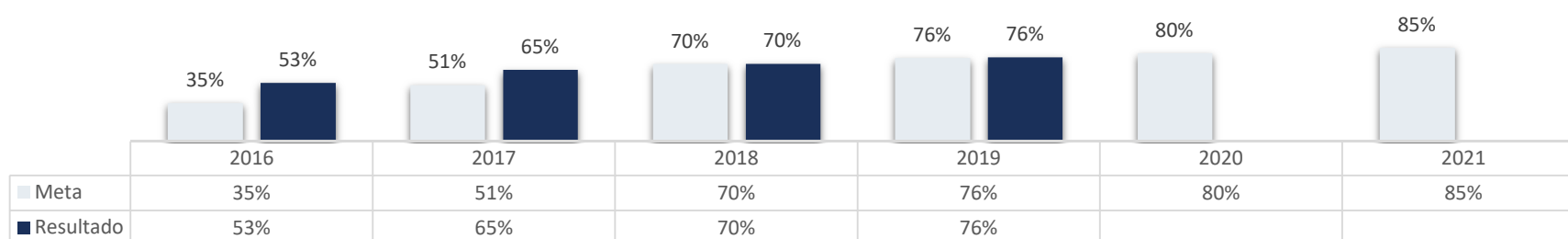


RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

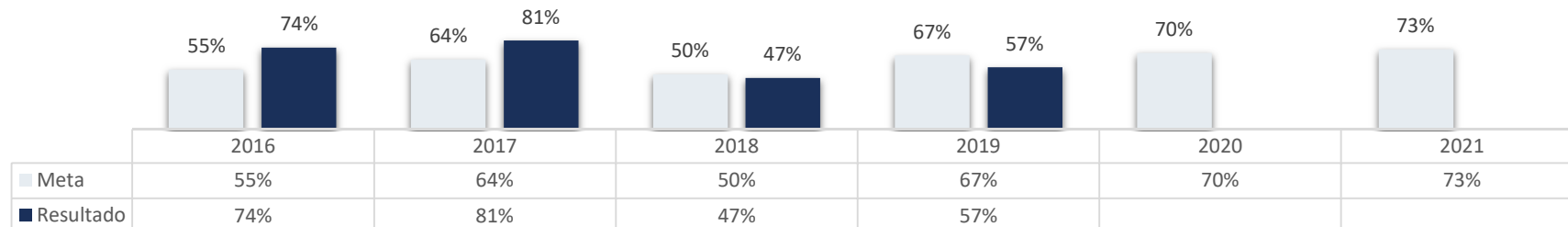
IE4 - ÍNDICE DE CELERIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL



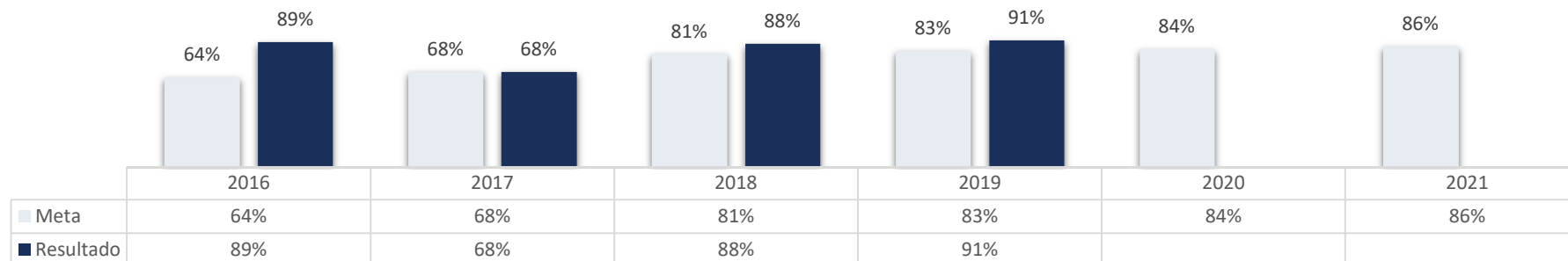
IE5 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA INFORMAÇÃO



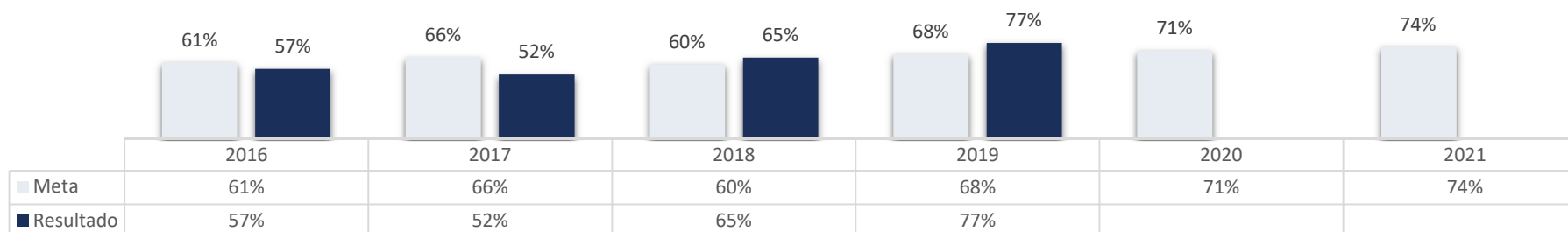
IE6 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS



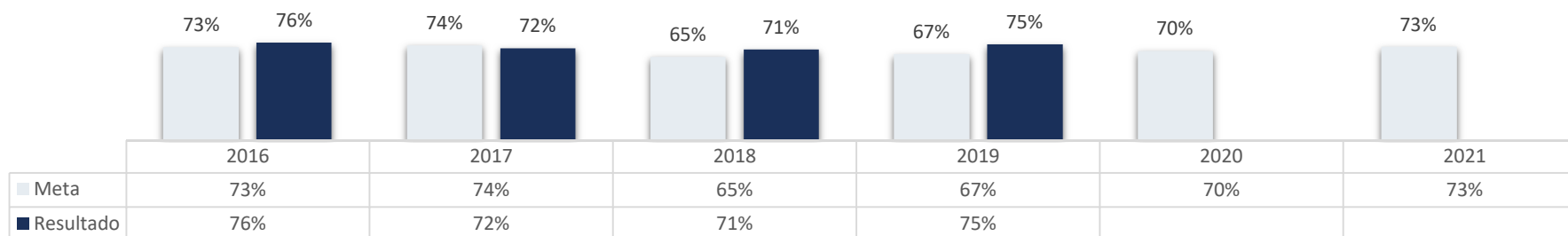
IE7 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA



IE8 - ÍNDICE DE FORTALECIMENTO DA GOVERNANÇA



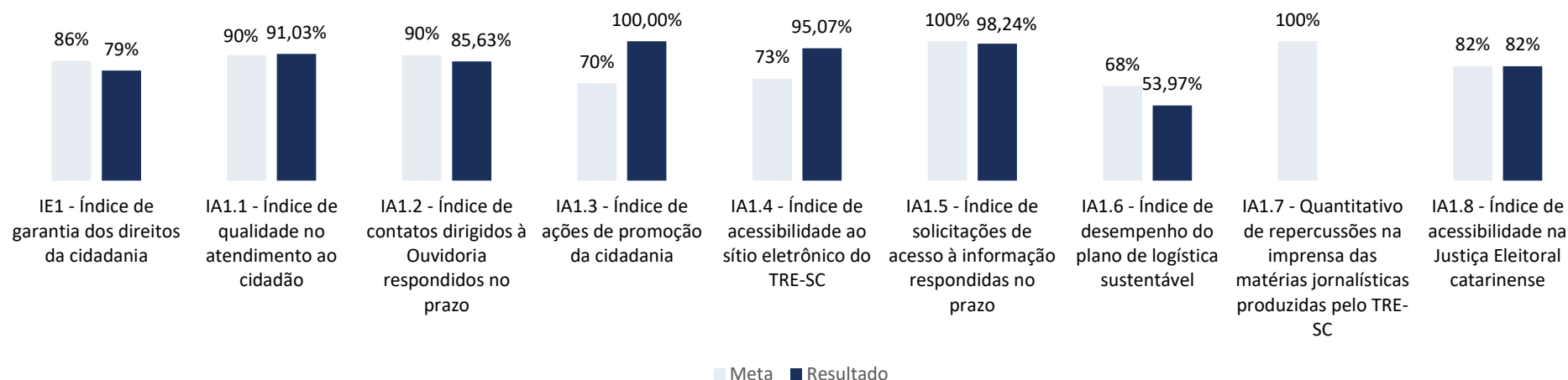
IE9 - ÍNDICE DE APERFEIÇOAMENTO DA GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



RESULTADOS ALCANÇADOS FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - EXERCÍCIO 2019



OE1 - Garantia dos direitos da cidadania



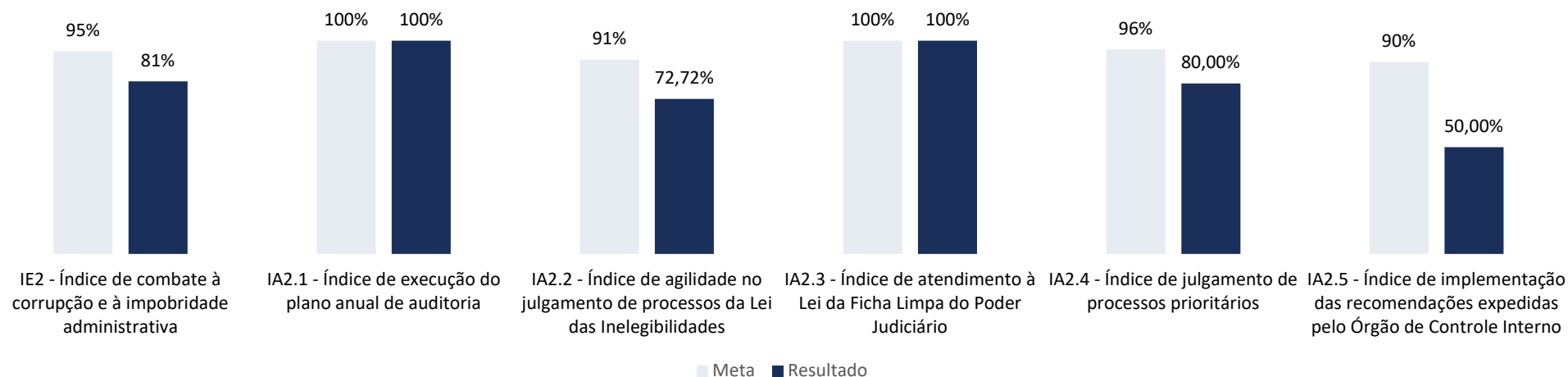
Avaliação dos resultados

A exemplo do ano anterior, em 2019 não foi atingida a meta para o objetivo, medido pelo indicador IE1, embora tenha havido superação das metas estabelecidas para o exercício nos seguintes indicadores auxiliares: índice de qualidade no atendimento aos cidadãos, índice de ações de promoção da cidadania e índice de acessibilidade ao sítio eletrônico do TRESC, bem como o atingimento da meta estabelecida para o índice de acessibilidade na Justiça Eleitoral catarinense. O fator que mais contribuiu para o não atingimento da meta estabelecida para o objetivo estratégico refere-se à impossibilidade da aferição do resultado do indicador IA1.7, que mede o quantitativo de repercussões na imprensa das matérias jornalísticas produzidas pelo TRESC, devido à ausência de contrato com empresa de clippagem, serviço que deixou de ser renovado em razão de restrições orçamentárias que sobrevieram.

Outros fatores que contribuíram para o resultado: em relação ao índice de solicitações de acesso à informação respondidas no prazo, embora apenas 11 pedidos em um universo de 625 pedidos de acesso à informação realizados no exercício não tenham sido atendidos no prazo legal (em até 20 dias), a meta para o ano era de atender a 100% dos pedidos no prazo. Já em relação ao índice de desempenho do plano de logística sustentável o não atingimento da meta no exercício decorreu de restrições orçamentárias impostas pela Emenda Constitucional 95/2016, resultando na necessidade de priorização de alguns indicadores do Plano de Logística Sustentável em detrimento de outros.

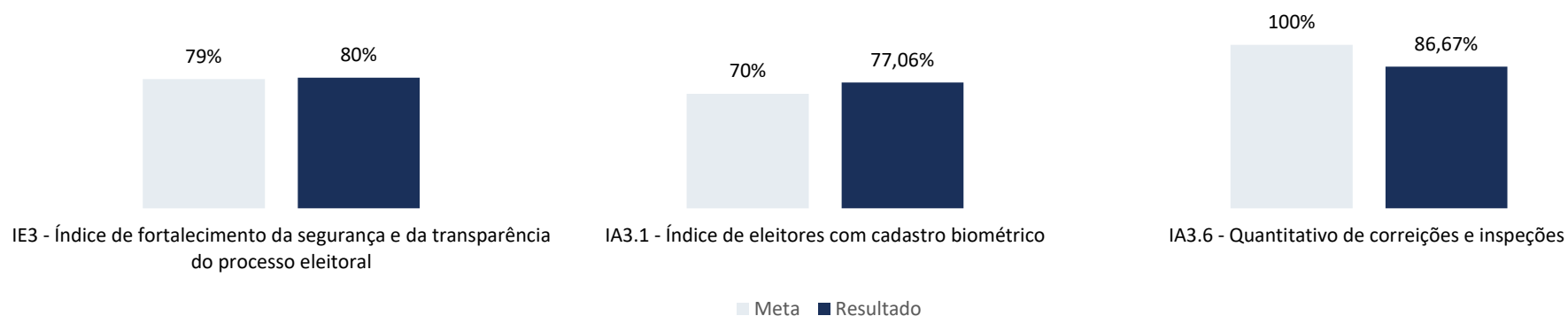


OE2 - Combate à corrupção e à improbidade administrativa

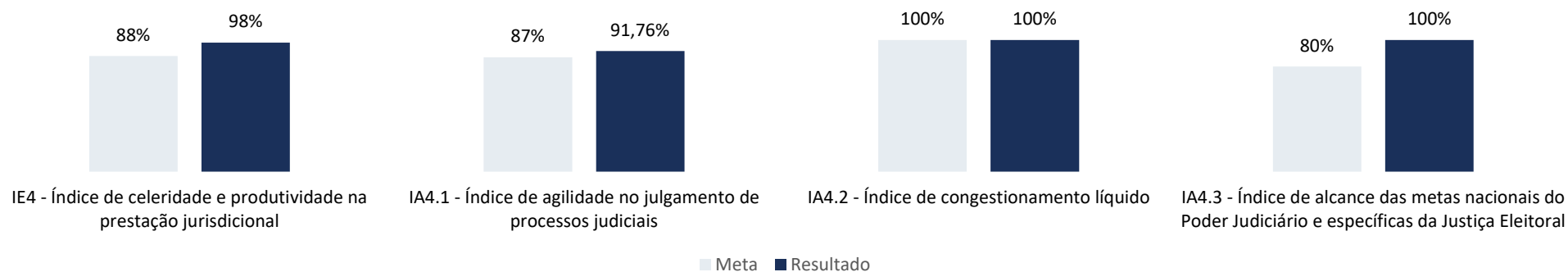


Avaliação dos resultados

Em 2019, a exemplo do ano anterior, a Justiça Eleitoral em Santa Catarina não alcançou a meta de execução do indicador IE2, embora os indicadores auxiliares referentes ao plano anual de auditoria e ao atendimento à Lei da Ficha Limpa do Poder Judiciário tenham obtido resultados favoráveis. Três índices contribuíram para não alcançarmos a meta estabelecida para o objetivo estratégico: IA2.2, IA2.4 e IA2.5. Em relação ao índice de agilidade no julgamento de processos da Lei das Inelegibilidades, o não alcance da meta no exercício justifica-se pela complexidade própria dessas ações – cujos ritos e prazos são fixados pela Lei Complementar n. 64/90 –, e pelo incremento de trabalho decorrente do término do período eleitoral. Já em relação ao índice de julgamento de processos prioritários, foi apurado o resultado de 80% no julgamento em até 1 (um) ano de processos desse tipo, aquém da meta fixada para este exercício. Muito embora as unidades tenham despendido esforço prioritário nessas ações, a complexidade determinada pelo processamento – cujos ritos e prazos são, em geral, fixados pela Lei Complementar n. 64/90 – impediram a agilidade almejada no enfrentamento dessas questões. Já em relação ao índice de implementação das recomendações expedidas pelo Órgão de Controle Interno, o resultado ficou aquém da meta estabelecida, apesar do esforço realizado pela Administração, que concluiu a implementação de 3 das recomendações acompanhadas pelo Órgão de Controle Interno no exercício, remanescendo o completamento de outras 3 recomendações que, em razão do foco mantido no atendimento de iniciativas demandadas por órgãos externos de controle e regulação – como demonstram os resultados do Prêmio CNJ de Qualidade e dos rankings nacionais de governança e de transparência –, podem vir a demandar ajustes no prazo fixado para acompanhamento pela auditoria.

**OE3 - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral****Avaliação dos resultados**

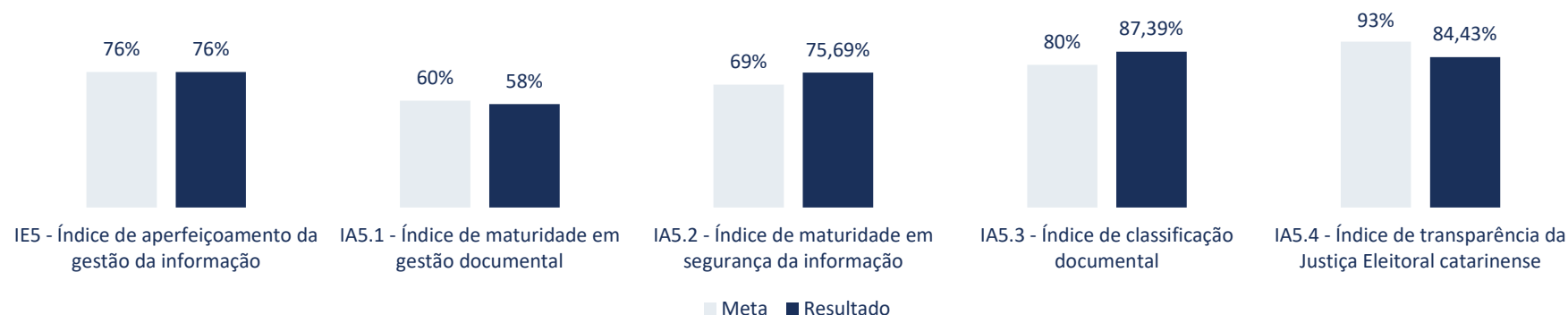
Em 2019, a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou a meta para o objetivo estratégico. Os esforços realizados pela Administração para ampliação do cadastramento biométrico dos eleitores, projeto estratégico prioritário no exercício, contribuíram para o alcance desse resultado, que superou a meta fixada. Em relação ao quantitativo de correções e inspeções o resultado ficou levemente abaixo da meta em razão da concentração de esforços para a implantação do Processo Judicial Eletrônico nas Zonas Eleitorais.

**OE4 - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional****Avaliação dos resultados**

Em 2019, pela primeira vez no ciclo estratégico, a meta estabelecida para o objetivo estratégico OE4 foi superada. Todos os indicadores de apoio superaram ou alcançaram as metas fixadas para o exercício, e isto se deve ao esforço realizado pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina para implementar medidas efetivas para acompanhamento e monitoramento dos resultados e à implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) em todas as instâncias da Justiça Eleitoral de Santa Catarina.



OE5 - Aperfeiçoamento da gestão da informação

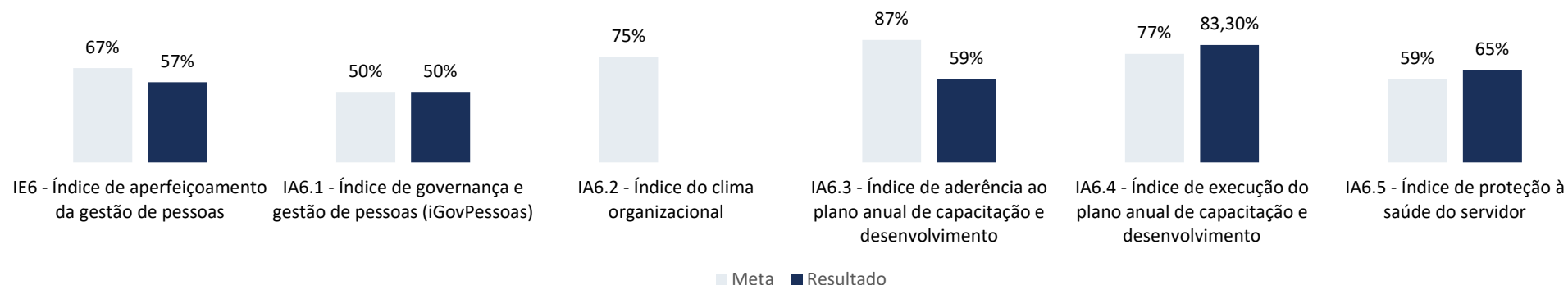


Avaliação dos resultados

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina novamente alcançou a meta estabelecida para o objetivo estratégico que vem evoluindo sistematicamente desde o primeiro exercício do ciclo atual deste planejamento. Neste exercício evoluímos especialmente nos índices relacionados à maturidade em segurança da informação e à classificação documental. Já em relação à maturidade em gestão documental, atingiu-se o percentual de 58%, chegando a um patamar bem próximo da meta prevista (60%). Consigna-se que os critérios para cálculo foram revistos e adequados à auditoria de gestão documental realizada pelo CNJ neste exercício. Em relação ao índice de transparência da Justiça Eleitoral catarinense (IA 5.4), que mede o percentual de boas práticas relativas à transparência implementadas pela Justiça Eleitoral catarinense; e pretende avaliar a sua transparência, neste exercício também foi realizado o ajuste na fórmula de cálculo do indicador, com a adoção do índice obtido pelo ranking da transparência do Poder Judiciário. Por essa razão, o resultado obtido, de 84,43% ficou abaixo do previsto no Planejamento Estratégico. Contudo, tal valor configura o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina em destaque nacional, perfilado entre os Tribunais mais transparentes do Brasil.



OE6 - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas



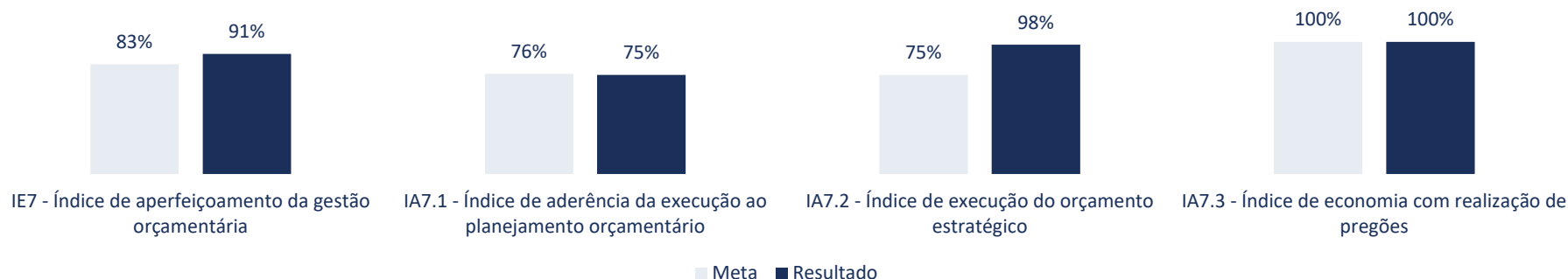
Avaliação dos resultados

A meta estabelecida para o objetivo estratégico OE6 neste exercício não foi atingida, embora a Justiça Eleitoral em Santa Catarina tenha evoluído em relação ao resultado alcançado no exercício 2018. Superamos as metas para o IA6.4, índice de execução do plano anual de capacitação e desenvolvimento e IA6.5 – índice de proteção à saúde do servidor. Em razão da extensão da validade do resultado obtido pelo TRES no iGovPessoas em 2018, também foi alcançada a meta do IA6.1 para o exercício 2019. Apesar dos resultados positivos nos 3 índices acima, o principal motivo do não atingimento da meta do OE6 foi a não realização da pesquisa de Clima Organizacional previamente prevista, em razão da necessidade de concentração de esforços para a conclusão das atividades previstas no Programa de Gestão por Competências (projeto estratégico prioritário para a Justiça Eleitoral em Santa Catarina), que demandou grande mobilização da equipe da área de gestão de pessoas, contando com reforço adicional de comissão de apoio para as atividades de coleta e análise de dados. Também não foi possível alcançar a meta para o IA6.3 – índice de aderência ao plano anual de capacitação e desenvolvimento.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO



OE7 - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária

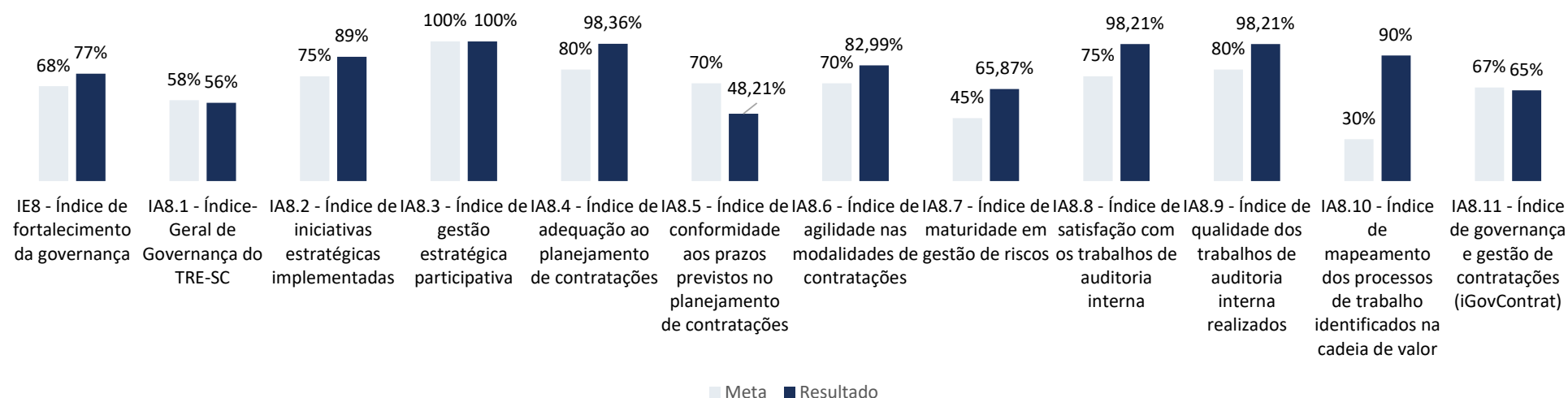


Avaliação dos resultados

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo os índices: IA7.2 -Índice de execução do orçamento estratégico e o IA7.3 – Índice de economia com a realização de pregões, que refletiu uma economia de R\$ 1.587.575,28, mais do que dobrando a meta estabelecida para o período (R\$ 750.000,00). Em relação ao índice de aderência da execução ao planejamento orçamentário, neste exercício o planejamento orçamentário não correspondeu integralmente ao efetivamente executado em virtude da suplementação orçamentária, fazendo com que os gastos em alguns itens do planejamento fossem superiores ao inicialmente concebido.



OE8 - Fortalecimento da governança



Avaliação dos resultados

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Contribuíram para o resultado positivo a superação dos índices que medem as iniciativas estratégicas implementadas, a gestão estratégica participativa, a adequação ao planejamento de contratações, a agilidade nas modalidades de contratações, a maturidade em gestão de riscos, a satisfação com os trabalhos da auditoria interna e a qualidade dos trabalhos de auditoria interna realizados e o mapeamento de processos de trabalho identificados na cadeia de valor. Em razão da extensão da validade dos resultados obtidos pelo TREC em 2018 no índice geral de governança (IGG) e no índice de governança e gestão de contratações (iGovContrat), não alcançamos as metas para o exercício: 58% e 68%, respectivamente. Já em relação ao índice de conformidade aos prazos previstos no planejamento de contratações, houve demora no encaminhamento de estudos preliminares e projetos básicos por parte de algumas unidades e necessidade de adequação das minutas de editais ao novo decreto regulamentador do pregão eletrônico, o que impactou negativamente no resultado obtido pelo indicador IA8.5.

**OE9 - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação****Avaliação dos resultados**

Em 2019 a Justiça Eleitoral em Santa Catarina superou novamente a meta estabelecida para o objetivo estratégico. Todos os indicadores de apoio contribuíram para o resultado positivo. Apesar da não aplicação do questionário de levantamento de governança e gestão públicas pelo TCU no referido exercício e consequente extensão da validade dos resultados obtidos pelo TRESC em 2018 nos referidos índices (iGovTI e iGestTI), os resultados que já haviam sido positivos no exercício anterior continuaram superiores às metas fixadas para o exercício 2019.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Apresentação resumida dos resultados das principais áreas de atuação e/ou de operação/atividades da UPC e dos principais programas, projetos e iniciativas, conforme a materialidade da contribuição dos segmentos na composição do resultado geral da UPC**Ouvidoria**

Para fins de aferição dos índices previstos na Resolução TRESC n. 7.991/2018, que trata do planejamento estratégico deste Tribunal até 2021, em 2019 foram recebidos 355 (trezentos e cinquenta e cinco) formulários de Ouvidoria com temas de elogios, reclamações, denúncias e sugestões, todos já tratados e respondidos. Desse universo, 31 (trinta e um) (8,73%) foram encaminhados em até 2 (dois) dias e outros 273 (duzentos e setenta e três) no prazo de 3 a 5 dias (76,9%), perfazendo total de 304 (trezentos e quatro) formulários (85,63%) encaminhados em até 5 dias.

Já em relação ao prazo de resposta ao usuário, 99,43% dos formulários encaminhados à Ouvidoria foram respondidos em até 30 (trinta) dias, conforme disposto no artigo 16 da Lei n. 13.460/2017.

Aproximadamente 13,64% dos atendidos pela Ouvidoria responderam à pesquisa de satisfação. Destes, 92,53% avaliaram positivamente o serviço.

Há que se mencionar, ainda, a existência de pesquisa de satisfação do atendimento nos cartórios eleitorais, mantida pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SCRE) e pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI). Neste caso, o percentual de avaliações positivas foi de 88,77%.

Considerados em conjunto o número de avaliações recebidas para i) satisfação com o atendimento nos cartórios e ii) satisfação com os serviços da Ouvidoria, o índice de qualidade no atendimento ao cidadão (IA1.1 da Resolução TRESC n. 7.991/2018) resultou em 91,03%.

Desde outubro de 2017, a CRECAD realiza a supervisão técnica e administrativa do serviço “disque eleitor” (0800 647 3888) – efetivado, em regra, por dois colaboradores contratados e, em períodos específicos de maior demanda, também por colaborador contratado adicional e servidores do quadro –, prestando suporte eleitoral nas Eleições dos Conselhos Tutelares e atendendo, em 2019, 19.283 (dezenove mil, duzentos e oitenta e três) chamados, destes, 16.000 (dezesesseis mil) “agendamentos de atendimento”.

Gestão de Pessoas

A área de Gestão de Pessoas é parte estratégica das organizações e, como tal, também precisa planejar suas ações de forma a contribuir na efetivação da estratégia da instituição e na realização da sua visão. Assim, o modelo de gestão de pessoas deve adequar-se às exigências da sociedade atual, às transformações das relações de trabalho e aos avanços da tecnologia da informação e da comunicação. Nesse norte, a Secretaria de Gestão de Pessoas do TRESC atua em consonância com as diretrizes nacionais, com ações voltadas para o fortalecimento da governança e da gestão de pessoas, para o alcance dos propósitos estratégicos da Justiça Eleitoral catarinense.

Em 10 de janeiro de 2018, por meio da Portaria P n. 7/2018, foi instituído o Planejamento Estratégico da SGP (PESGP), em documento que, alinhado à Política Nacional de Gestão de Pessoas, aglutinou uma série de projetos e iniciativas estratégicas planejadas e elaboradas com base em diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal de Contas da União (TCU) e TRESC acerca de planejamento, governança e gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário.

Vinculado ao PESGP, também foi aprovado o *Programa Desenvolve* da Secretaria de Gestão de Pessoas, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento organizacional e o aprimoramento da capacidade de atuação dos servidores.

O Programa Desenvolve compreende um conjunto de ações inter-relacionadas voltadas ao desenvolvimento profissional dos servidores, à melhoria contínua do clima organizacional e à qualidade de vida no trabalho. É composto por 4 eixos: 1) Eixo Qualificação e Conhecimento, 2) Eixo Interação e Comunicação, 3) Eixo Competência e Desempenho, e 4) Eixo Qualidade de Vida.

Do referido Programa Desenvolve, importa salientar o resultado alcançado no índice que mede o percentual de iniciativas estratégicas implementadas em gestão de pessoas em relação às previstas no exercício, que atingiu a marca de 77,27%, superando a meta de 60% prevista para 2019. Assim, das 22 iniciativas previstas, 17 foram realizadas, quais sejam: coordenar o mapeamento dos processos nas Unidades do TRESC; implementar o banco de perfil profissional; mapear o quantitativo de servidores por unidade; diminuir os claros de lotação nas Zonas Eleitorais; garantir a realização do Projeto de Formação de Líderes; promover ações para a melhoria de clima organizacional; avaliar o grau de satisfação do servidor na sua respectiva lotação; promover ações que visem a motivação

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

e o bem-estar do servidor no trabalho; incentivar a participação dos servidores nas ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho; aprimorar os meios de comunicação com a SGP; aprimorar as ações do Projeto de Escuta do Servidor; implementar políticas de auto composição (mediação de conflitos interpessoais); garantir a realização do Projeto de Ambientação do novo servidor; realizar anualmente o encontro dos Aposentados e Pensionistas; instituir a avaliação de desligamento; implementar o teletrabalho; e garantir o cumprimento dos prazos relativos às atividades operacionais.

Cabe aqui destacar o processo de implantação do Programa de Gestão por Competências, alçado ao *status* de iniciativa prioritária da Administração para o ciclo 2018-2019, que abrange a implementação de um conjunto de processos ou subsistemas, subdivididos em três grandes projetos interligados:



Conforme previsto nos supracitados projetos, no ciclo 2018/2019 foram realizadas as seguintes atividades:

1. Gestão por Competências:

- Mapeamento das atividades;
- Modelagem das competências técnicas e gerenciais;
- Levantamento do perfil dos servidores e das unidades;
- Alimentação das informações na Wiki;

2. Dimensionamento da Força de Trabalho:

- Mapeamento das atividades;
- Registro da frequência e dos tempos de ocorrência das atividades;
- Registro das observações e singularidades de cada tarefa;

3. Identificação de Ocupações Críticas:

- Identificação das atividades que somente um servidor realize e/ou detenha o conhecimento;
- Levantamento das necessidades de desenvolvimento de competências;
- Definição de ações para o compartilhamento e o registro do conhecimento;
- Identificação de possíveis instrutores em potencial.

Em outubro de 2019, o levantamento de dados do Projeto de Gestão por Competências foi concluído na sede do Tribunal. A partir deste levantamento, que serve como importante instrumento de gestão, a SGP vem implementando e aprimorando os processos de trabalho, em especial a alocação e o remanejamento de servidores com base em critérios técnicos; o redimensionamento da força de trabalho; a adequação do programa de desenvolvimento de servidores e a reformulação da avaliação de desempenho.

Outro destaque para o exercício foi a administração, durante todo o exercício, da nova modalidade de plano de saúde aos servidores e dependentes do Tribunal, cujos trabalhos foram efetivados no âmbito da Coordenadoria de Pessoal da Secretaria de Gestão de Pessoas. A nova modalidade do plano de saúde, cuja principal alteração ocorreu na natureza da contratação, de custo operacional (modalidade em que o Tribunal e os beneficiários são responsáveis pela quitação de todos os procedimentos realizados pelo plano de saúde) para pré-pagamento (modalidade em que há um custo mensal definido e diversas opções de plano de saúde aos beneficiários, tais como: tipo de acomodação, abrangência territorial e percentuais de participação, totalizando doze modalidades) representou uma maior segurança aos beneficiários e ao próprio Tribunal, pois, a partir da adoção da nova modalidade, passou-se a ter uma concreta previsão mensal de custos com o plano de saúde, o que não ocorria no plano anterior. A nova modalidade representou significativo avanço nos aspectos relacionados à segurança orçamentária destinada ao Programa de Assistência à Saúde, sem diminuir a qualidade dos serviços prestados pela Operadora de Saúde contratada aos servidores e seus respectivos beneficiários.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Quanto ao tema relacionado com a saúde dos servidores, de que trata também a Resolução CNJ n. 207/2015¹, é importante ressaltar que o Programa de Assistência à Saúde (PAS) do Tribunal compreende as assistências médica, hospitalar, laboratorial, odontológica, psicológica e nutricional, bem como campanhas e ações de saúde, planejadas a partir de dados estatísticos de periódicos médicos e odontológicos para a promoção do bem-estar do servidor no seu ambiente de trabalho.

A assistência médica e odontológica direta é prestada nas dependências da Seção de Saúde do Tribunal, por profissionais integrantes do quadro, aos servidores, seus dependentes e aos magistrados.

Atualmente, o Quadro de Saúde do Tribunal é composto por três cargos de médicos — dois dos quais estão vagos, por força da Portaria TSE n. 671/2017 — e três cargos de odontólogos. Com o número reduzido de servidores médicos, o atendimento direto nessa área está temporariamente restrito às situações emergenciais e aos atendimentos relacionados aos exames periódicos.

Além da assistência direta, também está previsto no PAS a assistência indireta, a qual compreende o plano de saúde contratado pelo Tribunal, a assistência odontológica realizada por profissionais de escolha do servidor e os ressarcimentos de planos de saúde particulares, de exames periódicos particulares e de procedimentos relativos às campanhas de saúde desenvolvidas pela Seção de Saúde.

Para o ano de 2019, foi disponibilizado para o PAS o total de R\$ 3.730.680,00, decorrente de verba individual para cada beneficiário no valor fixo de R\$ 215,00. O repasse desse valor individual é disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral exclusivamente aos servidores da Justiça Eleitoral, efetivos e removidos, e a seus respectivos dependentes (legais e econômicos).

A maior parte desse orçamento é destinada ao pagamento do plano de saúde contratado pelo Tribunal e ao reembolso de despesas com plano de saúde e odontológicas particulares. Parte dele é destinada também às campanhas de saúde promovidas pela Seção de Saúde e ao reembolso de consultas e exames periódicos.

Os valores gastos nas atividades relacionadas ao PAS, no ano de 2019 estão demonstrados na tabela a seguir:

Extrato de despesas – janeiro a dezembro de 2019 (R\$)	
Valor disponível anual	3.730.680,00
Cota TRE – Unimed Pré-pagamento	3.030.614,34
Despesas Particulares – Assistência Odontológica	141.588,56
Despesas Particulares – Campanhas de Saúde	13.907,01
Despesas Particulares – Plano privado	84.956,83
Despesas Particulares – Periódicos	11.131,80
Periódicos – Unimed	14.808,86
PQV – Ações de Saúde (Blitz da Ergonomia e Palestra de Saúde Mental)	23.000,00

No ano de 2019 foram realizados exames periódicos médicos e odontológicos, com aderência de 303 exames periódicos na área médica e 185 exames na área odontológica, atingindo o percentual de 65,3% de participação, situação que superou a meta de 59% estipulada no planejamento estratégico do Tribunal para o exercício.

Paralelamente ao PAS, tem-se o Programa de Qualidade de Vida (PQV), cujas ações têm como objetivo reduzir as principais causas de afastamento, prevenir ou mitigar os sintomas de doenças frequentemente constatadas nos exames periódicos de saúde.

A Seção de Saúde procurou alinhar as ações do Programa de Qualidade de Vida e do Programa de Assistência à Saúde à meta do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovada no 1º Seminário sobre Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, que orientou os Tribunais a “criar pelo menos um programa/projeto/ação com vistas a reduzir as doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde, bem como as maiores causas de absenteísmos”.

Assim, visando cumprir a meta, foram promovidas ações específicas para patologias respiratórias, gastrointestinais, musculoesqueléticas, psiquiátricas e ou neurológicas, as quais foram registradas com maior frequência nos exames periódicos. Ou seja, não apenas uma, mas todas as cinco maiores causas foram abarcadas por ações da Seção de Saúde.

¹ Institui Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Para a **doença respiratória** mais recorrente é promovida, anualmente, a campanha de vacinação contra a *influenza*, tendo como incentivo o reembolso de até R\$ 100,00 no valor da vacina a todos os servidores da Justiça Eleitoral, mediante comprovação.

Para as **doenças gastrointestinais** mais recorrentes, as ações estão focalizadas na alimentação saudável. Seguindo essa linha, o Portal Saúde mantém uma página permanente, específica sobre o assunto, denominada “Alimentação Saudável”. Além disso, foi ministrada palestra pela nutricionista Suelen Mafra sobre o tema “Alimentação Saudável” em 28.5.2019 em parceria com a Unimed. Outra ação, também em parceria com a Unimed, foi o incentivo à adesão ao “Programa de Reeducação Alimentar”.

Em relação às **patologias musculoesqueléticas**, a atenção foi concentrada em ações relacionadas ao conforto do servidor, com vistas a minimizar sintomas já instalados dessas doenças e a sua prevenção. Nesse sentido, é mantida uma página específica sobre o assunto no Portal Saúde denominada “Ergonomia”, com várias informações sobre o assunto e disponibilização de vídeos de ginástica laboral. Foi realizada a palestra “Ergonomia no Local de Trabalho” com a ergonomista Vanessa Fenili, em parceria com o TJSC, que compartilhou práticas e técnicas para adequar as atividades diárias dos servidores, em prevenção a problemas futuros e como garantia de maior qualidade de vida. Foi criada a Campanha “Hora da Pausa” que consiste em paradas para prática de exercícios simples, por meio de disparos diários de e-mails com e-flyer animados. Para complementar, foi realizado o projeto “Blitz Ergonômica”, por meio do qual foi contratada fisioterapeuta, com especialização em ergonomia, para orientar os servidores individualmente quanto à adequação da postura e do posto de trabalho para realização de suas atividades profissionais. Nesse projeto, 300 servidores/colaboradores/estagiários da Sede do TRESC foram atendidos. Além disso, para proporcionar fonte de consulta permanente a todos os servidores, foram gravados vídeos chamados “Ergonomia na Prática”, para ajustes ergonômicos no posto de trabalho informatizado, ajustes ergonômicos no posto de trabalho – Biometria e postura correta no posto de trabalho.

Para o **grupo psiquiátrico/neurológico**, cujos afastamentos são os mais prolongados, foi realizada, em setembro, a Semana da Saúde Mental, com o intuito de amenizar o impacto dessas doenças e apresentar formas de preveni-las. Foi realizado o Workshop “*Mindfulness* na prática” com duas turmas de até 30 servidores, de duas horas de duração cada, com participação de psicóloga, nutricionista e educadora física, transmitida ao vivo aos servidores dos cartórios eleitorais. Foi também realizada palestra com a psicanalista Mônica Vêras, com ampla experiência no assunto, inclusive com trabalhos realizados em tribunais brasileiros “Como tratar as dificuldades emocionais na vida laboral”. Nessa semana, foram oferecidas oficinas práticas coordenadas por

servidores deste Tribunal de reiki, reflexologia podal, florais e meditação. Do resultado positivo dessas ações, surgiu o projeto “Você em Equilíbrio” que, uma vez por mês, a partir de outubro de 2019, realiza sessões de meditação com terapias e práticas para o bem-estar pessoal. Também, foi disponibilizado aos servidores no Portal Saúde, página específica de Meditação chamada Medita TRE. Nessa página, consta áudio de meditação produzido pelo TRESC, além de links de meditação do canal *YouTube*.

Ainda com objetivo de reduzir o número de afastamentos decorrentes do grupo psiquiátrico/neurológico, a SGP desenvolve trabalho de resolução e mediação de conflitos, com visitas presenciais e/ou por meio de videoconferências, tendo realizado no exercício de 2019 quatro visitas aos cartórios eleitorais, dois encontros presenciais/individuais com servidores de cartório eleitoral e três videoconferências, com o fito de solucionar conflitos existentes nas respectivas unidades, equalizando, dessa forma, os problemas interpessoais encontrados.

Além das principais patologias identificadas nos exames periódicos e nas causas de afastamentos, o TRESC engajou-se fortemente nas campanhas contra o câncer: outubro rosa e novembro azul.

Nos meses de outubro e novembro, foram realizadas campanhas de conscientização, com divulgação de material informativo, palestras com médicos e campanha de solidariedade para auxílio do CEPON, hospital público de tratamento contra o câncer em Florianópolis.

Cabe registrar que, para as ações do Programa de Qualidade de Vida dá-se preferência a eventos gratuitos, por meio de parcerias com outros Órgãos Públicos e com a Operadora de Saúde. Neste ano, apenas duas ações foram promovidas com o orçamento do PAS: Blitz da Ergonomia e Palestra de Saúde Mental.

Na área odontológica, também foi realizada, em novembro, campanha contra o câncer de boca. Por meio dos exames periódicos odontológicos foram constatados maior prevalência nos casos de hipersensibilidade dentinária, bruxismo e/ou disfunções têmporo-mandibulares (DTMs). Para esses casos foram adotadas pelo Serviço Odontológico do TRESC estratégias adequadas às necessidades de tratamentos dos servidores avaliados, bem como orientações individualizadas no ato da consulta.

Além dessas estratégias, periodicamente são realizadas campanhas e são publicadas orientações sobre higiene bucal, hipersensibilidade dentinária, bruxismo e DTMs na página de odontologia do Portal Saúde.

RESULTADOS DOS INDICADORES DE TI

SOLUÇÕES E TECNOLOGIA

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2019	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de sistemas alinhados à arquitetura tecnológica de referência	76,60%	55%	91,80%	Anual	Número de sistemas com arquitetura de referência / número total de sistemas utilizados pelo TRESC * 100
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de sistemas de informação alinhados ao MNI	100%	75%	100%	Anual	Presença dos requisitos do MNI nos sistemas que intercambiam informações de processos judiciais quando aplicável.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2019	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de satisfação dos usuários internos de TIC	98,12%	90%	99,00%	Anual	Média da avaliação individual do atendimento nas ocorrências.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2019	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de segurança e disponibilidade do datacenter	60%	70%	73,94%	Anual	Presença dos seguintes requisitos de segurança e disponibilidade: 1. Sistema de monitoramento de energia, fumaça e umidade; 2. Sistema de piso elevado; 3. Redundância no fornecimento de energia (gerador); 4. Rede elétrica e lógica com múltiplos caminhos para acesso aos ativos; 5. Controle de acesso seguro (portas corta-fogo, identificação biométrica, monitoramento por CFTV e janelas antivandalismo); 6. 100% dos sistemas essenciais virtualizados; 7. Criptografia em 100% para os links de dados das Unidades do TRES (conexões WAN); 8. Redundância de rede para os links de dados das Unidades do TRES (conexões WAN); 9. 100% dos sistemas essenciais com contrato de suporte para o sistema operacional; 10. 100% dos sistemas essenciais com dados armazenados em storage. Obs.: Cada item representa 10% dos requisitos mínimos.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de disponibilidade dos serviços essenciais de TIC	99,26%	99,40%	99,49%	Anual	Percentual de disponibilidade dos serviços essenciais em relação à janela de disponibilidade definida pelo TRES.
Análise Crítica: O índice medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

GESTÃO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2019	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de segurança e disponibilidade do datacenter	60%	70%	73,94%	Anual	Presença dos seguintes requisitos de segurança e disponibilidade: 1. Sistema de monitoramento de energia, fumaça e umidade; 2. Sistema de piso elevado; 3. Redundância no fornecimento de energia (gerador); 4. Rede elétrica e lógica com múltiplos caminhos para acesso aos ativos; 5. Controle de acesso seguro (portas corta-fogo, identificação biométrica, monitoramento por CFTV e janelas antivandalismo); 6. 100% dos sistemas essenciais virtualizados; 7. Criptografia em 100% para os links de dados das Unidades do TRES (conexões WAN); 8. Redundância de rede para os links de dados das Unidades do TRES (conexões WAN); 9. 100% dos sistemas essenciais com contrato de suporte para o sistema operacional; 10. 100% dos sistemas essenciais com dados armazenados em storage. Obs.: Cada item representa 10% dos requisitos mínimos.
Análise Crítica: O indicador medido superou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de desempenho na implantação dos serviços de segurança de TIC	0%	100%	0%	Anual	Percentual das práticas de gestão de serviços de segurança de TIC existentes no processo definido pelo TRES. Práticas requeridas (extraídas do Cobit5): 1. Proteger contra malware; 2. Gerenciar segurança de rede e conectividade; 3. Gerenciar segurança de endpoints; 4. Controlar identidade e acesso lógico; 5. Controlar acesso físico aos ativos de TIC; 6. Gerenciar documentos e dispositivos sensíveis; 7. Monitorar infraestrutura para eventos de segurança. Obs.: Os itens de 1 a 6 representam 10% cada e o item 7 representa 40% das práticas requeridas.
Análise Crítica: A institucionalização e definição formal do processo de gestão dos serviços de segurança de TIC não puderam ser implantadas no ano de 2019 em função do envolvimento da reduzida equipe em atividades eleitorais. Cabe ressaltar que as práticas estão presentes e são realizadas no TRES.					

GOVERNANÇA DE TI

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2019	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de desempenho na implantação da gestão de riscos de TIC	87,50%	100%	100%	Anual	Percentual das práticas de gestão de riscos de TIC existentes no processo definido pelo TRES. Práticas requeridas (extraídas do questionário de governança do TCU 2016): 1. Definir formalmente as diretrizes para gestão dos riscos de TIC aos quais o negócio está exposto; 2. Definir e comunicar formalmente papéis e responsabilidades pela gestão de riscos de TIC; 3. Definir formalmente os níveis de risco de TIC aceitáveis na consecução de seus objetivos (apetite a risco); 4. Identificar os riscos de TIC dos processos críticos de negócio; 5. Avaliar os riscos de TIC dos processos críticos de negócio; 6. Tratar os riscos de TIC dos processos críticos de negócio com base em um plano de tratamento de risco; 7. Executar um processo de gestão de riscos de TIC; 8. Instituir formalmente o processo de gestão de riscos de TIC. Obs.: Cada item representa 12,5% das práticas requeridas
Análise Crítica: O indicador medido alcançou a meta estabelecida para o exercício.					
Índice de acurácia no planejamento das contratações de TIC	62,12%	83%	71,16%	Anual	Média (valor total contratação / valor planejado para contratação) * 100 para cada contratação prevista no plano anual de contratações de TIC.
Análise Crítica: O índice ficou aquém do valor esperado em função das deliberações do Comitê de Governança de TIC para atendimento a demandas não previstas que surgiram ao longo do exercício.					
Índice de acurácia no planejamento orçamentário de TIC	55,54%	83%	86,38%	Anual	Média (total empenhado / valor orçamento aprovado) para cada categoria do plano interno) * 100
Análise Crítica: O índice medido superou a meta estabelecida para o exercício.					

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

PMO, PROJETO, PROCESSOS E PADRÕES

Título do Indicador	Índice de Referência Bianual - Exercício 2016 Anual - Exercício 2017	Índice Previsto Meta	Índice Alcançado Resultado Exercício 2019	Periodicidade	Fórmula de Cálculo
Planejamento Estratégico Institucional de TIC					
Índice de sistemas desenvolvidos e mantidos através da metodologia	16,67%	70%	46,07%	Anual	Média ((Número de sistemas desenvolvidos com a metodologia / número total de sistemas desenvolvidos) e (Número de sistemas mantidos com a metodologia / número total de sistemas que sofreram manutenção pelo TRESC)) * 100
Análise Crítica: Constatou-se que a forma de cálculo deste indicador necessita ser adequada pois atualmente não reflete o uso da metodologia de desenvolvimento de sistemas.					
Índice de desempenho do portfólio de soluções corporativas	41%	35%	32%	Anual	Percentual entre as soluções entregues e as demandas do portfólio de soluções corporativas.
Análise Crítica: O índice ficou abaixo da meta devido à redução na equipe de desenvolvimento.					

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO**PRINCIPAIS REALIZAÇÕES NO ANO DE 2019**

No âmbito das soluções corporativas, foram desenvolvidos diversos softwares, dentre os quais, se destacam:

1. Sistema Salus – gestão das despesas do plano de saúde;
2. Sistema Execução Orçamentária;
3. Sistema para Eleição do Conselho Tutelar;
4. Sistema Concurso de Remoção;
5. Videoteca – repositório dos vídeos institucionais integrado com a solução de gestão de conteúdo (ECM).

Quanto aos processos de negócio, diversos itens foram automatizados com significativa redução no tempo de tramitação e no envolvimento dos servidores em tarefas repetitivas (gráficos a serem incluídos posteriormente). Nesse sentido, podemos citar os seguintes:

1. Diárias;
2. Licença para Tratamento de Saúde;
3. Aquisição (Manutenção evolutiva);
4. Ressarcimento de Despesas Particulares com Saúde;
5. Alteração de Opção de Plano de Saúde;
6. Alteração de Movimentação Cadastral no Plano de Saúde;
7. Exclusão de Dependente do Plano de Saúde;
8. Solicitação de Crachá;
9. Solicitação de Carteira Funcional;
10. Protocolo de Documentos nas Zonas Eleitorais;
11. Elaboração de Documentos Oficiais;
12. Projeto de Tecnologia da Informação;
13. Afastamento por Compensação;
14. Indenização de Oficial de Justiça.

Há de se destacar, também, diversas iniciativas na área de software que trouxeram benefícios, a saber:

1. Implantação do ambiente de homologação do PJE - Zonas Eleitorais
2. Implantação do Sistema para Gestão de Competências
3. Implantação de plataforma de Videoconferência – Big Blue Button
4. No que tange às entregas efetuadas no decorrer do ano de 2019, faz-se oportuno elencar as seguintes, em relação à Inteligência de Negócios (BI – Business Intelligence):
5. Painel de Controle das Zonas Eleitorais;
6. Painel de Controle da Secretaria de Tecnologia da Informação;
7. Painel de Controle do PJE;
8. Relatórios Gerenciais do Processo Administrativo Eletrônico.

Realizações de Governança de TI

Na área de Governança de TI, o TRESC evoluiu o indicador iGovTIC-Jud, medido pelo CNJ, que atinge o nível de governança dos órgãos do Judiciário. Com o novo valor atingido, 0,74, o nível de governança de TI passou de “Satisfatório” para “Aprimorado”.

Note-se que grande parte dessa realização se deu por conta da melhoria e da revisão de diversos processos de gerenciamento de TI, dentre os quais evidencia-se:

- Gerenciamento da central de serviços de TI, incidentes e requisições de serviço;
- Gerenciamento do catálogo de serviços;
- Gerenciamento de mudanças e liberações;
- Gerenciamento de configuração e ativos;
- Gerenciamento de problemas;
- Gerenciamento de níveis de serviços de TI;
- Gerenciamento de Cumprimentos de Requisições de TI;
- Gerenciamento de Controle de Ativos de TI;
- Gerenciamento de Continuidade dos Serviços Essenciais de TI;
- Processos de Capacidade e disponibilidade dos serviços corporativos de TI.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Em relação à infraestrutura de TI, diversas foram as ações realizadas em 2019, dentre as quais pode-se citar:

- Instalação, configuração e suporte para 32 postos de biometria, envolvendo em torno de 186 kits biométricos e 700 equipamentos (estações de trabalho, roteadores), bem como preparação de infraestrutura para esses locais;
- Instalação de novo sistema de monitoramento e vigilância na sede do TRESP;
- Implantação do novo backbone secundário (rede entre sede e zonas eleitorais), com aumento de velocidade e redução de custos;
- Modernização dos equipamentos que provém rede wifi na sede;
- Atualização do parque tecnológico do DataCenter do TRESP, com aplicação de patches de atualização, segurança;
- Migração do contrato de suporte N2 para adequação orçamentária e à luz da legislação sobre contratações (adequações);
- Instalação de zona eleitoral (navegantes) e mudança de alguns cartórios (Jaraguá do Sul, Videira, Dionísio Cerqueira)
- Ampliação da velocidade e criação de redundância de rede entre o DataCenter da sede e do Anexo;
- Preparação de ambiente e equipamentos para testes e implantação da supercentral;
- Elaboração de projeto para contratação de novos links de acesso à internet;
- Atualização de equipamentos do DataCenter (switches core e de borda), provendo mais robustez, segurança, velocidade de acesso;
- Implantação da Central de Serviços do TRE, agregando os serviços da SAO às rotinas da Central de TI;
- Substituição de equipamentos do tipo nobreak na sede do TRESP e aquisição de baterias para esses equipamentos (visando economia, pois permite mais tempo de uso para equipamentos em condições de uso);
- Elaboração de projeto e contratação de 501 microcomputadores para modernização do parque da sede e das zonas eleitorais;
- Elaboração de projeto e contratação de 50 equipamentos do tipo notebook, para modernizar o parque e prover mais conforto, velocidade de acesso para serviços providos por esses equipamentos.

Principais desafios

O próximo ano, por ser ano eleitoral, demanda de toda a área de TI foco e incremento dos esforços na execução do projeto Eleições 2020. Concomitantemente, há a implantação de Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) que demandará esforço na implantação.

Além disso, existe a possibilidade de que tenhamos que realizar as eleições com o não recebimento de urnas em quantitativo adequado ao número de eleitores. Se isso se concretizar, medidas de contingência terão que ser tomadas.

Outro grande desafio deste ano é manter em funcionamento os canais de comunicação com as zonas eleitorais, visto que em função da restrição orçamentária não foi possível viabilizar o canal de comunicação redundante.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Avaliação sobre os resultados das áreas relevantes da gestão que tenham contribuição decisiva para o alcance dos resultados da unidade no exercício de referência, em face dos recursos que lhes foram alocados, abrangendo, por exemplo, as seguintes áreas de gestão: orçamentária e financeira; de pessoas e competências; de processos operacionais; de licitação e contratos; de patrimônio e infraestrutura; tecnologia da informação; de custos e de sustentabilidade

Gestão de licitação e contratos

Especificação dos tipos de serviços contratados para o funcionamento administrativo:

- Serviços de mão de obra terceirizada (limpeza e conservação, vigilância presencial, telefonista, copeiragem, operador de máquina reprográfica, operador de empilhadeira, conservação de urnas eletrônicas, auxiliar de almoxarife, motorista, jardinagem, jornalista, designer gráfico, técnico de áudio e vídeo, manutenção predial, suporte a usuários de TI);
- Manutenção de equipamentos (elevadores, aparelhos de ar condicionado, central telefônica, empilhadeiras, portões, softwares e equipamentos de informática);
- Locação de imóveis;
- Locação de equipamentos (outsourcing de impressão, grupo-gerador);
- Demais contratações contínuas (vigilância eletrônica, concessão de estágios, transporte rodoviário de cargas, coleta e destino final de resíduos infectados, acesso à internet, serviços de telefonia fixa e móvel, serviços de comunicação de dados (backbone), fornecimento de passagens aéreas, veiculação publicações legais, seguro predial e de urnas, seguro de veículos, serviços postais, clipagem, cobertura fotográfica, gravação das sessões e eventos, serviço médico-hospitalar e laboratorial, serviços de operacionalização de sistema informatizado para que empresas credenciadas forneçam combustíveis e prestem serviços de manutenção de veículos, lavagem de toalhas, serviços gráficos, assinatura de TV a cabo, fornecimento de carimbos, crachás, água mineral, livros, faixas e banners).

Contratações mais relevantes e sua associação aos objetivos estratégicos e justificativas para essas contratações

Contrato n. 017/2018: Prestação de serviço médico-hospitalar, laboratorial e auxiliar de diagnóstico e tratamento (plano de saúde) aos servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TRESC) e seus dependentes (abrangência nacional, acomodação em apartamento, coparticipação 0%).

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Valorização e integração dos servidores (OE2);
- Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho (OE3).
- A contratação envolve serviço de assistência à saúde aos servidores do TRESC e seus dependentes, de natureza continuada e essencial.

Contrato n. 025/2019: Prestação de serviços de agenciamento integrador de estágio, por meio de identificação de oportunidades de estágio, cadastramento de estudantes, ajustamento de suas condições de realização, acompanhamento administrativo e encaminhamento da negociação de seguros contra acidentes pessoais.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional (OE4);
- Aperfeiçoamento da gestão de pessoas (OE6).

O estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho deste Tribunal, devendo propiciar, ao estudante, complementação de ensino e de aprendizagem profissional e sociocultural, constituindo-se em instrumento de integração entre teoria e prática.

Os estagiários – notadamente os de curso superior – são importante categoria de pessoal, pois estão em relevante etapa de sua capacitação, trazendo benefícios à organização profissional, e aproveitam o aprendizado técnico e a experiência de interagir em um ambiente corporativo, aliando teoria e prática. Este Tribunal oferece vagas de estágio a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva em cursos vinculados ao ensino público ou particular, profissionalizantes ou não, de nível médio ou de nível superior legalmente reconhecidos, cujo conteúdo programático esteja relacionado com as atividades, os programas, planos e projetos desenvolvidos pelo TRESC. Para este Tribunal, por se tratar de órgão público, há benefícios diretos, relativos ao serviço, e indiretos, eis que se pauta, não por questões mercadológicas, mas de desenvolvimento social.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Contratos n. 056/2015 e 066/2019: Prestação de serviços especializados e continuados de copeiragem e limpeza e conservação, com fornecimento de materiais e disponibilização de equipamentos, para os Edifícios Sede e Anexos I e II do TRESC.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

Os serviços especializados de copeiragem e limpeza e conservação consistem em atividade acessória da Justiça Eleitoral de Santa Catarina e traduzem-se em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas Unidades. Trata-se de atividade de suporte, sem alinhamento direto a nenhum objetivo estratégico. Constitui-se, no entanto, meio para o atendimento da estratégia da organização.

Os serviços de copeiragem e limpeza contribuem, indiretamente, para a melhoria das condições de trabalho dos juízes, servidores e colaboradores deste Órgão. Enquadram-se como serviços continuados e foram dimensionados a partir das informações e necessidades apresentadas pela Seção de Apoio Administrativo (SADM), com base no contrato de mesmo objeto em execução. Importante ressaltar que o TRESC não dispõe, em seu quadro de pessoal, de recursos humanos para o atendimento desses serviços.

Contrato n. 106/2016: Prestação de serviços especializados e continuados de suporte a usuários de TI, sendo composto, em linhas gerais, pelo serviço de suporte técnico aos usuários (service desk), pela manutenção de equipamentos e infraestrutura e pelo auxílio no controle de ativos de TI, assim como pela supervisão do atendimento.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação (OE9);
- Satisfação dos usuários de TIC (RE1);
- Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (RE2);
- Migração do sistema operacional e centralização da autenticação dos usuários dos cartórios eleitorais (IN13);
- Substituição de nobreaks na sede do TRESC (IN16);
- Implantação de infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (IN17);
- Manter parque tecnológico atualizado (AE06).

O TRESC possui em torno de 75% de seus serviços vinculados a sistemas exclusivos da justiça eleitoral, ou seja, desenvolvidos internamente, seja pela equipe do TSE ou do TRESC. O modelo de execução dos serviços com a prestação de suporte em ambiente

externo traria prejuízos à agilidade que se deseja para a prestação dos serviços de suporte aos usuários. Por esses fatores, optou-se pela implantação de solução onde a Contratada realize os serviços em ambiente interno e controlado pelos servidores do TRESC.

Contratos n. 001/2014 e 001/2019: prestação de serviços de implantação, operação, manutenção e gerência da rede de comunicação multimídia do TRESC, abrangendo a Sede do Tribunal e seus respectivos Cartórios Eleitorais, as Centrais de Atendimento ao Eleitor e seus Anexos, formando o "backbone secundário" da Justiça Eleitoral Catarinense.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Manter enlace de dados adequados às demandas dos cartórios (AE 03);
- Aumentar a disponibilidade dos serviços essenciais (AE04);
- Manter parque tecnológico atualizado (AE06);
- Implantação de infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico (IN27).

Grande parte dos serviços prestados pelas unidades da Justiça Eleitoral são apoiados por sistemas computacionais, tais como PJE, ELO, PAE, CAND, ROTAS, SPCE, entre outros. O funcionamento desses sistemas depende majoritariamente da interligação de rede de longa distância entre os computadores dos usuários e os equipamentos servidores hospedados nos Datacenters do TRESC e do TSE, conexão esta, estabelecida por meio de enlaces de dados.

Contrato n. 115/2016: prestação dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva em instalações hidrossanitárias, de alvenaria, elétrica e serviços gerais, com operação de sistema de recebimento de requisições de serviços, nos Edifícios Sede e Anexos I e II deste Tribunal (Florianópolis), no Depósito de Urnas, Depósito de Móveis e no Almoxarifado (São José), nos 105 (cento e cinco) Cartórios Eleitorais de todo o Estado de Santa Catarina e, eventualmente, nos demais imóveis que estiverem sendo utilizados pelo TRESC.

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia de organização. Manutenção das instalações e equipamentos em condições de atendimento aos serviços e no intuito de sempre melhor atender demandas de manutenção inerentes a qualquer edificação utilizada pela Justiça Eleitoral.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Contrato n. 101/2018: prestação de serviços de vigilância presencial, desarmada, para a sede do TRESA, Anexo I e Cartórios Eleitorais de São José/Arquivo.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3).

A contratação de serviços de segurança é necessária para proteger todo o patrimônio móvel e imóvel da sede do TRESA, garantindo um ambiente de trabalho seguro e preservando a incolumidade física dos servidores, colaboradores, autoridades e do público que se utilizam daquelas dependências.

Contratos n. 101/2014 e 073/2019: prestação de serviços especializados e continuados de condução de veículos oficiais do TRESA, visando ao atendimento das necessidades de transporte de pessoas, materiais e equipamentos.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Incrementar ações para desenvolver o Programa de Qualidade de Vida (INI6.2);
- Promoção da saúde e da qualidade de vida no trabalho (SGP-OE3).

Os serviços de condução de veículos oficiais representam uma necessidade continuada para o bom funcionamento do TRESA e consistem na execução de atividades acessórias sob demanda originada pela totalidade das suas Unidades. Faz-se necessária em razão do reduzido quantitativo de Técnicos Judiciários da Área de Atividade de Serviços Gerais, Especialidade Transporte, que eventualmente exercem a atividade de condução de veículos, bem como do aumento da demanda.

Contrato n. 117/2016: prestação de serviços continuados de vigilância armada nas dependências do depósito da CONAB, onde são abrigadas as urnas eletrônicas de todo o Estado e onde funciona a Seção de Administração de Urnas, da Coordenadoria de Eleições do TRESA.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3).

Os serviços especializados de vigilância armada possuem a necessidade de assegurar a integridade, não permitindo a depredação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano, objetivando preservar o patrimônio público e a proteção da vida humana.

Contrato n. 94/2015: prestação de serviços de conservação das urnas eletrônicas do parque do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

O alinhamento estratégico refere-se aos seguintes objetivos, ações e iniciativas estratégicas:

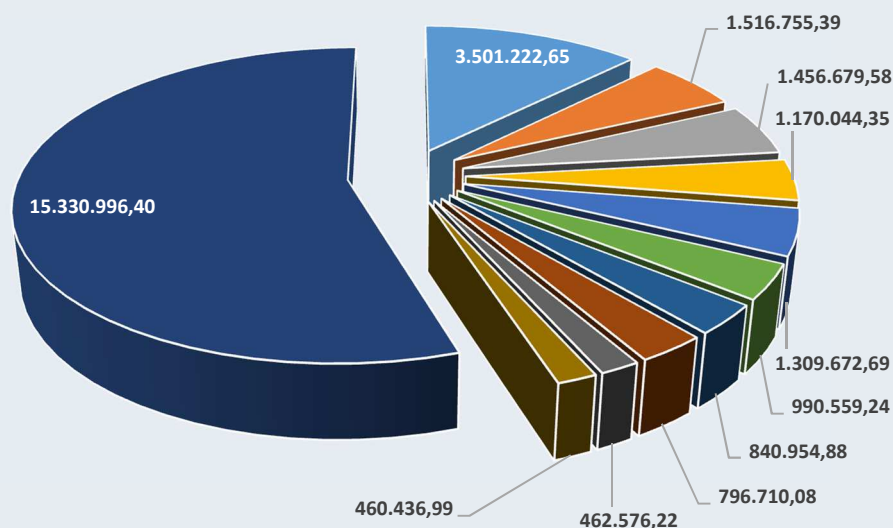
- Garantia dos direitos de cidadania (OE1);
- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral (OE3);

O Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina possui atualmente um parque de aproximadamente 20 mil urnas eletrônicas e 2,8 mil baterias reservas de urna, armazenadas de forma centralizada em depósito sob sua responsabilidade. É imprescindível que os equipamentos estejam disponíveis, a qualquer tempo, e em perfeitas condições de uso para a realização das eleições ordinárias, das eleições suplementares, das consultas populares (plebiscito e referendo), além das eleições comunitárias e dos treinamentos realizados com eleitores, em locais de fácil acesso e de grande circulação de cidadãos. Para garantir seu funcionamento, é essencial que a conservação dessas urnas eletrônicas e baterias sejam realizadas de forma contínua e periódica.

Os procedimentos para a conservação das urnas, buscam, ainda, minimizar o processo de degradação e manter sua vida útil de, no mínimo, 10 (dez) anos, no caso das urnas eletrônicas, e de, aproximadamente, 5 (cinco) anos, das baterias.

As atividades de manutenção e conservação das urnas e dos demais componentes internos ou externos devem ocorrer a cada 4 meses. A periodicidade quadrimestral encontra amparo nas recomendações contidas no Relatório de Estudos de Metodologia de Conservação das Urnas Eletrônicas, elaborado, a partir de ensaios, pesquisas e testes realizados nas urnas, pela Fundação de Apoio à Capacitação em Tecnologia da Informação (FACTI), com anuência do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer, por força do Contrato TSE nº 126/2008, no qual foram indicados os procedimentos essenciais para a manutenção preventiva e o prazo em que serão realizados, de modo a assegurar a funcionalidade e disponibilidade das urnas e preservar seu tempo de vida útil.

Orçamento total - custeio e capital (R\$)



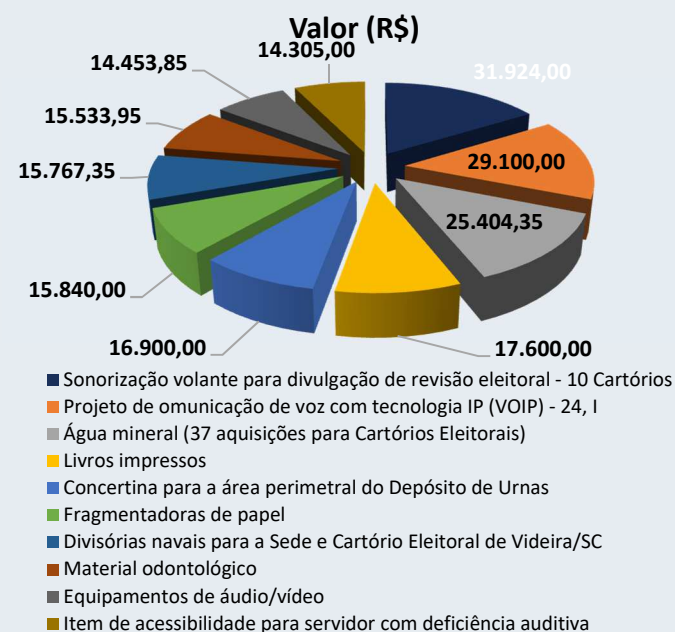
- Contrato n. 017/2018 (Serv. Médico-hospitalares)
- Contrato n. 025/2019 (concessão de estágios, por meio de agente de integração)
- Contrato n. 056/2015 e 66/2019 (limpeza e conservação e serviços de copeiragem)
- Contrato n. 106/2016 (suporte a usuários de TI)
- Contratos n. 001/2014 e 001/2019 (rede de comunicação multimídia)
- Contrato n. 115/2016 (manutenção predial corretiva e preventiva)
- Contrato n. 101/2018 (vigilância presencial, desarmada)
- Contrato n. 101/2014 e 73/2019 (Condutores de veículos oficiais)
- Contrato n. 117/2016 (Vigilância Dep. urnas)
- Contrato n. 94/2015 (Conservação de urnas eletrônicas)
- Demais contratações

CONTRATAÇÕES DIRETAS

Dispensa de licitação: art. 24, I e II

As despesas contratadas no exercício de 2019 por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, incisos I e II (dispensa pelo valor), somam **R\$ 287.480,50**. A opção por essa modalidade de contratação, leva em conta a economia processual, traduzida na agilidade e na racionalização do emprego dos recursos necessários à sua consecução, que configura a própria razão de ser do dispositivo, o que, inclusive, motivou a recente revisão dos valores respectivos.

No gráfico abaixo constam as contratações superiores a R\$ 10.000,00, contratadas em 2019, que juntas somam R\$ 196.828,50.



RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Dispensa de licitação: art. 24, X e XIII

As despesas contratadas no exercício de 2019 por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, incisos X e XIII, somam **R\$ 2.829.584,89**, consolidadas no gráfico abaixo.



A opção administrativa por essa modalidade, no que tange às locações contratadas com fulcro no art. 24, X, da Lei n. 8.666/1993, deu-se em razão do fato de que os imóveis locados demonstraram-se, entre as alternativas disponíveis à época das contratações, como aqueles que melhor atendiam ao interesse da Administração, no que se refere às condições de localização e instalações, bem como, à comprovada compatibilidade dos valores com os praticados no mercado, nos termos do referido dispositivo.

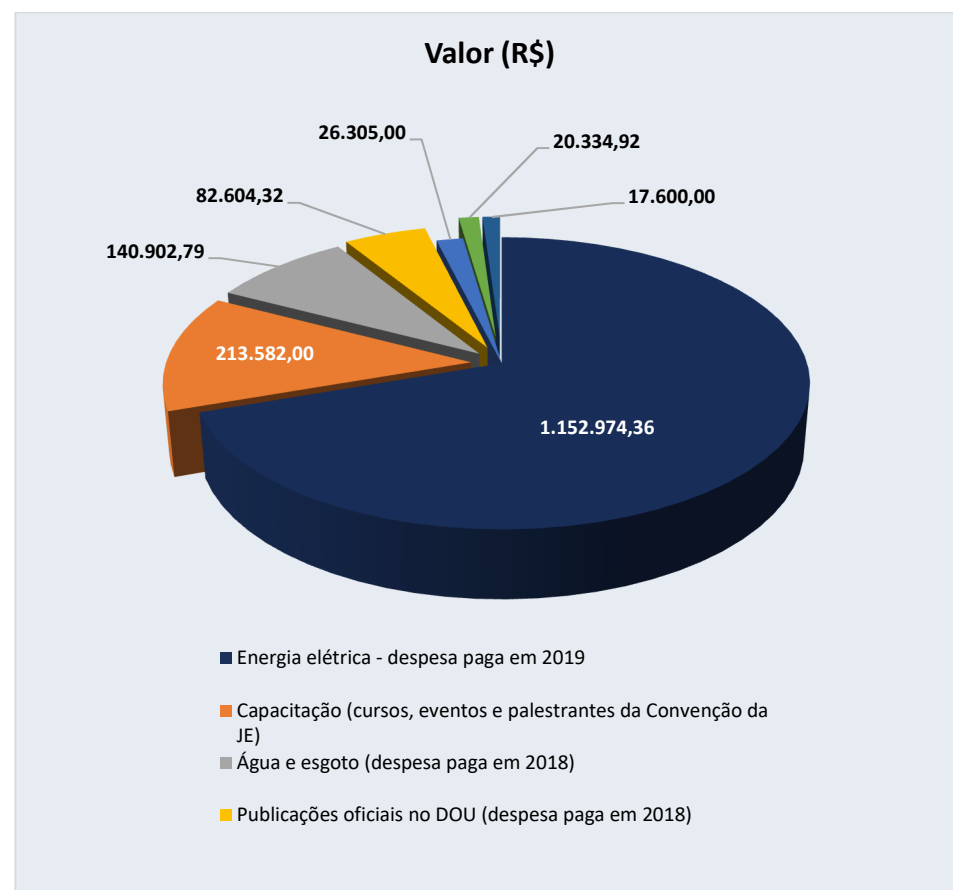
Já em relação à única contratação realizada com fulcro no art. 24, XIII, da Lei n. 8.666/1993, a justificativa específica encontra-se no item referente às contratações mais relevantes realizadas pela UPC (Contrato n. 025/2019).

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Inexigibilidade de licitação: art. 25

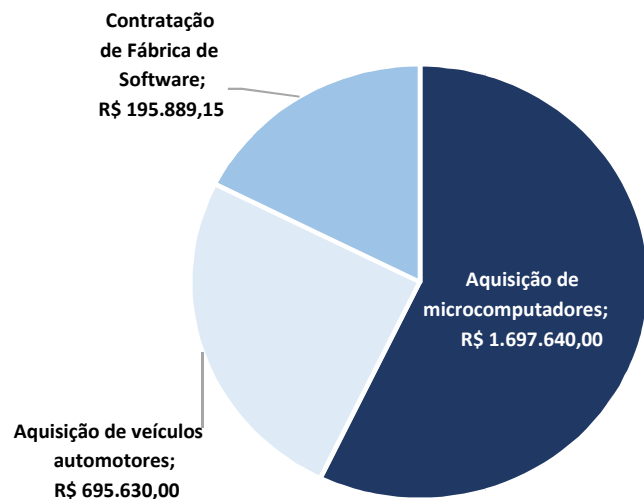
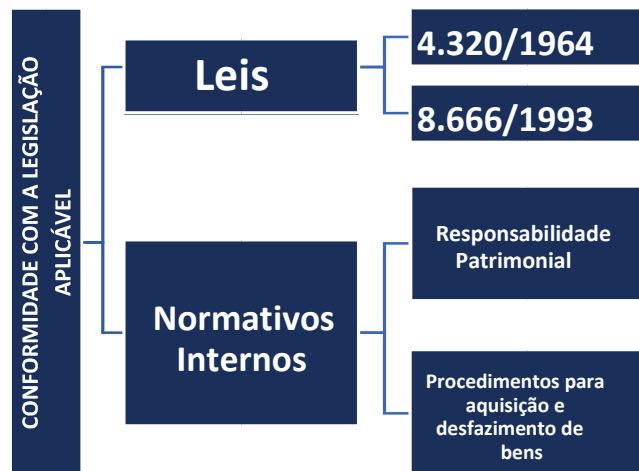
No gráfico abaixo estão consolidadas as principais contratações realizadas no exercício de 2019 por inexigibilidade de licitação, que totalizam **R\$ 1.671.923,39**.

A opção pela inexigibilidade de licitação, neste caso, decorre da sua própria natureza, uma vez que restou configurada a inviabilidade de competição.



DESAFIO E AÇÃO FUTURA NA ÁREA DA GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

- **Desafio:** Consolidação da Política de Governança de Aquisições, com a vigência do processo formal de trabalho de gestão das contratações.
- **Ação:** Formatação de curso de capacitação de gestores de contrato em plataforma EAD, com participação obrigatória de todos os servidores designados para essa função.



GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

Os investimentos na área de TI refletem diretamente na melhoria de sua infraestrutura operacional e técnica, além de atender à crescente demanda na área de desenvolvimento de softwares voltados ao aprimoramento e à celeridade das ações e dos procedimentos executados pelo TRESC para implementar e alcançar seus objetivos estratégicos.

Considera-se demonstrado o custo-benefício dos investimentos e o impacto específico daqueles da área de TI nos objetivos estratégicos.

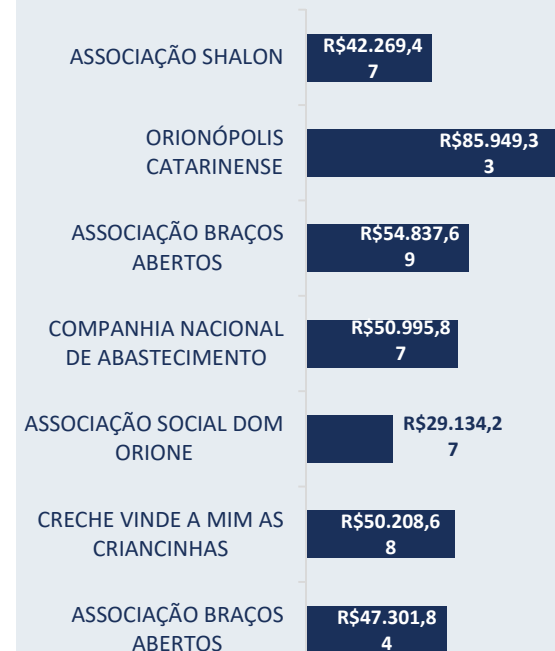
A aquisição de 8 veículos destinou-se à substituição de carros com mais de 10 anos de utilização, os quais importavam altos custos de manutenção e não ofereciam mais as condições de segurança adequadas à prestação dos serviços.

O impacto da aquisição de veículos é verificado na redução dos custos de manutenção, o que atende diretamente ao **Objetivo OE7 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária**.

Desfazimento de ativos (bens doados)

No ano de 2019 ocorreram quatro procedimentos de desfazimento de ativos no TRE/SC, nos meses junho, outubro, novembro e dezembro. Foi realizada a baixa patrimonial de **2.094 bens permanentes**, que totalizou o valor líquido de **R\$ 360.697,15**:

GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE BENS DOADOS PELO TRE/SC EM 2019



Locações de imóveis e equipamentos

No que se refere aos cartórios eleitorais, cabe esclarecer que, há pouco mais de uma década, praticamente todas as unidades de primeiro grau da Justiça Eleitoral deste Estado encontravam-se instaladas nos fóruns da Justiça Estadual. Contudo, esse Poder passou a requisitar tais espaços para uso próprio, obrigando este Tribunal a buscar novas alternativas.

Há 19 imóveis de propriedade da União ocupados pela Justiça Eleitoral em Santa Catarina, abrigando cartórios eleitorais. Da experiência dessa última década, pode-se observar que o investimento em estrutura imobiliária

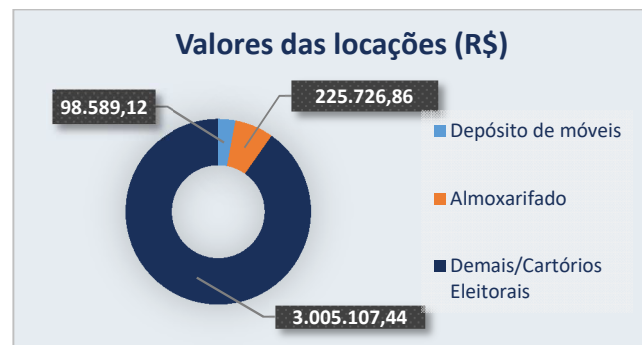
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

própria apresenta boa relação custo-benefício nos municípios que sediam mais de uma zona eleitoral, onde é possível organizar centrais de atendimento ao eleitor, instalando-se mais de um cartório em um só imóvel. Quanto aos demais, constatou-se que, dado o pequeno porte dos imóveis necessários, os custos de locação são baixos, se comparados ao investimento de uma construção. Em média, apurou-se que, para esses municípios, o custo de uma obra equivaleria a mais de 40 anos de locação de um imóvel.

Acerca do tratamento das despesas com reformas, transformações e manutenções dos imóveis locados, a política adotada é o custeio direto pelos locadores, nas hipóteses em que os serviços importem aumento ou preservação do valor patrimonial, ficando a cargo deste Tribunal apenas as despesas decorrentes de danos ou defeitos acarretados pelo uso.

Mudanças e desmobilizações relevantes

No que se refere às mudanças e desmobilizações relevantes, foram feitas três mudanças de Cartórios Eleitorais (Jaraguá do Sul, Videira e Dionísio Cerqueira) e o fechamento de cinco Postos de Atendimento (Municípios de São José do Cedro, Mondai, Barra Velha, Urubici e São Domingos).



GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, em desenvolvimento desde o ano de 2015 e regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada de modo a atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

Previsto no § 3º do art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000, o tema também é abordado na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que determina a cada ano que se propicie o controle de custos dos programas de governo. Na LDO para 2019, Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, o dispositivo é apresentado no inciso II do art. 15, e §2º do mesmo art. 15.

A inclusão das informações de custos no Relatório de Gestão ocorre desde a publicação da Portaria nº 90/2014 do Tribunal de Contas da União – TCU. A partir de então e até o exercício financeiro de 2017, têm sido prestadas informações sobre o estágio de desenvolvimento da sistemática de custos, com destaque para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, entre eles a Justiça Eleitoral, além do Ministério Público da União e de órgãos integrantes do Poder Executivo que não utilizam a ferramenta de apuração de custos implementada pela Portaria nº 157/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional - STN, denominada “Sistema de Informações de Custos do Governo Federal – SIC”. A partir de exercício financeiro de 2018, o TCU passou a solicitar não mais o estágio de desenvolvimento, mas os dados apurados dos custos.

Nesse contexto, a Justiça Eleitoral desenvolveu uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em mais de 2.300 municípios e de possuir mais de 3.000 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, no intuito de se alcançar a manutenção de uma base de dados sólida, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema próprio, denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, no qual são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais.

A apuração é iniciada com uma coleta dos dados dos imóveis em utilização pela Justiça Eleitoral. A partir dos dados desses imóveis, são gerados os centros de custos, que têm os valores de seus itens de custos preenchidos (manualmente ou por integração de sistemas) pelos Tribunais Eleitorais. Após esse preenchimento, as informações são consolidadas pelo TSE, por meio da Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, Unidade Setorial da Justiça Eleitoral, e são calculados os valores das atividades desenvolvidas no Órgão.

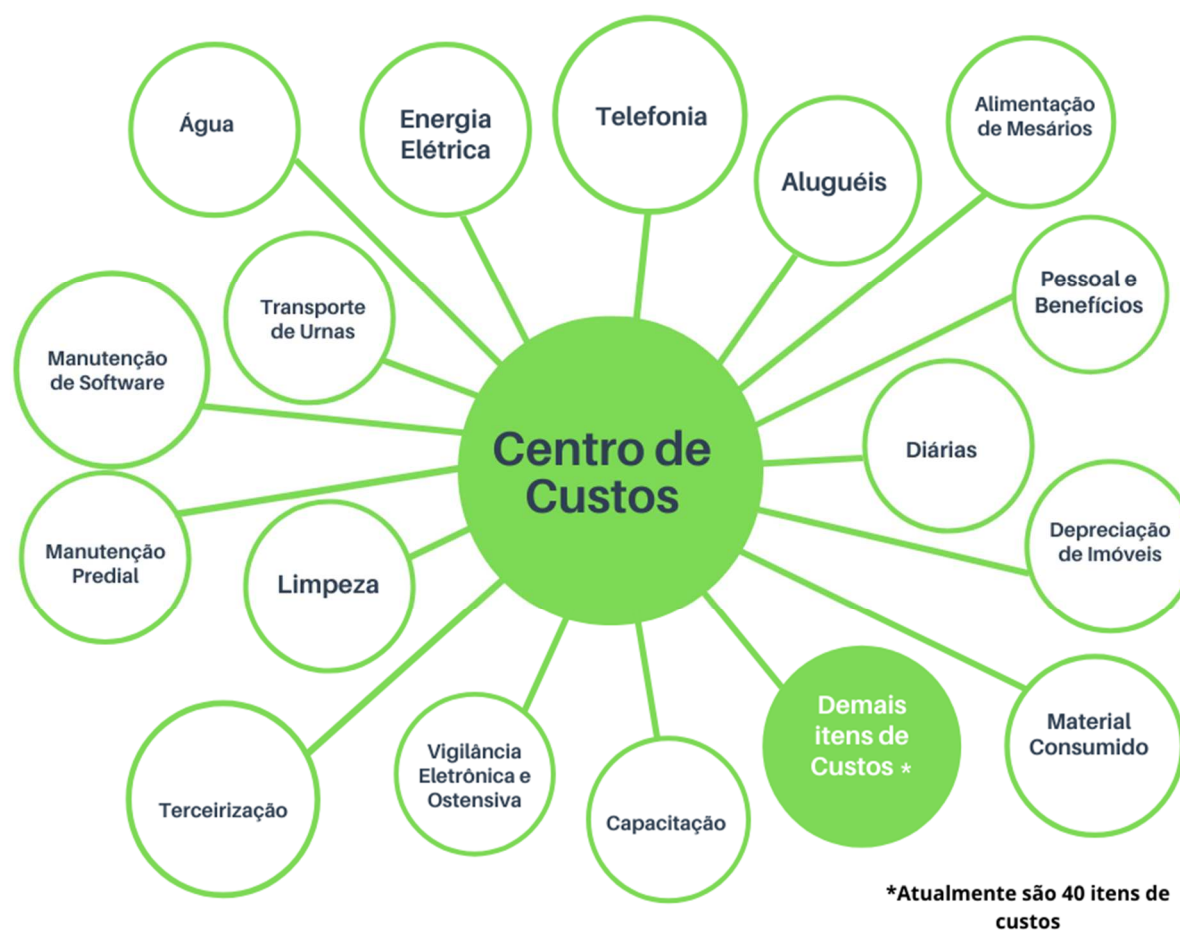
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

O fluxo do processo ocorre da seguinte maneira:



Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “Itens de Custos”, procura-se responder à questão **“Com o quê?”**, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



No eixo das “Atividades/Serviços”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:

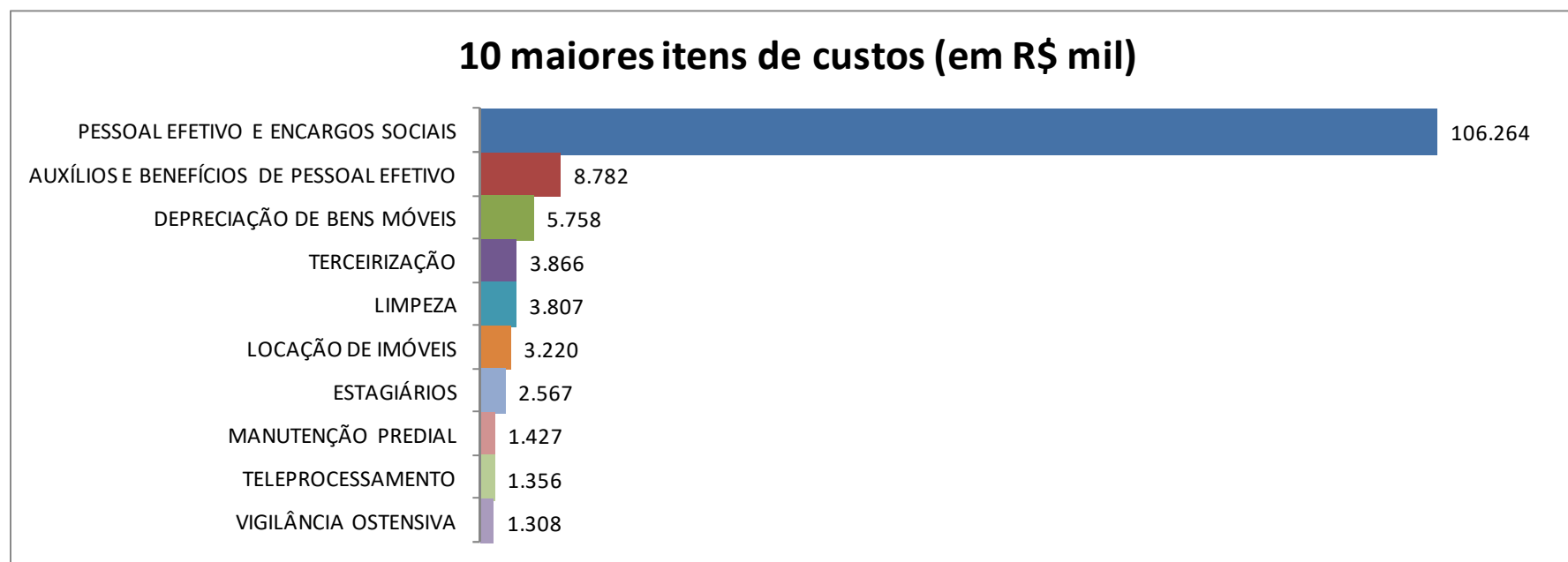


*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, pois algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

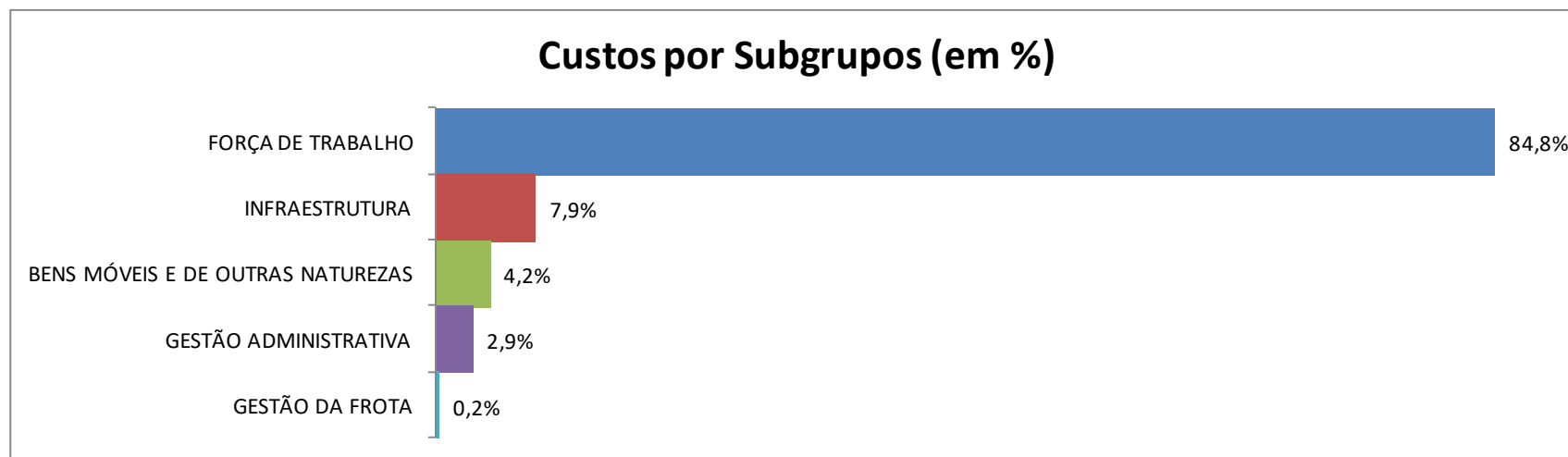
RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Em relação à apuração de custos referente ao exercício financeiro de 2019, foi aplicada a metodologia de custos da Justiça Eleitoral em todas as suas unidades, obtendo os dados relacionados aos 40 itens de custos atualmente passíveis de apuração. Feita a apuração dos custos, pode-se apresentar as informações dos centros de custos de diversas formas, para melhor retratar a atuação dessa Justiça Especializada. Entre elas, destaca-se o recorte dos 10 maiores itens de custo, o agrupamento dos itens de custo em grandes temas, a distribuição dos custos por atividades/serviços e a classificação dos custos por atendimento ao público e funcionamento da Secretaria.

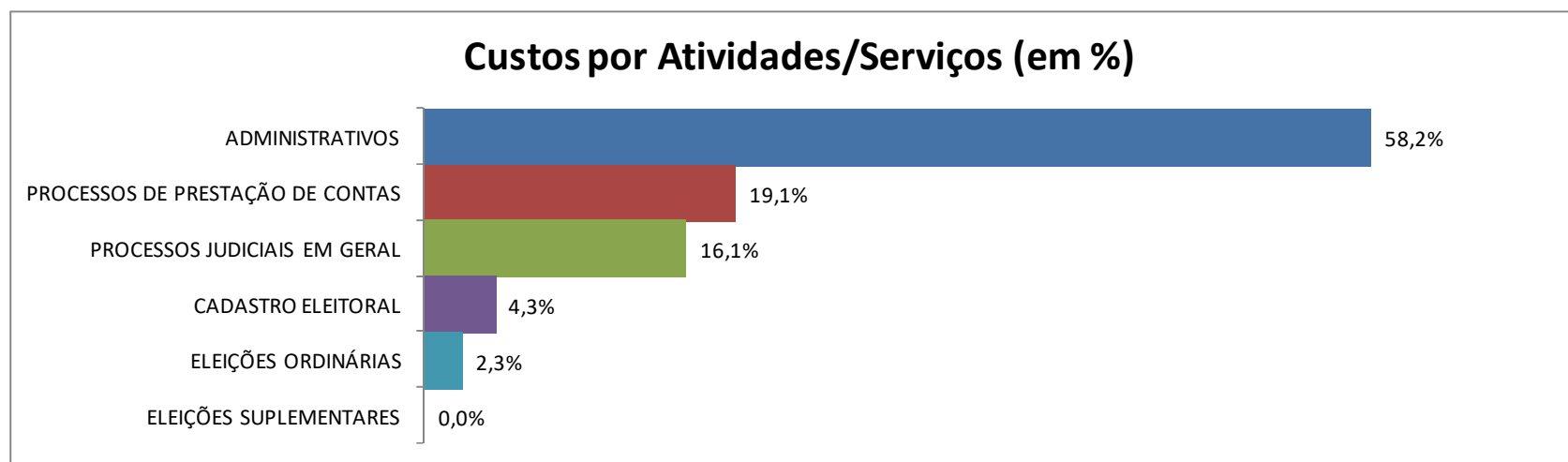
Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina no exercício de 2019**, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



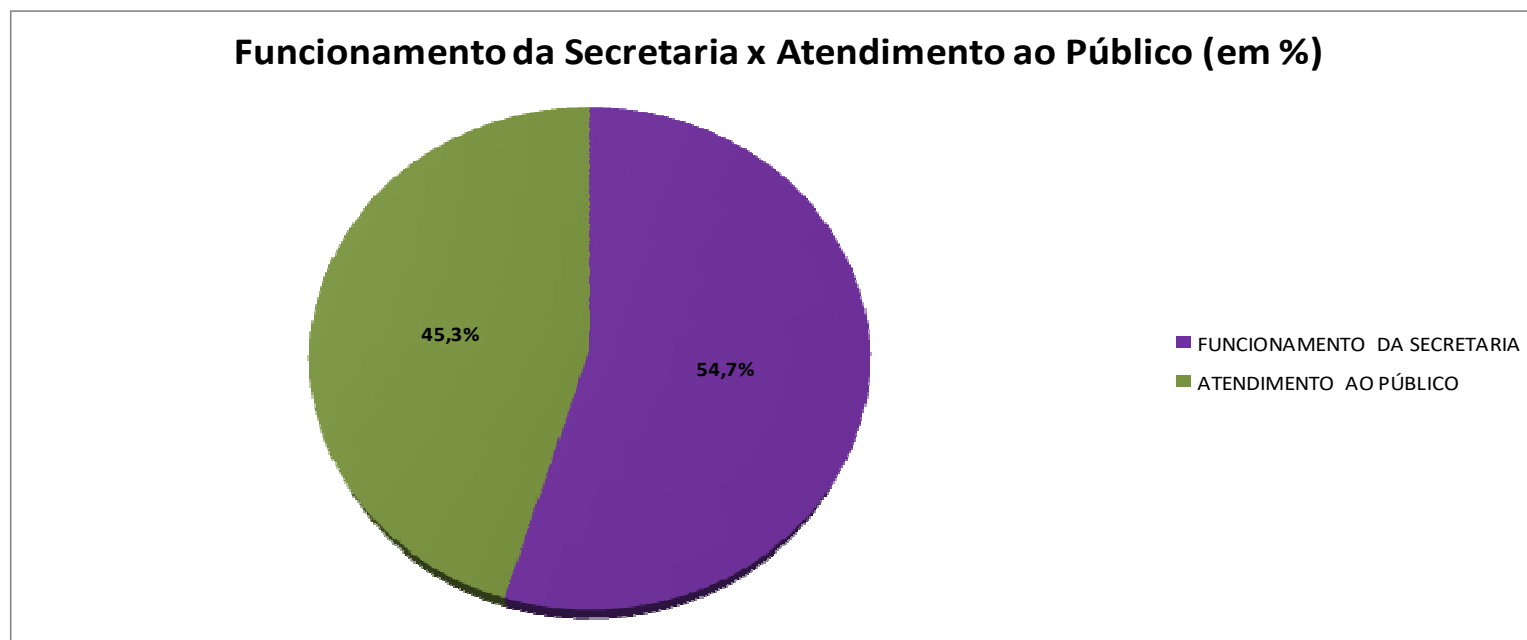
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte **distribuição**:



Os dados das **Atividades/Serviços** estão representados abaixo:



Quanto à **distribuição dos custos** entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

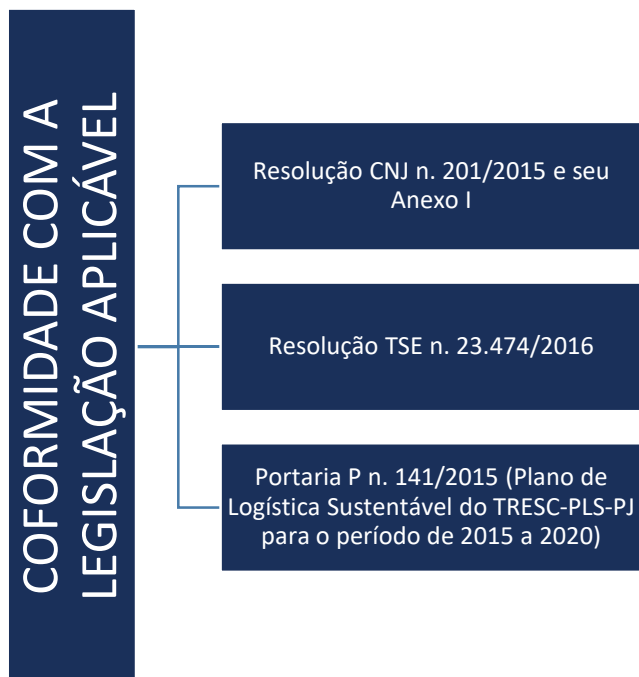


Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão passando por um período de aprimoramento e amadurecimento, onde a incorporação de novas técnicas e ferramentas busca contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

PRINCIPAIS DESAFIOS E AÇÕES FUTURAS NA ÁREA DA GESTÃO PATRIMONIAL

- Manutenção dos imóveis e demais bens, especialmente em face do teto constitucional da despesa pública, instituído pela Emenda Constitucional n. 95/2016, que dificultará a realização de novos investimentos.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL



O gráfico das contratações sustentáveis em 2019, assim entendidas como aquelas em que foi observado ao menos um critério de sustentabilidade, indica que o percentual de licitações exitosas sob esse aspecto foi de 58,33%, representando 42 licitações de um total de 61 exitosas realizadas no ano de 2019, o que consiste em um aumento de 6,04% em relação à 2018. Todavia, se considerar o total de licitações exitosas e não exitosas em que foram estabelecidos critérios de sustentabilidade, o percentual é de 70,83% do total de licitações realizadas em 2019, ou seja, 8,45% a mais que 2018.



Quanto às ações para redução de consumo de recursos naturais, foram estabelecidas diversas no Plano de Logística Sustentável, sendo que a maioria é de ação continuada, sem prejuízo de sempre se buscar ampliar esse rol e torná-lo o mais eficiente possível. Entre outras, podemos destacar as seguintes:

- Reduzir o consumo do papel e suprimentos de impressão;
- Usar papel reciclado ou não clorado para impressão de documentos em versão sujeita à revisão ou não definitiva;
- Monitorar os dados de consumo e informá-los ao corpo funcional;
- Promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos;
- Interagir de forma eficiente com os sistemas eletrônicos de processos administrativos e/ou judiciais com o objetivo de evitar a impressão;

- Promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas;
- Substituir o uso de copos descartáveis por dispositivos retornáveis duráveis ou biodegradáveis;
- Substituir o consumo de água engarrafada em recipientes plásticos por garrações de 20 litros, sistemas de filtragem ou bebedouros;
- Usar preferencialmente produtos biodegradáveis de limpeza;
- Fazer diagnóstico da situação das instalações elétricas e propor as alterações necessárias para redução de consumo;
- Desligar luzes e equipamentos ao se ausentar do ambiente;
- Fechar as portas e janelas quando o ar-condicionado estiver ligado;
- Aproveitar as condições naturais do ambiente de trabalho – ventilação e iluminação natural;
- Manter o contrato de energia adequado à real demanda de energia elétrica;
- Adquirir materiais e equipamentos elétricos com critérios de eficiência energética;
- Realizar levantamento e monitorar, periodicamente, a situação das instalações hidráulicas e propor alterações necessárias para a redução do consumo;
- Promover a implantação da coleta seletiva em consonância com a legislação pertinente;
- Promover a destinação ecologicamente correta dos resíduos não recicláveis;
- Adotar medidas para promover um ambiente físico de trabalho saudável e seguro;
- Trocar experiências com outros órgãos no sentido de buscar novas práticas;
- Promover atividades de integração e de qualidade de vida;
- Utilizar preferencialmente combustíveis menos poluentes e de fontes renováveis como o etanol;

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

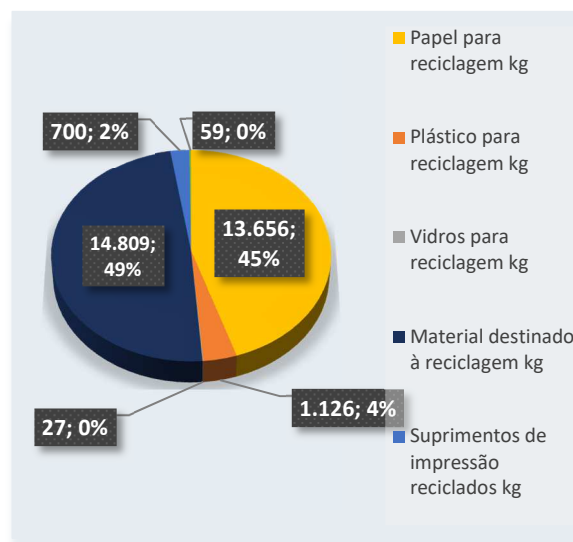
- Estabelecer rotinas de manutenção preventiva nos veículos;
- Monitorar o gasto com contratos de motoristas;
- Implantar telefonia VoIP em substituição às linhas de voz;
- Estimular contratações sustentáveis, ou seja, com a inserção de critérios de sustentabilidade na especificação do objeto;
- Sensibilizar e capacitar os servidores em educação socioambiental;
- Promover a capacitação de servidores na temática da sustentabilidade;
- Efetuar o levantamento dos imóveis que necessitam de reformas e mudanças de layout.

Quanto às ações desenvolvidas, relativamente à **gestão de resíduos**, em 2019 o TRES, por meio da Equipe TRES Lixo Zero, promoveu a Semana do Lixo Zero. Ciclo de palestras que demonstrou a oficina de Compostagem via Bokashi, com objetivo de abordar a destinação correta dos resíduos orgânicos através de um processo de compostagem anaeróbico, utilizando como ferramenta uma técnica japonesa de fermentação denominada de Bokashi, tendo como resultado um dos melhores fertilizantes orgânicos. Esse método é muito utilizado por agricultores, produtores de orquídeas e flores em geral. Tal método acabou sendo adotado para tratar os resíduos orgânicos do TRES. Também foi instalada na Sede uma composteira para tratamento do lixo orgânico e foram retiradas as lixeiras individuais nas estações de trabalho, de modo a que fosse dada a devida destinação aos resíduos.

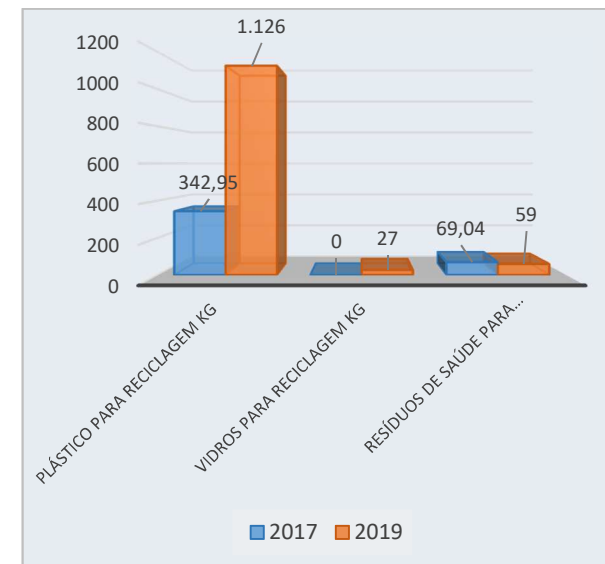
O TRES também lançou campanha com o objetivo de reduzir a demanda de papel nas Unidades, considerando inclusive que a ação 1.1 do PLS. Foram proferidas diversas orientações no sentido de boas práticas e a fim de dar maior efetividade à campanha foi estabelecido um limite de 5 resmas de papel por Unidade, a cada 3 meses, sem uma análise prévia. Para demandas maiores

ou com uma frequência mais acentuada os pedidos deverão ser justificados à Seção de Almoxarifado e Patrimônio.

O gráfico seguinte demonstra a quantidade e percentual representativo de todos os resíduos produzidos em 2019, conforme critérios e indicadores também estabelecidos no Plano de Logística Sustentável. Outras espécies de resíduos estão previstas no referido Plano, tais como metais, resíduos de informática, lâmpadas, pilhas, resíduos de obras e madeira. Todavia, não foram produzidos pelo TRES naquele ano.



Ainda quanto à gestão de resíduos, de modo a se verificar as reduções alcançadas é preciso compará-las com outro ano de referência. Tendo em vista que 2019 foi um ano não eleitoral, seu ano de referência seria 2017, considerando sobretudo a sazonalidade das atividades da Justiça Eleitoral, conforme previsto no art. 25 da Resolução TSE n. 23.474/2016 e Glossário de Resolução 201 do CNJ. Dessa forma, temos os seguintes gráficos comparativos:



Em relação ao indicador de desempenho IA1.6 - Índice de desempenho do PLS, mesmo com a redução nos consumos, ocasionalmente pode não haver uma redução nos gastos de forma proporcional, haja vista a elevação dos custos de produção de diversos itens com o passar dos anos, considerando ainda que este comparativo entre anos eleitorais comporta um intervalo de 3 anos.

Não se pode deixar de mencionar o fato de que determinados indicadores influenciam diretamente ou de maneira inversamente proporcional em outros. Cite-se, por exemplo, os indicadores 5.1 e 5.2, que são a quantidade de impressões e equipamentos instalados. Ao se reduzir a quantidade de impressões, devido ao processo de informatização e se elevar a quantidade de equipamentos, obteve-se uma performance reduzidíssima, o que aparentemente poderia ensejar um desempenho negativo deste Órgão, mas que, neste particular, justifica-se pelas ações planejadamente tomadas.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade legal

A Secretaria de Gestão de Pessoas apresentou proposta de alteração de normas internas, com o fim de assegurar sua conformidade à Lei n. 8.112/1990 e às demais regras aplicáveis à Gestão de Pessoas, observando o conjunto de regras e diretrizes estabelecidas ou referenciadas pelo Tribunal Superior Eleitoral e os órgãos de controle.

Merece destaque a regulamentação do teletrabalho no âmbito do TRES. No ano de 2019, após aprovação do regime de trabalho remoto nesta Casa (Resolução TRES n. 7.998/2019), foram realizados três pilotos de teletrabalho em três áreas distintas do Tribunal: na Assessoria Especial de Planejamento Estratégico e de Eleições, vinculada à Direção-Geral, na Coordenadoria de Apoio ao Pleno (Assessoria de Juízes) da Secretaria Judiciária e na Seção de Legislação da Secretaria de Gestão de Pessoas. Após o término do projeto piloto, pelo qual foram constatados ganhos de produtividade e eficiência, tanto pelos servidores como por suas chefias mediatas e imediatas, o regime de teletrabalho foi aprovado para todos os servidores do Tribunal (Portaria P n. 192/2019).

A Seção de Legislação mantém permanentemente atualizada na *intranet* do Tribunal a legislação relativa a direitos e deveres dos servidores, e publicou diversas notícias no exercício de 2019 para a sua ampla divulgação.

Foram promovidos estudos em relação à atualização das normas, destacando-se, dentre eles, o objeto do Processo Administrativo Eletrônico n. 35.407/2019, autuado para atualizar a regulamentação da

consignação em folha do pagamento dos servidores ativos, inativos e dos pensionistas deste Tribunal.

Menciona-se, ainda, que no exercício de 2019, foram analisados 22 (vinte e dois) processos de averbação, 10 (dez) processos de remoção, 18 (dezoito) processos de aposentadorias, 3 (três) processos de concessão de pensão e 1 (uma) reversão de cota parte, em razão de óbito de um dos pensionistas, todos havendo seguido a legislação pertinente.

Por fim, as avaliações da conformidade legal nos processos de Gestão de Pessoas podem ser auferidas pelo controle e acompanhamento da entrega das declarações de bens e renda; dos registros de informações no Sistema e-Pessoal do Tribunal de Contas da União; e pelo acompanhamento de concessões de benefícios e licenças.

Avaliação da força de trabalho: distribuição dos servidores por faixa salarial, gênero, deficiência, etnia, faixa etária, situação funcional, carreira, área de trabalho e unidade de exercício

O Quadro de Pessoal do TRE/SC é heterogêneo, uma vez composto por servidores de carreira vinculados ao órgão, servidores removidos de outros Regionais, servidores em exercício provisório de outros órgãos da Administração Pública Federal e de servidores requisitados de outras esferas, em especial das prefeituras municipais.

A força de trabalho este Tribunal no encerramento do exercício de 2019 contava com a colaboração de 464 (quatrocentos e sessenta e quatro) servidores do quadro de pessoal e removidos de outros regionais; de 163 (cento e sessenta e três) servidores requisitados, formalmente designados na forma da Lei n. 6.999/1982, todos lotados nos cartórios eleitorais (1º grau); de 11

(onze) servidores públicos federais em exercício provisório, a partir da concessão de licença para o acompanhamento de cônjuge, conforme prevê o art. 84 da Lei n. 8.112/1990; de um 1 (um) servidor cedido, conforme prevê o art. 93, I, da Lei n. 8.112/1990; e de 240 (duzentos e quarenta) estagiários².

Dos 464 (quatrocentos e sessenta e sessenta e quatro) servidores do quadro de pessoal e removidos para este Regional:

- a) 213 (duzentos e treze) são do gênero feminino e 251 (duzentos e cinquenta e um) são do gênero masculino;
- b) 15 (quinze) servidores possuíam até 30 anos de idade, 159 (cento e cinquenta e nove) servidores possuíam entre 31 e 40 anos de idade, 204 (duzentos e quatro) possuíam entre 41 e 50 anos de idade, 81 (oitenta e um) possuíam entre 51 e 59 anos de idade, e 5 (cinco) possuíam mais de 60 anos de idade;
- c) 17 (dezessete) servidores são pessoas com deficiência, prevalecendo as deficiências de ordem motora e visual; e
- d) em relação aos servidores que se auto declararam em razão da etnia, prevaleceu entre os servidores a raça ou cor “branca”.

Em relação ao percentual de cargos gerenciais/diretivos ocupados por servidores efetivos, informa-se que, no dia 31.12.2019, dos 35 (trinta e cinco) cargos em comissão existentes no TRES (CJs), 17 (dezessete) são ocupados por pessoas do gênero masculino e 18 (dezoito) por pessoas do gênero feminino. Em relação as demais funções comissionadas, 180 (cento e oitenta) são ocupadas por pessoas do gênero masculino e 148 (cento e oito) por pessoas do gênero feminino.

Importa mencionar, também, que no exercício 2019 ocorreu diminuição no quantitativo de servidores

² Até o dia 19 de dezembro de 2019, este Tribunal contava com 60 vagas de estágio na Sede (verba ordinária) e 180 vagas nas Zonas Eleitorais (verba destinada à revisão eleitoral), totalizando 240 vagas. A partir de 20 de dezembro daquele exercício, considerando os cortes orçamentários e o encerramento das revisões, o número de vagas de estágio ficou limitado a 100.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

efetivos, em função da vacância de 18 (dezoito) cargos por aposentadoria, tendo havido mais egressos do que ingressos, ante a impossibilidade de provimento de cargos efetivos no âmbito da Justiça Eleitoral, determinada pela Portaria TSE n. 671, de 13.9.2017, alterada pelas Portarias TSE n. 574, de 3.7.2018, n. 1.091, de 12.12.2018, n. 383, de 24.05.2019 e 602, de 07.08.2019.

Considerando a totalidade de cargos vagos (dos quais, ao término de 2019, apenas um era passível de provimento), e tendo em vista a inexistência de concurso público em vigência — com exceção do concurso destinado à especialidade “Arquitetura” —, a fim de minimizar em curto prazo o déficit de força de trabalho, foi autorizado aproveitamento dos candidatos aprovados no Concurso Público n. 1/2017 realizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região. Desse aproveitamento resultaram três nomeações no exercício de 2019: duas para o cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa e uma para o cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária.

Com tal providência, foi possível reduzir o número de Zonas Eleitorais com claros de lotação em relação ao exercício de 2018, restando, ao final de 2019, apenas uma ZE com claro.

Estratégia de recrutamento e alocação de pessoas

No final do exercício de 2019, este Tribunal contava com o apoio de 163 (cento e sessenta e três) servidores requisitados, formalmente designados na forma da Lei n. 6.999/1982, todos lotados nos cartórios eleitorais (1º grau); de 11 (onze) servidores públicos federais em exercício provisório, amparados pela concessão de licença para acompanhamento de cônjuge, conforme prevê o art. 84 da Lei n. 8.112/1990; e de um 1 (um) servidor cedido, conforme prevê o art. 93, I, da Lei n. 8.112/1990.

Até o dia 19.12.2019, este Tribunal contava com 60 vagas de estágio na Sede (verba ordinária) e 180 vagas nas Zonas Eleitorais (verba destinada à revisão eleitoral), totalizando 240 vagas. A partir de 20 de dezembro daquele exercício, considerando os cortes orçamentários e o encerramento das revisões, o número de vagas de estágio ficou limitado a 100.

Cabe salientar que, com a conclusão das coletas de dados do Programa de Gestão por Competências, realizadas em 2019, já foi possível adotar um novo modelo de alocação de servidores, por meio do qual é possível a análise criteriosa de prioridade e necessidade das unidades, vinculando adequação de perfil e possibilitando aos servidores se manifestarem quanto ao interesse nas vagas de lotação disponíveis.

Detalhamento da despesa de pessoal (ativo, inativo e pensionista), evolução dos últimos anos e justificativa para o aumento/diminuição

Do Demonstrativo das Despesas com Pessoal, apresentado na forma de anexo pela Coordenadoria de Pagamento e de Legislação, verifica-se decréscimo expressivo de valor no item Adicionais “Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade” e “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade”, comparados os dados apresentados em 2018 com os do exercício 2019, em decorrência do acréscimo das despesas em ano eleitoral, em especial com o pagamento de serviço extraordinário aos servidores.

Quanto ao item Benefícios Assistenciais e Previdenciários “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade”, informa-se que os valores constantes apresentam variação de valor em decorrência de pagamento de Auxílio-alimentação para requisitados.

Avaliação de desempenho, remuneração e meritocracia: gratificação de desempenho, progressão funcional, estágio probatório, tabela de remuneração, percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores efetivos, detalhes sobre a igualdade de oportunidades na UPC

Tem-se consciência de que a política de avaliação de desempenho possui um papel importante para o desenvolvimento de uma cultura voltada para resultados, já que o alinhamento de objetivos individuais e das equipes às metas da organização implica o maior envolvimento dos servidores, que passam a se sentir pessoalmente responsáveis pelo desempenho da organização.

A alteração da forma atualmente utilizada para avaliação de desempenho, prevista no Programa de Gestão por Competências, é um projeto para o ano de 2020, tendo em vista a conclusão, em novembro de 2019, do levantamento de dados deste programa na Sede do Tribunal. Desta forma, firmou-se convênio/parceria com a área de psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina para auxiliar nos estudos e elaboração de uma Avaliação de Desempenho por Competências e que sua realização seja periódica para a totalidade dos servidores, independentemente do estágio na carreira.

Hoje, a avaliação de desempenho, no modelo 180 graus, compreende a autoavaliação do servidor (peso 1) e a avaliação do superior imediato (peso 2), com sistema de pontuação de 0 a 3 em questões objetivas, nas quais o servidor e sua chefia imediata avaliam assiduidade, disciplina, iniciativa, produtividade e responsabilidade, bem como, abre espaço para avaliação da lotação e a necessidade de capacitação. A avaliação de desempenho é realizada anualmente com a finalidade de verificar a aptidão do servidor para o exercício das atribuições do cargo efetivo, no período do estágio

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

probatório, bem como para subsidiar a concessão de progressão funcional e promoção. Em 2019, 31 servidores foram promovidos e 112 servidores progrediram na carreira.

A avaliação do servidor no período de estágio probatório é realizada em 4 (quatro) etapas: ao término do 6º mês, 12º mês, 24º mês e 32º mês, contadas a partir do início do exercício no cargo. Em 2019, 19 servidores tiveram homologada a conclusão da Avaliação de Desempenho durante o Estágio Probatório.

Em relação ao percentual de cargos gerenciais existentes no Tribunal, a Lei n. 11.416/2006 determina no art. 5º, § 1º, que 80% das funções comissionadas deverão ser exercidas por servidores integrantes do quadro de pessoal do Poder Judiciário. Para o percentual restante poderão ser designados servidores efetivos de outras carreiras ou que sejam titulares de empregos públicos.

Nesse contexto, informa-se que, no dia 31 de dezembro de 2019, todos os cargos dessa natureza, incluindo os de Diretor-Geral, Secretários, Coordenadores, Assessores, Chefes de Seção e Chefes de Cartório Eleitoral estavam ocupados por servidores de carreira da Justiça Eleitoral, sem exceção.

Assim, no quesito de percentual de cargos gerenciais ocupados por servidores ativos, pode-se notar que o TRESC tem observado a norma, uma vez que o percentual de servidores de carreira deste Tribunal ocupantes de cargos e de funções comissionadas foi de 100% no exercício de 2019.

No tocante ao tópico tabela de remuneração, informa-se que este Tribunal, em conformidade com a Resolução CNJ n. 102/2009 e suas alterações posteriores, publica no seu sítio as informações relativas à estrutura remuneratória, quantitativos de cargos, relação de

servidores e detalhamento da folha de pagamento, promovendo, dessa forma, a transparência da gestão e mecanismo de controle social.

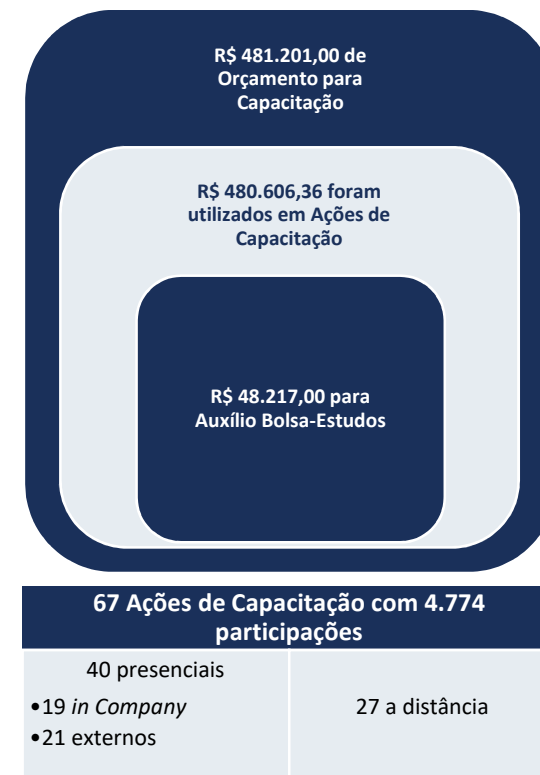
Por fim, enfatiza-se que a Secretaria de Gestão de Pessoas deste Tribunal entende que o bom desempenho da organização está intimamente ligado à valorização das pessoas que nela atuam, havendo trabalhado intensamente no exercício 2018 e 2019 para propiciar a igualdade de oportunidade a todos os seus servidores, seja por meio da mediação e gestão de conflitos, da escuta ao servidor e do estabelecimento de canal direto com a SGP, das ações para implantação da gestão por competência, do levantamento anual das necessidades de capacitação, das políticas de saúde e qualidade de vida no trabalho, da implantação do teletrabalho, da realocação de servidores com disponibilização das vagas para inscrição e da promoção de ações para a melhoria do clima organizacional.

CAPACITAÇÃO: ESTRATÉGIA E NÚMEROS

O **Plano Anual de Capacitação/PAC 2019** foi desenvolvido com base no levantamento de necessidades de capacitação dos servidores e contou com a participação direta das unidades orgânicas. Foi dividido nas seguintes modalidades:

Cursos presenciais: *in Company*, externo e instrutória interna (ministrado por servidores do Tribunal).

Cursos a distância (Ead): interno (construído e desenvolvido pelo TRESC e disponibilizado no ambiente *Moodle*) e externo (contratado no mercado).



As capacitações presenciais desenvolvidas pela Escola Judiciária Eleitoral de Santa Catarina (EJESC) totalizaram 549 horas de treinamento.

Várias ações de capacitação em EAD foram desenvolvidas e executadas totalmente pela Assistência de Educação a Distância da EJESC no ano de 2019. Nesta esteira foram treinados 4.406 alunos, em 21 cursos, totalizando 299 horas de treinamento.

Por sua relevância, destaca-se – dentre as ações de capacitação do PAC – o Processo Judicial Eletrônico – PJe.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Por se tratar de projeto prioritário do TRESP, que envolveu a capacitação de mais de quatrocentas pessoas, dentre servidores, juizes e promotores, executou-se o orçamento reservado para capacitação no PJe – R\$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais) – para workshops presenciais dos servidores das ZEs. Os workshops ocorreram em período anterior aos EaDs disponibilizados pelo TSE. Em virtude do ambiente virtual de aprendizagem do TSE não prever fóruns para envio de questionamentos e dúvidas aos tutores, foram criadas salas de aula paralelas no TRESP para prover a funcionalidade dos fóruns de dúvidas. Esta sistemática exigiu que os estudantes visualizassem os tutoriais no ambiente do TSE e enviassem suas dúvidas no ambiente do TRESP.

Aos juizes e promotores eleitorais foi disponibilizado treinamento em EAD específico no ambiente do TSE.

Além disso, também foi envolvido o público externo – advogados e partidos políticos –, com influência direta para as eleições municipais de 2020.

Foi priorizada a disponibilização dos cursos no ambiente virtual da Internet a fim de propiciar a realização a qualquer tempo por parte dos interessados. Ademais, nos cursos aplicados na Intranet, o material foi integralmente disponibilizado no ambiente virtual da Internet para que fosse consultado.

Os estudos para aplicar nova identidade visual no ambiente virtual de aprendizagem continuaram, de modo a compatibilizá-lo com a última versão do Sistema de Gerenciamento de Aprendizagem.

Ante a avaliação positiva dos alunos quanto às atividades interativas desenvolvidas com o software de criação de artefatos educacionais H5P, manteve-se a utilização desse recurso nos cursos produzidos neste ano, colaborando com a aprendizagem de conteúdos com maior grau de dificuldade.

A disponibilização de glossário nos cursos permitiu a familiarização dos alunos com os termos próprios de cada área do conhecimento. Para promover uma interação diferenciada, o glossário foi utilizado como atividade avaliativa na primeira turma do curso “Biometria – Atendimento ao eleitor” e no curso “Formação de Tutores - PJe”.

Ainda, como forma de estimular a interação e a colaboração entre os alunos e desses com o tutor, utilizou-se pioneiramente a tecnologia *Padlet* para disponibilizar um mural interativo na primeira turma do curso “Biometria – Atendimento ao eleitor”. Nele, os participantes poderiam registrar mensagens ou imagens relacionadas ao atendimento ao público, simulando um ambiente como o das redes sociais. Com esse novo recurso, observou-se uma maior participação dos alunos nos fóruns, a indicar que se tornaram mais abertos a compartilhar suas experiências e dúvidas. Na conclusão do curso, a partir de todas as mensagens postadas no mural interativo, foi gerada uma nuvem de palavras, na qual os alunos puderam se sentir como participantes ativos na construção do conhecimento. De se notar que o curso apresentou também melhores índices de avaliação dos alunos quando comparado aos anteriores sobre o mesmo tema. A experiência do mural interativo foi replicada no curso “Formação de Tutores - PJe”, com bons resultados.

O curso “Aplicação do Fundo Partidário – participação das mulheres”, fruto da campanha realizada em 2017, manteve-se disponível para realização ao longo de todo o ano nos sites do TRESP e do TSE, com a emissão de 406 certificados no ano de 2019.

Manteve-se a disponibilização dos vídeos do Democratiza, programa desenvolvido pela STI para democratização do conhecimento em Tecnologia da Informação, no ambiente de Educação a Distância.

Também o curso “Excelência no Atendimento ao Cidadão” esteve disponível para realização durante todo o ano.

No eixo Cadastro Eleitoral, o curso “Biometria – Atendimento ao eleitor” foi atualizado, em virtude de alterações no Sistema ELO, mantendo-se o curso aberto durante todo o ano na Internet, permitindo a atualização dos servidores antigos e o aprendizado dos novos colaboradores no momento do seu ingresso na Justiça Eleitoral.

Para a capacitação dos servidores na nova sistemática do PJe, além dos tutoriais produzidos pelo TSE, criaram-se três turmas internas com acesso ao sistema na versão de treinamento, roteiro de testes, material complementar, e tutoria de conteúdo, atendendo ao planejamento efetuado conjuntamente com a Corregedoria Regional Eleitoral.

Previamente a essas turmas, a Assistência de Educação a Distância desenvolveu, aplicou e prestou tutoria no curso “Formação de Tutores – PJe”, de forma a preparar os servidores mapeados como professores-tutores nos treinamentos do PJe, bem como aqueles que possam atuar em outros cursos de educação à distância.

De forma a auxiliar nos trabalhos da Coordenadoria de Eleições, foram desenvolvidos os cursos “Eleições da comunidade: técnicos de urna” e “Eleições da comunidade: mesários” para capacitar os colaboradores externos nessas eleições, os quais somaram 194 participantes inscritos para atuarem como técnicos de urna e 2.496 como mesários.

Para a capacitação de servidores no processo de planejamento, houve a aplicação de duas turmas do curso “Gerenciamento de Projetos Eleitorais”.

Desenvolveu-se também o curso “Gestão de Contratos”, com a aplicação da primeira turma em dezembro de 2019 e previsão de formação de novas turmas no ano

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

seguinte, haja vista a mudança nas rotinas e procedimentos na gestão dos contratos a partir de fevereiro de 2020.

Ainda, desenvolveu-se a identidade visual e os gráficos do curso de acessibilidade, bem como foram coletados vídeos que poderão ser utilizados como material de sensibilização dos alunos. A aplicação do curso ainda depende de ajustes no seu conteúdo.

Considerando a demanda do ano eleitoral, já se iniciou a criação da identidade visual dos cursos das Eleições 2020, bem como o desenvolvimento de material para capacitação dos seus conteúdos.

Principais desafios e ações futuras

As problemáticas do TRESP referem-se à motivação dos servidores; à prestação de serviço de excelência e à resolução de conflitos.

Os grandes desafios enfrentados em 2019 foram manter a eficiência no funcionamento de todas as atividades do Tribunal, apesar da redução do quadro de pessoal resultante do corte orçamentário, e promover a sensibilização e a liberação dos servidores para participar das forças-tarefas programadas.

Tem-se como norte, ainda, a necessidade constante de aprimorar seus sistemas informatizados, de forma a propiciar aos executores das atividades maior celeridade, menos riscos e resultado para administração pública.

Um dos grandes desafios é a continuidade do Programa de Gestão por Competências, instituído pela Portaria P n. 162/2018, com coleta de dados finalizada na sede do Tribunal, e com necessidade de expansão para as Zonas Eleitorais (1º grau), ainda sem data definida.

Espera-se que em 2020 seja iniciado o estudo de implantação da avaliação de desempenho por

competências e a implantação das trilhas de aprendizagem por competências em substituição ao plano de capacitação e desenvolvimento de servidores-PACD.

A implantação desses projetos trará grande ganho para a Administração na medida em que servirá de subsídio para a tomada de decisão e servirá como base técnica para a proposição de mudanças estruturais avaliadas como necessárias pela Administração.

Além disso, no exercício de 2019, houve a retomada da realização dos exames periódicos em saúde, que no exercício de 2018 foram suspensos diante das restrições de ordem orçamentária. Com a retomada da realização dos exames periódicos, aliado ao aprimoramento das ações do Programa Qualidade de Vida, com ênfase nas doenças com maior prevalência entre os servidores do Tribunal, busca-se atender a um novo e grande desafio, ligado à redução significativa do índice de absenteísmo dos servidores por motivo de doença, que nos últimos anos vinha se mantendo em 3,5% da força de trabalho e já em 2019, num levantamento preliminar dos dados, reduziu para 2,6% da força de trabalho.

Outro desafio atendido em 2019, mas que ainda permanecerá em foco para os próximos exercícios, diz respeito à automatização de processos e à revisão de rotinas de trabalho, com o objetivo de amenizar os efeitos da atual diminuição do quadro de pessoal e evitar ao máximo a realização de horas além da jornada de trabalho/serviço extraordinário. Sobre o assunto, no exercício de 2019, vários processos de trabalho foram automatizados/revisados, dentre os quais os referentes ao registro de licenças médicas, a marcação e remarcação de férias, a solicitação de utilização do banco de horas, as indicações de substitutos, a conferência das informações a respeito das despesas do Programa de Assistência à Saúde, dentre outros.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO
GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

Em observância ao processo de planejamento estratégico de tecnologia da informação e comunicação e a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD), O PETIC instituído pela Portaria P n. 89/2016, de 30 de março, com vigência até 2020, teve seu prazo prorrogado até 2021, através da Portaria n. 62/2019, de 2 de abril de 2019, tendo como objetivos:

Perspectiva	Objetivo Estratégico de TI (PETIC)	Objetivo Estratégico Institucional (PEI)
Resultados	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC	- Garantia dos direitos de cidadania; - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional - Aperfeiçoamento da gestão da informação - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	- Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral - Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional - Aperfeiçoamento da gestão da informação - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(RE3) – Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional - Aperfeiçoamento da gestão da informação - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Processos Internos	(PI1) Aprimoramento da segurança da informação	- Combate à corrupção e à improbidade administrativa - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral - Aperfeiçoamento da gestão da informação - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional - Aperfeiçoamento da gestão da informação - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	- Combate à corrupção e à improbidade administrativa - Fortalecimento da segurança e da transparência do processo eleitoral - Aperfeiçoamento da gestão da informação - Aperfeiçoamento da gestão orçamentária - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
Pessoas e Recursos	(PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	- Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional - Aperfeiçoamento da gestão de pessoas - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação
	(PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária - Fortalecimento da governança - Aperfeiçoamento da governança de Tecnologia da Informação

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO
Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC)

O PDTIC 2019 foi aprovado pelo Comitê de Governança de Tecnologia da Informação (GOVTIC) em 12 de março de 2018 e instituído pela Portaria DG n. 56, de 21.03.2018. Dentre as ações planejadas para o alcance dos objetivos estratégicos de TI em 2019 podemos destacar:

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
SISTEMAS		
IN17 – Implantar Processo Judicial Eletrônico (PJE)	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Implantado nas Zonas Eleitorais. Resta implantar os sistemas satélites</i>
AE14 - Contratar desenvolvimento de sistemas	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	<i>Concluído</i>
IN12 - Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação do TRES	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Em andamento</i>
IN33 – Implantação do Portal do Servidor	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
IN34 – Adesão ao Padrão do Sítio Internet do TSE	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
AE02 - Aumentar a integração entre os sistemas informatizados	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Em andamento</i>
AE11 - Aumentar a produtividade no desenvolvimento de soluções	• (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	<i>Em andamento</i>
IN03 - Implantação ECM no TRES	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
IN10 – Sistema de Gestão Orçamentária	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento.</i>
IN35 - Implantação de Business Intelligence	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
INFRAESTRUTURA		
AE03 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Em andamento</i>
AE06 - Manter parque tecnológico atualizado	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Em andamento</i>
AE09 - Aprimorar medidas de segurança no Datacenter	(RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (PI1) Aprimoramento da segurança da informação (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Concluído</i>
IN27 - Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Em andamento.</i>
IN36 – Prover infraestrutura de TI para teletrabalho	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Concluída com solução paliativa</i>
GOVERNANÇA E GESTÃO		
AE10 - Implantar ações de nivelamento de TIC do CNJ (Resolução n. 211/2015)	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (PI1) Aprimoramento da segurança da informação (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento</i>
AE22 - Implantar processos dos modelos Cobit e ITIL	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC (PI1) Aprimoramento da segurança da informação (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento</i>
AE01 - Revisar o acordo de nível de serviço	(RE1) Satisfação dos usuários de TIC (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Concluído</i>
AE26 - Otimizar a gestão da execução orçamentária de TIC	(PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento</i>
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		
AE25 - Definir e acompanhar o plano anual de capacitação de TIC	(PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	<i>Em andamento</i>
AE05 - Difundir conhecimento em TIC	(PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	<i>Em andamento</i>

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC)

O Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação, cujos membros foram designados pela Portaria P n. 87/2016, ao qual incumbe, dentre outras, aprovar as ações e investimentos de TI, realizou 17 (dezessete) reuniões em 2019. Dentre as principais ações do Comitê estão:

- Prorrogação do PETIC até 2021 e revisão das metas de alguns dos seus indicadores para os anos de 2019 a 2021;
- Aprovação do PDTIC 2020 e proposta orçamentária 2020;
- Aprovação dos indicadores de desempenho e conformidade de TI 2018;
- Aprovação da revisão dos riscos e seu plano de tratamento;
- Alterações no Plano de Contratações de TI 2019;
- Aprovação dos processos de gestão de serviços de TI;
- Aprovação do Plano de Contratações 2020.

As reuniões do GOVTIC visando alterações no Plano de Contratações 2019 foram tanto de exclusão de itens, alteração de valores e de inclusão de novas demandas, destacando-se o aumento de R\$ 2.255.000,00 em equipamentos de informática, aprovada em abril pelo Comitê, em consequência de verba suplementar aprovada pelo TSE.

Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (GESTIC)

Foi instituído pela Portaria P n. 88/2016, em 30 de março de 2016 e tem como principais atividades:

- Propor ao Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação (GOVTIC) princípios e diretrizes quanto à forma de utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) no TRESP;
- Formular, deliberar e coordenar planos necessários ao alcance dos objetivos de TIC;
- Apresentar periodicamente ao GOVTIC o andamento das ações e iniciativas de TIC;
- Promover a excelência operacional da TIC, o desenvolvimento gerencial e a adoção de instrumentos de acompanhamento de resultados;
- Promover a gestão efetiva dos recursos orçamentários destinados à aquisição e à contratação de equipamentos, softwares e serviços de apoio necessários ao provimento das soluções de TIC;
- Decidir sobre aspectos relacionados à arquitetura e à infraestrutura de TIC;
- Apresentar propostas de investimentos em TIC para o GOVTIC;

- Propor a alocação de recursos orçamentários destinados à TIC, planejando e acompanhando, em articulação com as unidades competentes, o uso desses recursos para contratação de soluções de TI.

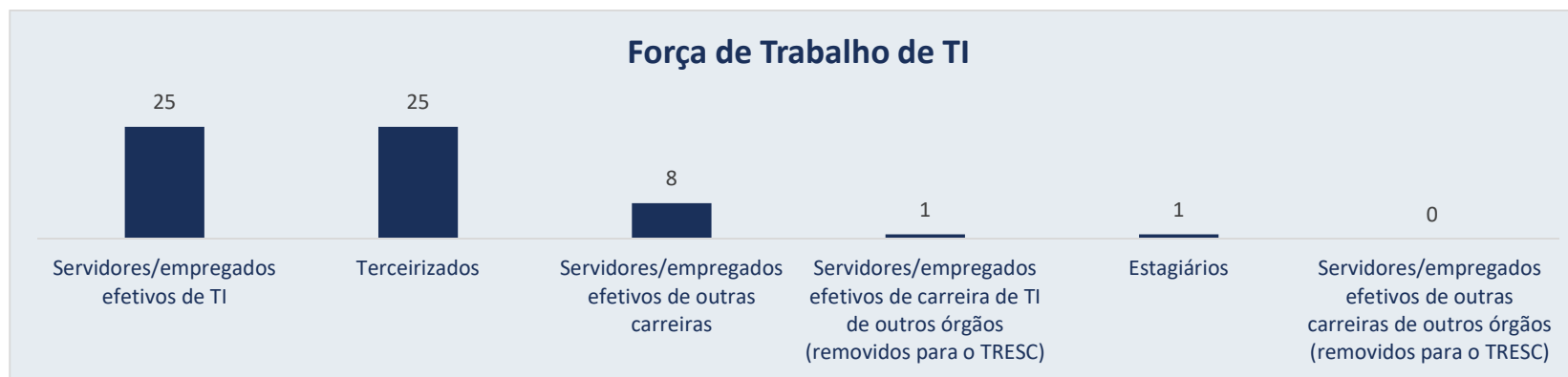
O GESTIC é composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, da Coordenadoria de Soluções Corporativas, da Coordenadoria de Suporte e Infraestrutura Tecnológica e da Seção de Governança e Planejamento de TI. No exercício de 2019, foram realizadas 11 (onze) reuniões do referido Comitê e dentre as atividades realizadas podemos destacar:

- Elaboração do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação 2020;
- Revisão dos processos de gerenciamento de serviços de TI;
- Avaliação de desempenho e conformidade de TIC referentes ao ano de 2018;
- Revisão do Plano de riscos de TI e do seu plano de tratamento;
- Acompanhamento das ações de TI;
- Acompanhamento das contratações de TI e gestão orçamentária;
- Aprovação do plano de avaliação de desempenho e conformidade de TIC de 2019.

Plano de capacitação do pessoal de Tecnologia da Informação

O plano de capacitação do pessoal de TI foi instituído como parte integrante do PDTIC em 21 de março de 2018, por meio da Portaria DG n. 56/2018, tendo sido identificadas as ações de capacitação requeridas para o exercício de 2019, conforme abaixo:

Treinamento	Realizado
Contratação de Fábrica de Software no Âmbito do Serviço Público	x
Técnicas de Cálculo de Pontos de Função	x
Administração de Ferramenta de BI	



Processos de Gerenciamento de Serviços de TI

Os processos de gerenciamento de serviços de TI abaixo relacionados foram implantados no TRESA tendo como referência a biblioteca ITIL:

- **Gerenciamento da central de serviços de TI, incidentes e requisições de serviço** – formalmente instituída em 2011, a central de serviços de TI é o ponto único de atendimento dos usuários de serviços de TI do TRESA. O atendimento é prestado preferencialmente através da ferramenta de *servicedesk*, *Open-source Ticket Request System (OTRS)*, disponível na intranet ou ainda por telefone ou email específicos. Todo o ciclo de vida das ocorrências (incidentes e requisições) é registrado e mantido na ferramenta. As atividades decorrentes dos processos estão disponíveis na intranet e mantidas em *workflows* específicos da ferramenta. **Atualizado pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento do catálogo de serviços** – o catálogo de serviços foi instituído em 2011 em conjunto com a Central de Serviços de TI. O catálogo de serviços de TI é mantido na ferramenta de *servicedesk*. Sua atualização é constantemente realizada no contexto do fluxo de atividades dos processos de gerenciamento de mudanças e liberação. **Atualizado pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento de mudanças e liberações** – Todas as mudanças e liberações tem seu ciclo de vida gerenciado pela ferramenta de *servicedesk* incluindo todas as atividades decorrente do processo definido. As mudanças e liberações são integradas as requisições de serviço, incidentes, problemas e catálogo de serviços de TI. **Atualizado pela Portaria DG n. 213/2019.**

- **Gerenciamento de configuração e ativos** - Na ferramenta de *servicedesk* é mantido o Banco de Dados do Gerenciamento da Configuração – BDGC, sendo alimentado por meio de importações periódicas de outras bases de dados corporativas (recursos humanos e bens patrimoniais) e também pelo registro manual de softwares licenciados, certificados digitais, biblioteca de mídias, entre outros. O BDGC serve como apoio para os demais processos, provendo informações precisas sobre os Itens de Configuração do ambiente de TI do TRESA. **Atualizado pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento de problemas** - Teve seu processo desenhado em 2011 e é gerenciado na ferramenta de *servicedesk* por meio de um *workflow* que garante que cada registro de problema percorra todo o ciclo de vida preestabelecido do processo, incluindo fase de análise de causa raiz e solução de contorno, além do estudo e aplicação da solução definitiva. **Atualizado pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento de níveis de serviços de TI** – o acordo dos níveis de serviços de TI foi formalmente instituído em 2012 tendo como níveis o tempo de resposta e solução dos incidentes e requisições com base nas prioridades e impacto dos serviços do catálogo. O monitoramento do cumprimento dos níveis de serviço é realizado com base na ferramenta de *servicedesk* e *datamart* relacionado. Tanto o processo como os níveis de serviços se encontram em revisão. **Atualizado pela Portaria DG n. 213/2019.**

Instituídos em 2019

- **Gerenciamento de Cumprimentos de Requisições de TI** – Visa a execução das requisições de serviço formuladas pelos usuários que não estão relacionadas com incidentes – e são normalmente serviços pré-aprovados, com baixo ou nenhum impacto na operação de TI –, as quais podem ser realizadas sem a necessidade de planejamento e aprovação do Gerenciamento de Mudanças. **Instituído pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento de Liberação e Implantação de TI** – Consiste em um conjunto de definições que garantem que o ambiente seja protegido, mantendo-se um padrão de procedimentos e ferramentas a serem utilizados durante a liberação de novos sistemas, atualização de versões, montagem de ambientes, etc. **Instituído pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento e Controle de Ativos de TI** – Permite rastrear, descrever e sistematizar os recursos de TI existentes, a fim de apoiar a tomada de decisões e o gerenciamento de mudanças. **Instituído pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Gerenciamento de Continuidade dos Serviços Essenciais de TI** – Visa estabelecer e manter um plano de resposta a grandes incidentes e interrupções, garantindo a operação dos processos de negócio e dos serviços de TI críticos, assim como a disponibilidade das informações relacionadas. **Instituído pela Portaria DG n. 213/2019.**
- **Processos de Capacidade e disponibilidade dos serviços corporativos de TI** – Dispõe sobre os processos de capacidade e disponibilidade dos serviços corporativos de TI, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina. **Instituído pela Portaria DG n. 213/2019.**

Recursos aplicados em TI e contratações mais relevantes



Descrição do contrato	Empresa	Empenhado (R\$)
106/2016 – Suporte a usuários de TI	INTEROP	1.170.044,35
001/2019 - Comunicação de dados – backbone	OI S.A.	1.142.025,29
031/2019 - Serviços de TI	IBROWSE	363.666,96
049/2019 - Aquisição computadores	POSITIVO TECNOLOGIA	2.025.042,00
n. 082/2019 - Aquisição de notebooks	DELL COMPUTADORES	237.150,00
TOTAL		4.937.928,60

Segurança da Informação

A Comissão de Segurança da Informação acompanhou a implementação dos requisitos de segurança, conforme dispõem as normas da Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral.

Foram realizadas ações de conscientização e capacitação dos servidores do TRESA para destacar a importância do tema.

Além disso foram detectadas e devidamente tratadas 915 ocorrências de vulnerabilidades.

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO
Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
GESTÃO DE SISTEMAS E ATIVOS ELEITORAIS		
IN17 – Implantar Processo Judicial Eletrônico (PJE)	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Implantado nas Zonas Eleitorais. Resta implantar os sistemas satélites</i>
SOLUÇÕES E TECNOLOGIA		
IN10 – Sistema de Gestão Orçamentária	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento.</i>
AE14 - Contratar desenvolvimento de sistemas	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	<i>Concluído</i>
IN12 - Aperfeiçoamento e manutenção dos sistemas de informação do TRES	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Em andamento</i>
AE02 - Aumentar a integração entre os sistemas informatizados	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Em andamento</i>
AE11 - Aumentar a produtividade no desenvolvimento de soluções	• (RE3) Ampliação da capacidade de automação dos processos de negócio	<i>Em andamento</i>
IN35 - Implantação de Business Intelligence	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
IN03 - Implantação ECM no TRES	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
IN34 – Adesão ao Padrão do Sítio Internet do TSE	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
IN33 – Implantação do Portal do Servidor	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos	<i>Concluído</i>
GESTÃO DE SERVIÇOS DE TI		
AE01 - Revisar o acordo de nível de serviço	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Concluído</i>

RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Ação / Iniciativa (PDTIC)	Objetivo Estratégico de TIC	Situação
GESTÃO DE INFRAESTRUTURA E TECNOLOGIA		
AE03 - Manter link de dados adequados às demandas dos cartórios	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Em andamento</i>
AE06 - Manter parque tecnológico atualizado	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Em andamento</i>
IN27 - Implantação da infraestrutura e configuração de equipamentos para atendimento ao projeto de atendimento biométrico	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Em andamento.</i>
IN36 – Prover infraestrutura de TI para teletrabalho	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC	<i>Concluída com solução paliativa</i>
GESTÃO DE INFORMAÇÕES E SEGURANÇA		
AE09 - Aprimorar medidas de segurança no Datacenter	• (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC	<i>Concluído</i>
GOVERNANÇA DE TI		
AE10 - Implantar ações de nivelamento de TIC do CNJ (Resolução n. 211/2015)	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento</i>
AE22 - Implantar processos dos modelos Cobit e ITIL	• (RE1) Satisfação dos usuários de TIC • (RE2) Aperfeiçoamento da infraestrutura de TIC • (PI1) Aprimoramento da segurança da informação • (PI2) Aperfeiçoamento da integração e da interoperabilidade das soluções e do uso de padrões tecnológicos • (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento</i>
AE26 - Otimizar a gestão da execução orçamentária de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR2) Aprimoramento da gestão orçamentária e das contratações de TIC	<i>Em andamento</i>
DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS		
AE25 - Definir e acompanhar o plano anual de capacitação de TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	<i>Em andamento</i>
AE05 - Difundir conhecimento em TIC	• (PI3) Aperfeiçoamento da governança e da gestão de TIC • (PR1) Aperfeiçoamento das competências gerenciais e técnicas do quadro de pessoal de TIC	<i>Em andamento</i>



TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

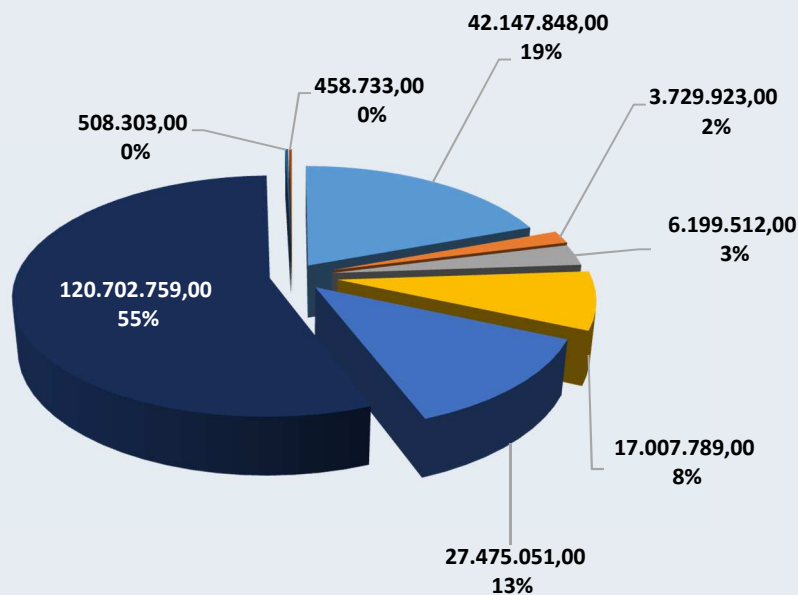
A proposta orçamentária para o exercício orçamentário/financeiro de 2019, elaborada em março de 2018, obedeceu ao limite orçamentário estabelecido pelo Ministério da Economia, Planejamento, Desenvolvimento e Gestão à Justiça Eleitoral, que, em virtude das restrições orçamentárias, contemplou inicialmente o valor de R\$ 694.825,00 (seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e cinco reais) para a aquisição de bens permanentes. No entanto, em função da existência de disponibilidade de limite orçamentário no Tribunal Superior Eleitoral - TSE, este concedeu suplementação orçamentária à este Tribunal no valor de R\$ 3.380.500,00 (três milhões, trezentos e oitenta mil e quinhentos reais), para a aquisição de bens permanentes, utilizado, principalmente, para a modernização do parque de informática deste Tribunal e modernização da frota de veículos e R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais) para o pagamento de despesas de custeio. Em virtude desta suplementação orçamentária, o índice de aderência ao previamente orçado resultou no percentual de **75,35%**.

Da análise da execução orçamentária/financeira das Ações Orçamentárias e por Elemento de Despesa, verifica-se que as despesas decorrentes com o pagamento das remunerações de Pessoal Ativo, Inativo e Pensionistas Civis, dos Benefícios Assistenciais e Assistência Médica e Odontológica aos servidores Ativos, Inativos e Pensionistas Civis e Obrigações Patronais sobre a remuneração de Pessoal Ativo, no montante de **R\$ 189.787.831,00 (cento e oitenta e nove milhões, setecentos e oitenta e sete mil, oitocentos e trinta e um reais)**, representou 87,06% das despesas pagas em 2019.

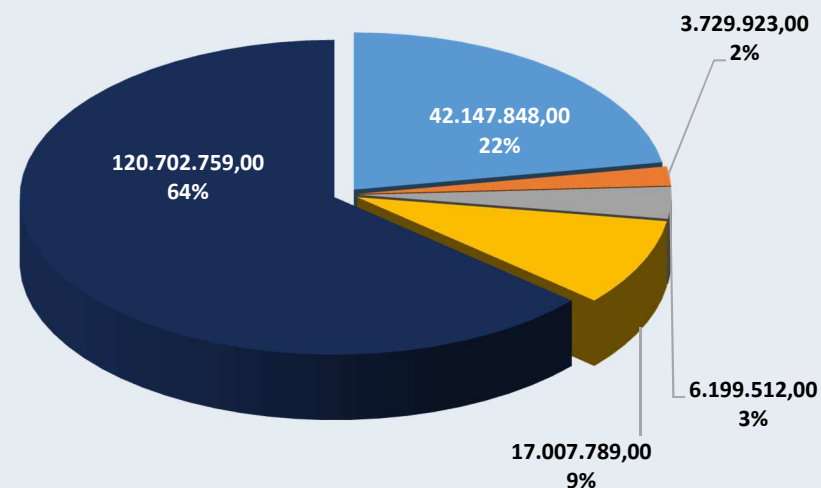
Com relação à execução orçamentária/financeira do orçamento de custeios por elemento de despesa, verifica-se que na Natureza da Despesa 3.3.90.39 e 3.3.91.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, no montante liquidado em 2019 de **R\$ 16.678.979,80 (dezesseis milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e setenta e nove reais e oitenta centavos)** estão concentrados os gastos desse orçamento. Destaca-se que, nesse Elemento de Despesa, estão concentradas as despesas com a manutenção do órgão, dentre elas as despesas com locação de imóveis, serviços de limpeza e conservação, serviços de vigilância, conexão de internet entre a sede do TRESC e os cartórios eleitorais e manutenção predial.

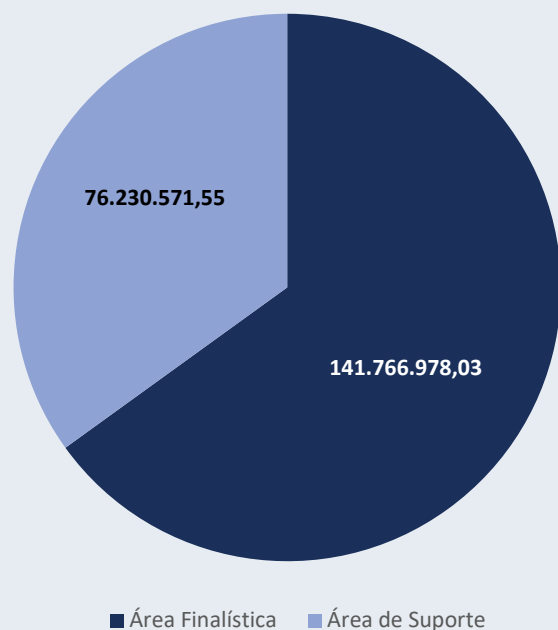
**Programas de Trabalho
Despesas Liquidadas - R\$**

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional
- Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - No Estado de Santa Catarina
- Benefícios Obrigatórios aos Servidores - No Estado de Santa Catarina
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional
- Julgamento de causas e gestão administrativa na Justiça Eleitoral – No Estado de Santa Catarina
- Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado de Santa Catarina
- Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Nacional
- Gestão do Processo Eleitoral / Pleitos Eleitorais - Nacional


**Gastos com Pessoal
Despesas Pagas - R\$**

- Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Nacional
- Assistência Médica e Odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes - No Estado de Santa Catarina
- Benefícios Obrigatórios aos Servidores - No Estado de Santa Catarina
- Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional
- Pagamento de pessoal ativo da União - No Estado de Santa Catarina



Custos das Áreas Finalísticas e de Suporte - R\$

Como principal desafio tem-se a manutenção das atividades da Justiça Eleitoral catarinense frente à limitação orçamentária dos últimos anos, buscando preservar a excelência dos serviços prestados por esta Corte à sociedade catarinense, adequando a disponibilidade orçamentária à manutenção do órgão e à implantação de projetos que tragam benefícios reais.

Como ação futura destaca-se a continuação da implantação dos Planos de Aquisições, que visam vincular o orçamento do TRESO ao efetivamente planejado, evitando desperdícios. Ressalta-se, também, a continuidade da iniciativa da administração deste órgão em negociar com os fornecedores, principalmente de serviços, a manutenção dos preços praticados, ou seja, com a renúncia aos reajustes previstos em contrato.

Com a implantação dos Planos de Aquisições deste Tribunal, cuja divisão se dá entre orçamento de custeio e investimento para a manutenção do órgão, orçamento de custeio e investimento para as atividades de Tecnologia da Informação (TI) e orçamento de custeio de Pleitos Eleitorais, verificou-se o aumento do índice de aderência sobre o orçamento planejado.

Cabe ressaltar que o orçamento para o ano de 2020 está adequado para atender às necessidades de manutenção do órgão, sem sobra orçamentária relevante para o desenvolvimento de novos projetos.

O orçamento disponibilizado para o exercício de 2020, para atender ao pagamento de despesas de custeio e investimento é de R\$ 24.836.415,00 (vinte e quatro milhões, oitocentos e trinta e seis mil, quatrocentos e quinze reais), sendo que deste montante R\$ 24.080.522,00 (vinte e quatro milhões, oitenta mil, quinhentos e vinte dois reais) são para o pagamento de despesas de custeio e R\$ 747.893,00 (setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e três reais) são para o pagamento de despesas decorrentes da aquisição de bens permanentes.

EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR FUNÇÃO (R\$)

Descrição da Função	Função	Empenhado				Liquidado				Pago			
		2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019	2016	2017	2018	2019
Previdência Social	09	28.449.209,00	32.497.206,00	35.210.785,00	42.347.848,00	28.377.418,00	32.467.206,00	35.160.785,00	42.147.848,00	28.377.418,00	32.467.206,00	35.160.785,00	42.147.848,00
Judiciária	02	164.729.555,00	163.825.465,00	194.684.686,00	177.497.361,00	164.386.527,00	163.132.603,00	192.302.688,00	176.089.933,00	162.800.371,00	162.640.944,00	191.498.034,00	175.857.258,00
TOTAL		193.178.764,00	196.322.671,00	229.895.471,00	219.845.209,00	192.763.945,00	195.599.809,00	227.463.473,00	218.237.781,00	191.177.789,00	195.108.150,00	226.658.819,00	218.005.106,00

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial

DETALHAMENTO DAS DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA

Grupo ND	Grupo ND	Elemento de Despesa	Elemento de Despesa	Empenhado	Liquidado	Pago	Restos a Pagar Não Processados
1	Pessoal	3.1.90.01	Aposentadorias	31.754.032,78	31.754.032,78	31.754.032,78	-
1	Pessoal	3.1.90.03	Pensões Civis	10.393.815,65	10.393.815,65	10.393.815,65	-
1	Pessoal	3.1.90.07	Contribuição à Entidades Fechadas de Previdência	594.349,70	594.349,70	594.349,70	-
1	Pessoal	3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	118.725.120,29	118.725.120,29	118.725.120,29	-
1	Pessoal	3.1.90.16	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	1.265.357,14	1.265.357,14	1.265.357,14	-
1	Pessoal	3.1.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	667.931,52	117.931,52	117.931,52	550.000,00
1	Pessoal	3.1.91.13	Obrigações Patronais (Operação Intra-Orçamentária)	17.007.789,36	17.007.789,36	17.007.789,36	-
1	Pessoal	3.1.91.92	Despesas de Exercícios Anteriores (Operação Intra-Orçamentária)	50.000,00	-	-	50.000,00
3	Custeios	3.3.90.08	Outros Benefícios Assistências do Servidor	994.166,43	994.166,43	994.166,43	-
3	Custeios	3.3.90.14	Diárias Pessoal - Civil	756.577,98	756.577,98	756.577,98	-
3	Custeios	3.3.90.30	Material de Consumo	1.206.985,70	1.094.437,04	1.092.047,92	112.548,66
3	Custeios	3.3.90.33	Passagens e Despesas com Locomoção	416.078,34	416.078,34	416.078,34	-
3	Custeios	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	1.376.720,00	1.376.720,00	1.281.605,95	-
3	Custeios	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.979.710,92	16.611.512,12	16.527.161,92	368.198,80
3	Custeios	3.3.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	3.633.527,45	3.567.771,84	3.518.099,96	65.755,61
3	Custeios	3.3.90.46	Auxílio-Alimentação	5.207.108,48	5.201.456,16	5.201.456,16	5.652,32
3	Custeios	3.3.90.47	Obrigações Tributárias e Contributivas	255.944,40	249.536,75	249.536,75	6.407,65
3	Custeios	3.3.90.92	Despesas de Exercícios Anteriores	373.188,79	373.188,79	373.188,79	-
3	Custeios	3.3.90.93	Indenizações e Restituições	4.101.917,24	4.087.741,51	4.087.741,51	14.175,73
3	Custeios	3.3.91.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (Operação Intra-Orçamentária)	67.467,68	67.467,68	67.467,68	-
3	Custeios	3.3.91.47	Obrigações Tributárias e Contributivas (Operação Intra-Orçamentária)	7.479,00	7.319,00	7.319,00	160,00
3	Custeios	3.3.91.92	Despesas de Exercícios Anteriores (Operação Intra-Orçamentária)	15.136,64	15.136,64	15.136,64	-
4	Investimentos	4.4.90.40	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica	278.448,87	108.972,59	108.972,59	169.476,28
4	Investimentos	4.4.90.52	Equipamentos e Material Permanente	3.716.355,18	3.451.302,22	3.450.152,61	265.052,96
Total				219.845.209,54	218.237.781,53	218.005.106,67	1.607.428,01

Fonte: SIAFI e Tesouro Gerencial



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ORÇAO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO CIRCULANTE	2.276.367,99	3.411.929,62	PASSIVO CIRCULANTE	242.272,10	807.506,06
Caixa e Equivalentes de Caixa	251.557,49	554.589,75	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	-	-
Créditos a Curto Prazo	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	632.511,97	1.646.083,42	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	232.626,89	804.695,05
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	1.392.298,53	1.210.976,45	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	9.651,41	2.810,00
ATIVO NÃO CIRCULANTE	88.054.498,42	91.281.407,80	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	-	-	Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pag. de Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	Resultado Diferido	-	-
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	242.272,10	807.506,06
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (APAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Imobilizado	86.983.994,54	89.082.693,94	Reservas de Lucros	-	-
Bens Móveis	30.000.306,54	32.358.422,87	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	83.801.000,27	80.972.727,85	Resultados Acumulados	90.086.594,31	93.885.831,17
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-33.800.693,43	-28.614.304,98	Resultado do Exercício	-2.845.015,95	7.495.125,23
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Resultados de Exercícios Anteriores	93.885.831,17	88.390.705,94
Bens Imóveis	56.983.657,70	56.724.271,07	Ajustes de Exercícios Anteriores	-1.152.219,81	-
Bens Imóveis	57.240.322,60	56.885.485,85	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-256.664,90	-181.217,78	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.086.594,31	93.885.831,17
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	1.070.533,88	2.196.713,86			
Softwares	1.070.533,88	2.196.713,86			
Softwares	1.087.174,22	2.196.713,86			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-16.640,34	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind.	-	-			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Atual
EMIÇÃO 17/01/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
(-) Redução no Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.					
Direitos de Uso de Imóveis					
Direitos de Uso de Imóveis					
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis					
(-) Redução no Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis					
Diferido					
TOTAL DO ATIVO			TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	90.330.898,41	94.893.337,22

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO			ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ATIVO FINANCEIRO			PASSIVO FINANCEIRO	1.848.700,11	3.238.803,12
ATIVO PERMANENTE			PASSIVO PERMANENTE	-	-
			SALDO PATRIMONIAL	88.481.198,30	91.653.834,10

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	28.093.718,64	24.116.078,74
Execução dos Atos Potenciais Ativos	-	-	Execução dos Atos Potenciais Passivos	28.093.718,64	24.116.078,74
Garantias e Contragarantias Recebidas e Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas e Execut	-	-
Direitos Conventados e Outros Instrumentos Cong	-	-	Obrigações Conventadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais e Executar	-	-	Obrigações Contratuais e Executar	28.093.718,64	24.116.078,74
Outros Atos Potenciais Ativos e Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos e Executar	-	-
TOTAL	-	-	TOTAL	28.093.718,64	24.116.078,74

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.598.142,82
Recursos Vinculados	-
Previdência Social (RPPS)	-
TOTAL	-1.598.142,82



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2019	2018	ESPECIFICAÇÃO	2019	2018
Receitas Orçamentárias	-	-	Despesas Orçamentárias	219.845.209,54	229.895.471,21
Ordinárias	-	-	Ordinárias	154.895.348,54	195.716.227,21
Vinculadas	-	-	Vinculadas	35.038.861,00	34.177.244,00
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	35.038.861,00	31.200.000,00
Recursos e Classificar	-	-	Outros Recursos Vinculados e Fundos, Órgãos e Programas	-	2.977.244,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-	-	Recursos e Classificar	-	-
Transferências Financeiras Recebidas	219.476.115,15	227.975.709,10	Transferências Financeiras Concedidas	2.171.599,16	2.776.993,65
Resultantes da Execução Orçamentária	218.150.995,75	227.173.792,54	Resultantes da Execução Orçamentária	-	-
Sub-repasso Recebido	218.150.995,75	227.173.792,54	Independentes da Execução Orçamentária	2.171.599,16	2.776.993,65
Independentes da Execução Orçamentária	1.315.119,37	801.916,56	Movimento de Saldos Patrimoniais	2.171.599,16	2.776.993,65
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	1.304.747,75	785.285,73	Aporte ao RPPS	-	-
Demais Transferências Recebidas	5.180,75	17.942,79	Aporte ao RGPS	-	-
Movimentação de Saldos Patrimoniais	5.187,61	18.888,04			
Aporte ao RPPS	-	-			
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	4.844.827,34	5.177.926,32	Pagamentos Extraorçamentários	2.657.445,55	1.385.569,54
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	232.674,86	804.656,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	804.356,78	491.329,30
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	1.607.425,01	2.431.997,07	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	956.342,61	875.415,38
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	836.745,66	193.359,94	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	836.745,66	193.359,94
Outros Recebimentos Extraorçamentários	2.167.977,81	2.747.926,26	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	5.563,44
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	6.747,24	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	5.563,44
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	5.563,44			
Anexação de Outra Unidade	2.161.230,57	2.742.362,82			
Saldo do Exercício Anterior	554.899,75	441.355,23	Saldo para o Exercício Seguinte	251.557,49	554.899,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	554.899,75	441.355,23	Caixa e Equivalentes de Caixa	251.557,49	554.899,75
TOTAL	224.876.812,34	234.895.003,65	TOTAL	224.876.812,34	234.895.003,65



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 17/01/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	201.044.937,00	222.934.429,00	219.846.209,54	218.237.781,53	218.006.106,57	3.089.219,46
TOTAL	201.044.937,00	222.934.429,00	219.846.209,54	218.237.781,53	218.006.106,57	3.089.219,46

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	1.838.864,55	438.562,03	438.562,03	1.400.102,52	-0,00
Pessoal e Encargos Sociais	-	1.426.073,46	176.408,20	176.408,20	1.249.665,26	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	412.891,17	262.153,83	262.153,83	150.437,34	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	-	593.332,42	527.790,56	527.790,56	66.551,84	-
Investimentos	-	593.332,42	527.790,56	527.790,56	66.551,84	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	2.431.997,07	966.342,61	966.342,61	1.466.654,46	-

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	-	780.481,91	780.182,64	299,27	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	780.481,91	780.182,64	299,27	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	24.174,14	24.174,14	-	-
Investimentos	-	24.174,14	24.174,14	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	-	804.656,05	804.356,78	299,27	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Atual
EMIÇÃO 17/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	328.598.079,02	357.874.725,38
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.457,30	1.293,08
Impostos	-	-
Taxas	2.457,30	1.293,08
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	345,20	175,80
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	345,20	175,80
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.895,07	1.250,28
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Moeda	2.895,07	1.250,28
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	220.064.911,37	252.785.434,54
Transferências Intragovernamentais	219.478.115,15	227.975.709,10
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	606.796,22	24.789.725,44
Valorização e Ganhos de Ativos e Desincorporação de Passivos	4.349.930,66	2.386.928,00
Reavaliação de Ativos	3.965.280,89	582.927,37
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	384.349,89	1.797.355,12
Ganhos com Desincorporação de Passivos	299,27	6.645,51
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	2.185.637,03	2.738.643,71
Variação Patrimonial Aumentativa e Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMIÇÃO 17/01/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	2.155.537,03	2.739.643,71
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	329.241.095,97	250.379.800,16
Pessoal e Encargos	148.609.924,68	148.155.628,99
Remuneração a Pessoal	121.087.871,19	118.803.884,12
Encargos Patronais	17.602.765,58	17.770.821,48
Benefícios a Pessoal	9.916.285,91	10.251.980,18
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	3.002,00	1.329.143,25
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	42.476.878,44	35.275.494,50
Aposentadorias e Reformas	32.005.403,20	23.898.992,89
Pensões	10.371.450,80	11.307.285,12
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	100.022,84	89.218,89
Uso de Material de Consumo	29.584.781,18	45.826.788,07
Serviços	959.610,45	3.307.814,71
Depreciação, Amortização e Exaustão	23.352.527,90	37.820.307,07
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	5.252.622,83	4.898.867,29
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	7,03	0,03
Juros e Encargos de Moeda	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	7,03	0,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	2.479.324,76	19.388.188,80
Transferências Intergovernamentais	2.171.599,18	2.778.093,68
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	307.725,80	15.809.195,15
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	5.983.199,42	880.099,30
Perdas com Alienação	3.965.280,89	582.927,37
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	8.215,54	-
Desincorporação de Ativos	-	-
	1.809.703,19	317.171,63



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Atual
EMIÇÃO 17/01/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2019	2018
Tributárias	258.877,17	153.399,58
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	141.554,74	4.275,41
Contribuições	114.022,43	149.124,17
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custo dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	271.425,09	696.999,89
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações de Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	42.049,00	83.884,50
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	229.376,09	636.315,39
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-2.646.016,98	7.466.125,23
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2019	2018



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	75020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2020	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2019	2018
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.907.767,66	3.574.719,25
INGRESSOS	222.474.092,36	230.916.995,30
Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	-	-
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e do Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	222.474.092,36	230.916.995,30
Ingressos Extrorçamentários	836.746,66	193.359,94
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	5.563,44
Transferências Financeiras Recebidas	219.478.115,15	227.975.709,10
Arrecadação de Outra Unidade	2.161.230,57	2.742.362,62
DESEMBOLSOS	-218.666.324,72	-227.342.276,66
Pessoal e Demais Despesas	-198.582.575,78	-206.731.518,86
Legislativo	-	-
Judiciário	-156.401.139,67	-171.582.592,66
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-42.158.183,15	-35.163.462,23
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2020	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2019	2018
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	6.747,24	-5.583,44
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-17.106.403,12	-17.638.303,80
Intergovernamentais	-	-
A. Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A. Municípios	-	-
Intergovernamentais	-17.106.403,12	-17.638.303,80
Outras Transferências Concedidas	-	-
Outros Desembolsos Operacionais	-3.066.345,82	-2.972.353,59
Despesas Extrabudgetárias	-836.746,00	-193.356,94
Transferências Financeiras Concedidas	-2.171.509,16	-2.775.003,85
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.111.079,82	-3.461.204,73
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-4.111.079,82	-3.461.204,73
Aquisição de Ativo Não Circulante	-3.912.933,76	-3.182.642,94
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-196.146,16	-298.662,89
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intergovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	70020 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
ÓRGÃO SUPERIOR	14000 - JUSTIÇA ELEITORAL

EXERCÍCIO 2019	PERÍODO Anual
EMISSION 17/01/2020	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2019	2018
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-383.312,26	113.514,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	554.889,75	441.355,23
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	251.557,49	554.889,75

COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES ESPECÍFICAS DA CONTABILIDADE

No TRESA, a Seção de Análise Contábil, integrante da estrutura da Secretaria de Controle Interno e Auditoria, possui as seguintes atribuições (Res. TRESA n. 7.930/2015, art. 23):

I - exercer a fiscalização contábil, orçamentária, financeira e patrimonial em face dos princípios constitucionais e da legislação aplicável;

II - orientar e executar as atividades relacionadas à análise da documentação comprobatória da execução orçamentária e financeira da despesa;

III - realizar a análise prévia dos procedimentos de pagamento de maior complexidade submetidos à sua apreciação, sob os aspectos financeiro e contábil;

IV - subsidiar as unidades orgânicas do Tribunal responsáveis pelo planejamento, orçamento e programação financeira com informações que permitam aperfeiçoar o desempenho de suas atividades;

V - propor a impugnação de qualquer ato relativo à realização da despesa que incida em vedação de natureza legal ou regulamentar, promovendo a inscrição em Diversos Responsáveis, à conta dos gestores, até a apuração dos fatos;

VI - efetuar a conferência dos relatórios periódicos de movimentação dos bens móveis e do material no almoxarifado do Tribunal, bem como dos respectivos inventários, inclusive dos bens imóveis, com os registros efetivados no Sistema de Administração Financeira da União - SIAFI e no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIU;

VII - conferir e analisar contas, balancetes, balanços e demonstrativos contábeis do Tribunal, propondo medidas de saneamento de posições ou situações anormais, ociosas ou passíveis de aperfeiçoamento;

VIII - verificar a correção e o atendimento às normas legais do Relatório de Gestão Fiscal elaborado pela Coordenadoria de Orçamento e Finanças;

IX - validar os registros contábeis efetuados pelas Unidades Gestoras Executoras do Tribunal no SIAFI, em confronto com os documentos originários, solicitando os ajustes cabíveis;

X - orientar, acompanhar e coordenar as atividades relacionadas às operações do SIAFI nas unidades gestoras executoras do Tribunal;

XI - efetuar a conformidade contábil no exercício da fiscalização dos atos de gestão praticados pelos ordenadores de despesa do Tribunal, informando às unidades gestoras executoras eventuais restrições;

XII - realizar, em conjunto com a Seção de Acompanhamento, Avaliação de Gestão e Auditoria - Área Administrativa, as atividades de auditoria operacional nas unidades gestoras executoras do Tribunal, visando a comprovar a legalidade e legitimidade dos atos da gestão contábil, de execução orçamentária, financeira, operacional e patrimonial dos agentes responsáveis;

XIII - acompanhar o cumprimento das metas previstas nos Planos Plurianual e Anual, a execução do orçamento e dos programas de trabalho a cargo do Tribunal, observadas a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;

XIV - elaborar e revisar papéis de trabalho, a fim de instrumentalizar a análise dos procedimentos administrativos submetidos a seu exame e fundamentar a emissão do respectivo parecer;

XV - prestar suporte técnico-financeiro e contábil às demais Seções da Secretaria;

XVI - providenciar as pesquisas necessárias e responder às consultas sobre matérias relacionadas à sua competência, formuladas pelas unidades orgânicas do Tribunal;

XVII - manter atualizados os arquivos e bancos de dados sobre legislação, normas e jurisprudência pertinentes às atividades de sua competência;

XVIII - executar outras atividades correlatas às atribuições da Secretaria, conforme determinação de seu titular.

No ano de 2019, a Chefia da Seção de Análise Contábil foi ocupada pela servidora Giane Espíndola (CPF/MF n. 887.799.559-91) e o quadro a seguir elenca os períodos de sua substituição:

Servidor(a)	CPF/MF	Período
José Luiz de David Vargas	463.647.220-91	21/1/2019 a 8/2/2019
Rita de Cássia Garcia Lima da Cruz	845.327.779-68	15 a 26/7/2019

NOTAS EXPLICATIVAS

Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos

Anteriormente à edição das normas, o Imobilizado da Contabilidade Pública ficava registrado pelo seu valor de aquisição, não sofrendo nenhuma alteração no decorrer de sua vida útil.

E, ainda, os bens registrados no balanço patrimonial da Contabilidade Pública consignavam valores insignificantes, como por exemplo, R\$ 0,01 (centavo de real). Esse fato foi recorrente nas oportunidades em que houve conversão de moeda, como aconteceu em 1994, com a implantação do Plano Real no Brasil, oportunidade em que os bens antigos que já apresentavam valores baixos ficaram registrados por esse valor mínimo. Por isso, a Contabilidade Pública apresentava as mais diversas distorções. Aplicando-se a depreciação, esse fato não mais acontecerá, pois passa a ser possível evidenciar que as demonstrações contábeis do Órgão apresentarão valores reais do Ativo Imobilizado, que poderão auxiliar os dirigentes das instituições na tomada de decisão.

Estimar a vida útil de um bem às vezes é difícil, mas é importante que esses períodos contábeis sejam o mais aproximado possível, pois neles serão alocadas as despesas apuradas da depreciação.

O problema crítico na determinação das quotas de depreciação é o estabelecimento da vida útil, devido à infinidade de fatores que influenciam a durabilidade do bem, especialmente no caso de máquinas e equipamentos. Pode-se dizer que, na escolha do melhor método, cada órgão deve avaliar aquele que mais vantagem lhe ofereça, pois tudo depende do tipo de bens que ele dispõe.

Existem vários métodos para calcular a depreciação, sendo os mais tradicionais: método das quotas constantes ou em linha reta; método da soma dos dígitos dos anos; método de unidades produzidas; método de horas de trabalho e método da taxa dobrada.

No momento em que o Ativo Imobilizado estiver totalmente depreciado e alguns desses bens ainda apresentarem condições de uso, eles deverão ser novamente reavaliados, registrados pelo valor de reavaliação para, então, iniciar-se novamente a depreciação, conforme estimativa de sua nova vida útil.

Método de depreciação utilizado

O método utilizado pelo Tribunal é o das quotas constantes ou em linha reta, conforme instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 01/2010.

“O método das quotas constantes é o mais utilizado, pois seus cálculos são os mais simples possíveis, e pode ser aplicado ao total de bens de uma mesma espécie. Esse método consiste em dividir o valor do bem pelo número de anos de sua provável duração e considerar cada uma dessas parcelas como depreciação de um ano” (FRANCO, 1981, p. 178).

Segundo consta do Boletim IOB (2002, p. 3):

“O método de linha reta assume que a utilização do bem é igual durante todos os exercícios. Ele parte do princípio de que a depreciação em linha reta é ajustada pelo maior custo de manutenção, que é quase nula no início da utilização do bem e crescente a partir da metade da sua vida útil. Justifica-se a utilização desse método quando: o ativo será utilizado uniformemente durante toda a sua vida útil; não haverá declínio de desempenho; não ocorrerá obsolescência, isto é, não haverá obsolescência tecnológica nessa área; e o custo periódico de reparos e manutenção não aumentará.

A maioria das empresas utiliza este método de depreciação pela simplicidade de sua aplicação, pois o valor residual é considerado zero. Também é de fácil aplicação: toma-se o valor da aquisição e divide-se pela vida útil estimada. É um método pelo qual se debita uma fração igual do custo em cada período. O valor da depreciação a ser lançado no período é determinado pela subtração do valor residual estimado do seu custo de aquisição, dividindo-se o saldo remanescente, o qual representa o total do ativo imobilizado depreciável, pelo número de anos estimados da sua vida útil produtiva. Neste método consideramos como custos de aquisição todos os gastos relacionados com a aquisição desse ativo mais o necessário para colocarmos em seu local de funcionamento e que o mesmo esteja em condições de uso”.

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2019, sem a aplicação da depreciação, ter-se-ia um superávit de R\$ 2.607.605,88 (dois milhões, seiscentos e sete mil, seiscentos e cinco reais e oitenta e oito centavos). Em contrapartida, ao lançar o valor da depreciação no valor acumulado de R\$ 5.252.622,83 (cinco milhões, duzentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e vinte e dois reais e oitenta e três centavos) nas Variações Patrimoniais Diminutivas, o resultado converte-se em um déficit no montante de R\$ 2.645.016,95 (dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, dezesseis reais e noventa e cinco centavos), diminuindo conseqüentemente o resultado patrimonial, o que representa uma queda de 38,53%. Atendendo às determinações contidas na Orientação SOF/TSE n. 1/2010, os bens móveis do TRESA foram reavaliados pela metodologia de avaliação de mercado, ou seja, foram avaliados itens com características e tempo de uso semelhante para estabelecimento do valor atual.

Como a avaliação comparativa com o mercado ficou semelhante e/ou muito próxima dos valores residuais obtidos com a aplicação da tabela de vida útil da supramencionada Orientação, os bens foram valorados com base nessa norma, seguindo as opções nela apresentadas.

Após o procedimento acima, foram feitos estudos e avaliações de recuperabilidade, atribuindo-se novo tempo de vida útil para os bens reavaliados, conforme sua capacidade de utilização. A partir da reavaliação dos bens e da definição do tempo de vida útil restante, iniciou-se novo período de aplicação de depreciação dos bens. Cabe destacar que, referente ao item veículo automotor (subitem 52), a reavaliação deu-se com base nos índices/valores pesquisados por meio da tabela FIPE (www.fipe.org.br), conforme sugestão contida na orientação SOF/TSE. No tocante à reavaliação das urnas eletrônicas, o procedimento foi efetuado de forma unificada pelo TSE, com padrões idênticos de valores e de definição de vida útil para todos os Tribunais Regionais Eleitorais.

Por fim, cabe salientar que todos os procedimentos supramencionados obedeceram ao disposto na Orientação SOF/TSE n. 1/2010, bem como nas Resoluções CFC n. 1.136/2008 e n. 1.137/2008.

Demonstrações contábeis exigidas pela lei n. 4.320/1964

1. Principais diretrizes contábeis

1.1. Processo de convergência às novas normas de contabilidade aplicadas ao setor público

A Portaria n. 184/2008 determinou que a Secretaria do Tesouro Nacional - STN deveria promover a convergência às Normas

Internacionais de Contabilidade e às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

O Decreto n. 6.976/2009 atribuiu à STN a competência para promover a consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos por meio da elaboração do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Portaria STN n. 828/2011 alterou o prazo de implementação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP, determinando que a Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais deverá ser adotada pelos entes da Federação gradualmente a partir do exercício de 2012 e integralmente até o final do exercício de 2014.

No exercício financeiro de 2016, o PCASP já estava integralmente implantado no âmbito da Justiça Eleitoral.

1.2. Apresentação das demonstrações contábeis

As Demonstrações Contábeis do exercício de 2019 foram elaboradas em conformidade com a Lei n. 4.320/1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e de acordo com o Manual SIAFI de Procedimentos para Elaboração de Demonstrações Contábeis.

No exercício de 2019 houve o acréscimo de 92,55% na Depreciação Acumulada de Bens Imóveis da Justiça Eleitoral em relação ao exercício anterior.

Segundo informação da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, do Ministério da Economia, ocorreu erro no arquivo enviado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o que gerou a contabilização de valores em duplicidade.

Considerando que o exercício de 2019 já se encontrava encerrado, os valores foram corrigidos pela Coordenação-Geral de Contabilidade (CCONT/STN) em 31 de janeiro de 2020, por meio de emissão do documento SIAFI Nota de Lançamento. Dessa forma, a correção do lançamento de 2019 refletiu como ajuste de exercícios anteriores em 2020.

I - Balanço orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Resultado Orçamentário no exercício de 2019 é demonstrado pela igualdade entre o total de Receitas Realizadas de R\$ 219.845.209,54 (duzentos e dezenove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e o total de Despesas Empenhadas de R\$ 219.845.209,54 (duzentos e dezenove milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, duzentos e nove reais e cinquenta e quatro centavos), apresentando um resultado nulo, sem déficit ou superávit.

II - Balanço financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

O Resultado Financeiro no exercício de 2019 é demonstrado pela diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários (R\$ 219.476.115,15) com os extraorçamentários (R\$ 4.844.827,34) que foi de R\$ 224.320.942,49 (duzentos e vinte e quatro milhões, trezentos e vinte mil, novecentos e quarenta e dois reais e quarenta e nove centavos), e dos dispêndios orçamentários (R\$ 219.845.209,54) e extraorçamentários (R\$ 2.607.446,05) que foi de R\$ 224.624.254,75 (duzentos e vinte e quatro milhões, seiscentos e vinte e quatro mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos) apresentando um resultado negativo de R\$ 303.312,36 (trezentos e três mil, trezentos e doze reais e trinta e seis centavos), o qual também pode ser apurado pela diferença entre o saldo em espécie transferido para o exercício seguinte (R\$251.557,49) e o saldo em espécie do exercício anterior (R\$554.869,75).

III - Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial e financeira do órgão público em uma determinada data. No balanço patrimonial, as contas deverão ser classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da entidade.

Estão assim distribuídos os grupos de contas do Balanço Patrimonial:

a) Ativo Circulante

O Ativo Circulante inclui o Caixa e Equivalentes de Caixa, os Créditos a Curto Prazo (composto pelos adiantamentos de férias concedidos), Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques (Material de consumo que se encontra no estoque do almoxarifado, os quais são registrados pelo custo de aquisição e baixados pelo custo médio ponderado).

b) Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante inclui o Imobilizado que é composto pelos Bens Móveis, Imóveis e Intangíveis, deduzidos pela Depreciação e Amortização.

c) Passivo Circulante

O Passivo Circulante inclui Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo (Restos a pagar processados), Obrigações Fiscais a Curto Prazo (composto por impostos a recolher) e Demais Obrigações a Curto Prazo.

d) Passivo Não Circulante

O Passivo Não Circulante não apresentou nenhum saldo ao final do exercício de 2019.

e) Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos do órgão depois de deduzidos todos seus passivos, demonstrando, dessa forma, os Resultados Acumulados.

O Balanço Patrimonial do exercício de 2019 demonstra o total do Ativo de R\$ 94.693.337,22 e o total do Passivo de R\$ 807.506,05, apresentando o Resultado Acumulado de R\$ 90.088.594,31, o qual está constituído pelo déficit do Exercício de R\$ 2.645.016,95 (negativo), pelos Resultados de Exercícios Anteriores no montante de R\$ 93.885.831,17 e pelo valor de Ajuste de Exercícios Anteriores no montante de 1.152.219,91 (negativo). O valor de ajuste de exercícios anteriores decorre da implantação dos procedimentos de Reavaliação dos Ativos Intangíveis e da Amortização desses itens. A implantação do referido procedimento seguiu as instruções recebidas da Setorial Contábil do Tribunal Superior Eleitoral, por meio da Orientação n. 12/2019.

IV - Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas. A DVP do exercício de 2019 apresentou o total das variações quantitativas aumentativas de R\$ 226.596.079,02 e o total das variações quantitativas diminutivas de R\$ 229.241.095,97, gerando como resultado patrimonial do período um déficit de R\$ 2.645.019,45 (dois milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, dezenove reais e quarenta e cinco centavos).

Analisando-se a demonstração das variações patrimoniais do ano de 2019 e comparando com o resultado de 2018, o qual foi um superávit de R\$ 7.495.123,23, pode ser observado que houve uma redução no resultado da ordem de 135,29%.

Déficit é o resultado apurado ao final do exercício que aponta saldo negativo (no caso de positivo, superávit) no confronto entre a soma de todas as receitas e de todas as despesas empenhadas, indicando que as receitas orçamentárias foram menores do que as despesas orçamentárias. Difere do déficit financeiro, pois não significa necessariamente que o Poder Público gastou, de fato, mais dinheiro do que dispunha, mas sim que autorizou, no ano, mais gastos do que os recursos que se encontravam disponíveis no exercício.

Quando se refere apenas ao confronto entre receitas correntes e despesas correntes, é chamado de déficit ou superávit do Orçamento Corrente (art. 11, § 3º, Lei n. 4.320/1964).

V - Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as movimentações havidas no caixa e seus equivalentes. A Geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2019 foi negativa, no montante de R\$ 303.312,26.

Saiba mais sobre balanços, demonstrações e notas explicativas:
<http://www.tre-sc.jus.br/transparencia/orcamento-financas-e-pagamentos/demonstracoes-contabeis-e-notas-explicativas>



TRE/SC
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA

ANEXOS E APÊNDICES



Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Gestão de Pessoas
Coordenadoria de Pagamento e de Legislação

Declaração sobre a integridade e completude dos registros de atos no Sistema e-Pessoal

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina estão devidamente registrados no Sistema e-Pessoal para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 78/2018.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2020.

Andréa Bernadete Tobias Granja
007.761.994-39
Secretária de Gestão de Pessoas
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Em complemento a esta Declaração, informa-se que a Seção de Legislação e a Seção de Lotação, pertencentes à Coordenadoria de Pagamento e de Legislação e à Coordenadoria de Desenvolvimento Organizacional, respectivamente, em cumprimento às determinações contidas na Instrução Normativa TCU n. 78/2018, mantêm controles exigidos nas referidas normas, a fim de preencher os formulários do Sistema e-Pessoal com as informações relativas aos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria e pensão e posterior envio à Secretaria de Controle Interno e Auditoria, para análise e consequente envio ao Tribunal de Contas da União, para registro.

Como os processos de nomeação, aposentadoria e concessão de pensão possuem fluxo de tramitação bem definidos no âmbito deste Tribunal, após a expedição e publicação de tais atos, cada Seção responsável prioriza tal atividade e controla o cumprimento dos prazos.

Importante, ainda, enfatizar que um dos módulos do sistema de SGRH – Aposentadoria e Pensões –, utilizado no âmbito desta Casa, apresenta campo disponível para registro de informações quanto à legalidade dos atos de concessão de aposentadoria e pensões emitidos pelo Tribunal de Contas da União.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Gestão de Pessoas

Declaração da área da UPC responsável pelo gerenciamento da entrega das DBR pelos servidores

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina assinaram autorização, nos moldes do Anexo II da Instrução Normativa TCU n. 67, de 06.07.2011, para fins de cumprimento da exigência contida no art. 13 da Lei n. 8.429, de 02.06.1992, e no art. 1º da Lei n. 8.730, de 10.11.1993, e enquanto sujeito ao cumprimento das obrigações previstas nas Leis n. 8.429/1992, e, n. 8.730/1993, concedendo acesso ao Tribunal de Contas da União – TCU aos dados de Bens e Rendados exigidos nas mencionadas Leis, ou entregaram cópia assinada e datada da declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda – Ano 2018 e respectivas retificações à Coordenadoria de Pagamento e de Legislação desta Secretaria, para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2020.

Andréa Bernadete Tobias Granja
007.761.994-39

Secretária de Gestão de Pessoas
Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

No tocante a essa declaração, informa-se que todos os servidores ativos do quadro de pessoal deste Tribunal, os em exercício provisório e os removidos, lotados na Sede ou nos Cartórios Eleitorais, bem como os requisitados que prestam serviço à Justiça Catarinense, encaminharam a declaração de bens e rendas ou a autorização para acesso às declarações de bens e rendas, nos termos da Instrução Normativa n. 67, de 06.07.2011.

A atividade de acompanhamento da entrega das Declarações de Bens e Rendados ou, a partir de 2011, também da autorização para acesso às Declarações de Bens e Rendados, nos termos da Instrução Normativa TCU n. 67, de 6.7.2011, é de competência da Seção de Legislação da Coordenadoria de Pagamento e de Legislação desta Secretaria.

A referida Seção gerenciou a entrega desses documentos, entrando em contato com os servidores que não haviam entregado a declaração ou a autorização no prazo determinado pela Coordenadoria de Pagamento e de Legislação, por meio de telefone e mensagem eletrônica, não restando pendências a serem sanadas.

Salienta-se que a quase totalidade dos servidores optaram por apresentar a autorização para acesso às declarações de bens e rendados, prevista no anexo II da IN TCU n. 67/2011, a qual permite acesso, pelo Tribunal de Contas da União, aos dados de Bens e Rendados exigidos nas Leis n. 8.429/1992, e n. 8.730/1993, das Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física e das respectivas retificações apresentadas à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Informa-se, ainda, que a referida Unidade não realizou análise com o intuito de identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida, tendo em vista que, de acordo o Anexo II da Instrução Normativa TCU 67/2011, o servidor autoriza apenas o

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA
Secretaria de Gestão de Pessoas

Tribunal de Contas da União a ter acesso aos dados de Bens e Rendados.

Esclarece-se que, a fim de resguardar o sigilo das informações entregues pelos servidores, os documentos em questão são arquivados em pastas identificadas, sendo que o acesso é feito apenas pelos servidores da Seção de Legislação da Coordenadoria de Pagamento e de Legislação desta Secretaria.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações para monitoramento do PPA sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Monitoramento Temático do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP e sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do referido Sistema, cuja responsabilidade pela coleta e atualização são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP.

Florianópolis, em 28 de janeiro de 2020.

Rafael Alexandre Machado
Secretário de Administração e Orçamento substituto
CPF: 00124490913
UPC: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

CONFORMIDADE CONTÁBIL

No âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, a unidade gestora (UG) 070094 – Setorial Contábil do TRE-SC, vinculada à Secretaria de Controle Interno e Auditoria do Órgão, é responsável pela conformidade contábil da UG executora 070020.

O procedimento de conformidade contábil é efetuado verificando-se:

- a regularidade da conformidade de gestão efetuada pela UG executora;
- a regularidade da movimentação dos relatórios de movimentação de almoxarifado (RMA) e de bens móveis (RMB), bem como, os registros efetivados no Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial da União - SPIUNET;
- a existência de saldos invertidos nas contas contábeis que compõem o balancete;
- a existência de inconsistências nos registros contábeis através do sistema Auditor de Rotinas do SIAFI.

No exercício de 2019 foi efetuada conformidade contábil com restrição nos meses de janeiro (restrição 674 - equação 0063 – OB's canceladas, conta 218913603), março (restrição 675 – outros – passivo circulante) e agosto (restrição 697 – saldo invertido na conta 622920104 – empenhos pagos), os quais foram regularizados nos meses subsequentes.

Florianópolis/SC, 17 de fevereiro de 2020.

Giane Espíndola
Contadora
CRC-SC 027592/O-6



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

UG: 070020

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais e do Fluxo de Caixa), previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964 e na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6, relativos ao exercício de 2019, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Informo que a Demonstração do Resultado Econômico não está disponibilizado no SIAFI.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Florianópolis/SC, 17 de fevereiro de 2020.

Giane Espíndola
Contadora
CRC-SC 027592/O-6

MISSÃO

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e o livre exercício do direito de votar e ser votado, a fim de fortalecer a democracia.

VISÃO DE FUTURO

Fortalecer a credibilidade da Justiça Eleitoral, especialmente quanto à efetividade, transparência e segurança.





Tribunal Regional Eleitoral
Santa Catarina

